

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

MATEUS MUNIZ DE SOUZA

**NEOLIBERALISMO COMO DOCTRINA DO MEDO: A ASCENSÃO DE
POLÍTICAS DE MORTE NO SÉCULO XXI**

VARGINHA/MG

2023

MATEUS MUNIZ DE SOUZA

**NEOLIBERALISMO COMO DOCTRINA DO MEDO: A ASCENSÃO DE
POLÍTICAS DE MORTE NO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha/MG. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.
Orientadora: Dra. Elisa Zwick

VARGINHA/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Souza, Mateus Muniz de.

Neoliberalismo como doutrina do medo : a ascensão de políticas de morte no século XXI / Mateus Muniz de Souza. - Varginha, MG, 2023.
110 f. -

Orientador(a): Elisa Zwick.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.
Bibliografia.

1. Racionalidade Neoliberal. 2. Medo. 3. Insegurança. 4. Controle Social. I. Zwick, Elisa, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

MATEUS MUNIZ DE SOUZA

NEOLIBERALISMO COMO DOCTRINA DO MEDO: A ASCENSÃO DE POLÍTICAS DE MORTE NO SÉCULO XXI

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 13 de julho de 2023.

Profa. Dra. Elisa Zwick
Presidente da Banca Examinadora
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Cícero Krupp da Luz
Instituição: Faculdade de Direito do Sul de Minas

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Everton Rodrigues da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Zwick, Professor do Magistério Superior**, em 14/07/2023, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1036613** e o código CRC **D1E5E0D2**.

Para minha mãe, meu pai e meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Em essencial, a Deus.

Ao meu pai Devanir Avelino de Souza e à minha mãe Ivania Maria de Souza, por sempre terem me oferecido as condições de possibilidade para o estudo na forma de amor e estrutura, mas também por terem me ensinado valores importantes para quem escreve e pesquisa, como coragem e persistência. Ao meu irmão Gabriel Muniz de Souza, por acreditar em mim. Gostaria de expressar minha profunda gratidão por tudo o que fizeram ao longo da minha trajetória acadêmica. Sem a ajuda, amor e suporte de vocês, eu não teria chegado até aqui. Minha mãe, você sempre foi minha inspiração. Seu exemplo de coragem e perseverança me incentivou a buscar o melhor para minha vida e me fez acreditar que nada é impossível. Lembro-me de quando você e meu irmão vendiam esfihas na rua para pagar minha faculdade. Foi graças a esse esforço incansável que pude realizar meu sonho de estudar e me tornar um pesquisador.

À professora Elisa Zwick, pela orientação e por sua inabalável disponibilidade em ser a principal interlocutora desta dissertação. Sua ajuda foi fundamental. Durante todo o processo de construção da pesquisa e da escrita, você esteve presente, oferecendo sugestões, feedbacks e, principalmente, ensinando-me a pensar. Lembro-me de uma frase que me marcou muito, e que sempre reforçava em nossas conversas: *pensar é, antes de tudo, querer criar um mundo*. E foi isso que você me ajudou a fazer, a criar perspectivas de um mundo melhor, refletindo e pensando. Sua orientação foi firme, porém carinhosa, e sempre esteve disponível para tirar dúvidas e auxiliar no que fosse necessário. Seus conselhos foram preciosos, e contribuíram significativamente para a construção do meu pensamento crítico. Sua contribuição não se restringiu apenas ao ambiente acadêmico, mas também ao meu crescimento como ser humano. A sua habilidade em identificar minhas limitações, potencialidades e possibilidades foi essencial para me ajudar a desenvolver a autoconfiança e a determinação necessária para alcançar meus objetivos. Sinto-me privilegiado por ter sido orientado por uma professora tão competente e dedicada como você. Saiba que, além da minha gratidão, carregarei sempre comigo os ensinamentos e valores transmitidos por você durante este período.

Aos professores Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira, Everton Rodrigues da Silva e Cícero Krupp da Luz que compuseram a banca de qualificação com comentários relevantes e importantes, logo incorporados ao trabalho.

Aos professores Adílio Renê Almeida Miranda, Aline Lourenço de Oliveira, Ana Carolina Guerra, Fernanda Mitsue Soares Onuma, Fabrício Casarejos e Fernando Batista

Pereira por tudo que fizeram por mim durante o meu tempo de mestrado. Sem dúvidas, vocês deixaram uma marca positiva em minha vida e em minha trajetória acadêmica.

Aos colegas de turma Jaqueline Tavares Anderson, Mariana Ferri Gonçalves, Patrick de Araújo Fernandes, Paula Quinteiro Felix Sabino, Guilherme Soares Ribeiro, Greicy Kelly Sant'Ana Gonçalves, Luís Ronaldo dos Santos, Guilherme Carvalho Barboza Elias, Maria Luísa Monteiro Martins, Tanísia Célia Messias, Wender Reis Ramos, Antônio Lisboa Alves Júnior, Júlio Cesar de Paiva, Camila Ferreira Tavares da Silva, Thaynara Oliveira Miranda Teixeira, Alice Matos dos Reis Rocha, Sabrina Neres Ribeiro e Esther Aparecida da Silva, quero expressar minha sincera gratidão por cada um de vocês. Juntos, pudemos construir uma atmosfera de amizade, respeito e cooperação.

Gostaria também de agradecer a minha amiga Paloma Silveira Pique Dourador, que sempre esteve presente durante todo o processo de pesquisa, análise e escrita, me incentivando e me dando suporte emocional. Sua amizade foi um grande apoio durante os momentos mais difíceis e desafiadores desta jornada.

Aos servidores da Unifal/MG, *campus* Varginha.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[...] de todas as ciências que o homem pode e deve saber, a principal é a ciência de viver fazendo o mínimo possível de mal e o máximo possível de bem.

(TOLSTÓI, 2017, p. 7).

RESUMO

A proposta desta dissertação consiste em uma tentativa de compreensão do medo na racionalidade neoliberal. Foucault, Dardot e Laval, Han, Agudelo, Mbembe, Saflate e Bauman são alguns autores que iremos colocar em diálogo para melhor compreender a mobilização e produção do medo numa era profundamente marcada pelo agravamento da insegurança, incerteza e vulnerabilidade. A forma central de medo na racionalidade neoliberal é aquela que o indivíduo institui a partir do pavor de não vencer, não ser visto ou de fracassar. É tudo que a racionalidade neoliberal precisa para domesticar os comportamentos sociais, produzir certas maneiras de viver e certas subjetividades. Para compreender o exposto, utilizamos da metodologia crítico-interpretativa de abordagem qualitativa. No primeiro capítulo apresentamos algumas discussões sobre o conceito de racionalidade neoliberal, elucidando sua influência na forma de nossa existência, que pode culminar com consequências indesejáveis. No segundo capítulo apresentamos o tema do medo, suas potencialidades e implicações na implementação e manutenção da racionalidade neoliberal. No terceiro capítulo apresentamos a maquinaria da descartabilidade neoliberal, e, posteriormente argumentamos como e o porquê o eixo amigo-inimigo é fundamental para que o medo tenha continuidade. O resultado desta dissertação elucidada como a racionalidade neoliberal escora-se num quadro permanente de medo de que, em nome de um *ethos* ilusório de sucesso, prosperidade e liberdade, alinhado à constante ameaça de desemprego, orienta a conduta dos indivíduos, suas escolhas e práticas.

Palavras-chave: racionalidade neoliberal; medo; insegurança; controle social.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation consists of an attempt to understand fear in neoliberal rationality. Foucault, Dardot and Laval, Han, Agudelo, Mbembe, Saflate and Bauman are some authors that we will put in dialogue to better understand the mobilization and production of fear in an era deeply marked by the worsening of insecurity, uncertainty and vulnerability. The central form of fear in neoliberal rationality is that which the individual institutes from the fear of not winning, not being seen or of failing. That's all neoliberal rationality needs to tame social behaviors, produce certain ways of living and certain subjectivities. To understand the above, we used the critical-interpretive methodology of a qualitative approach. In the first chapter we present some discussions about the concept of neoliberal rationality, elucidating its influence on the form of our existence, which can culminate in undesirable consequences. In the second chapter we present the theme of fear, its potentialities and implications in the implementation and maintenance of neoliberal rationality. In the third chapter we present the machinery of neoliberal disposability, and later we argue how and why the friend-enemy axis is fundamental for fear to continue. The result of this dissertation elucidates how neoliberal rationality is based on a permanent framework of fear that, in the name of an illusory ethos of success, prosperity and freedom, aligned with the constant threat of unemployment, guides the conduct of individuals, their choices and practices.

Keywords: neoliberal rationality; fear; insecurity; social control.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PROBLEMÁTICA DO NEOLIBERALISMO.....	17
2.1	ORIGEM DO NEOLIBERALISMO.....	20
2.2	NEOLIBERALISMO E SUA RACIONALIDADE.....	24
3	SOBRE O MEDO	38
3.1	DOCTRINA DO MEDO	39
3.2	MEDO EM REDE: UMA LIGAÇÃO INDISSOCIÁVEL	52
4	NEOLIBERALISMO E A MAQUINARIA DA DESCARTABILIDADE.....	61
4.1	NÃO-DITO NEOLIBERAL.....	62
4.2	POLÍTICA DA EXCLUSÃO, A AVERSÃO AO “OUTRO”: FRONTEIRAS QUE CONVERGEM À MORTE.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca enfrentar o problema de como o neoliberalismo administra o medo para manter sua hegemonia e garantir a adesão social. Para isso, especificamente, buscaremos: compreender a origem, o conceito e a racionalidade do neoliberalismo; analisar o medo como gatilho, como elo facilitador na construção de políticas e práticas neoliberais; abordar quais são os medos contemporâneos, suas potencialidades e implicações na implementação, produção e manutenção do neoliberalismo; e, além disso, investigar como o medo é utilizado para moldar a percepção dos indivíduos sobre questões econômicas, sociais e políticas. A privatização dos direitos, a exploração total do ser humano, a transformação do indivíduo em uma simples mercadoria, a luta brutal de concorrência, o enfraquecimento da solidariedade, o desprendimento dos vínculos sociais resultantes da insegurança, da incerteza e do individualismo são objetos de debate aos quais direcionamos esforços para mostrar seu papel em provocar a vulnerabilidade material, a fragilidade psicológica e a desconfiança quanto ao futuro. O indivíduo é negativamente afetado pela circulação de afetos tristes – o que veremos sendo analisado pelos autores aqui presentes – os quais são socialmente construídos, sustentados, fortalecidos e articulados para manter o seu engajamento ao neoliberalismo (CHAUÍ, 1987; DELEUZE; PARNET, 1998; SAFATLE, 2021a). Devido aos seus desdobramentos negativos, a racionalidade neoliberal culmina no aparecimento do medo: medo do desemprego, medo de ficar para trás, medo do “outro”.

A doutrina do medo envolta à racionalidade neoliberal permite ao capitalismo percorrer permanentemente todas as dimensões da existência humana, tanto de forma subjetiva quanto objetiva. O medo é empregado por esta racionalidade para que os indivíduos tenham aquiescência à norma de vida que rege, comanda, transforma e remodela a sociedade, ora sob seu aspecto político, ora sob seu aspecto econômico, ora sob seu aspecto social, ora sob seu aspecto subjetivo (DARDOT; LAVAL, 2016; LÓPEZ, 2016). Nesse contexto, o medo surge como uma ferramenta fundamental para a implementação, produção e manutenção da racionalidade neoliberal. Através do medo, o indivíduo é compelido a se adaptar e conformar com às exigências do mercado e a se submeter a um sistema de controle social cada vez mais rígido e opressivo (FUREDI, 2007; LÓPEZ, 2016; SAFLATE, 2021a). O indivíduo torna-se mais disposto a aceitar sanções sociais mais profundas, muitas vezes, à custa de seus direitos. Ao se sentir ameaçado e inseguro, o indivíduo tende a se submeter a um processo de subjetivação que o torna cada vez mais dócil, tornando-o um agente ativo no engajamento da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Na dimensão subjetiva, a racionalidade neoliberal se utiliza de um *ethos* de sucesso, prosperidade e liberdade, a fim de criar um ambiente de constante comparação e competição, gerando a transferência do fracasso para os objetos do fracasso (HAN, 2018c). Isso faz com que o desempregado vire o responsável por seu desemprego, assim como o adoecido se autopune por estar enfermo e não poder trabalhar. Através desse *ethos*, o neoliberalismo busca controlar as subjetividades, impondo um modelo de sucesso e felicidade que só é alcançado através do desempenho, do consumo e da acumulação de riqueza. Já na dimensão objetiva, a racionalidade neoliberal utiliza crises econômicas, o desemprego e outras formas de instabilidade social como instrumentos de controle, criando um ambiente de precariedade e insegurança econômica, que inclui medidas como reduzir as redes de proteção coletiva – aposentadoria, direito à saúde e direitos trabalhistas – e incentivo à figura do cidadão gestor de seus riscos, controlador do seu próprio futuro. Em suas dimensões objetiva e subjetiva, a racionalidade neoliberal cria uma cultura do medo em que os indivíduos são levados a concordar com as suas condições econômicas e a assumir certas maneiras de viver.

Dessa forma, esta dissertação demonstrará que, em sua racionalidade, o neoliberalismo necessita depender da existência de condições objetivas específicas, como, por exemplo, o desemprego, para que os seus princípios sejam totalmente implementados e sustentados. Ou seja, a racionalidade neoliberal requer um ambiente de medo permanente em que os indivíduos são forçados a competir entre si e a buscar sua própria realização em termos de sucesso, sem considerar o ambiente de precariedade e insegurança econômica que os alcançam. Nesse contexto, a racionalidade neoliberal investe na criação de inimigos imaginários como uma estratégia para produzir pânico social e estimular o medo. Ao criar inimigos imaginários, cria-se uma narrativa que aponta para um grupo ou um indivíduo específico como sendo a fonte de todos os males e problemas sociais. O neoliberalismo é uma racionalidade que cria inimigos¹, é disso que sua lógica de impor o medo se serve. A percepção do “outro” como bode expiatório ou inimigo é uma característica importante na gestão do medo pela racionalidade neoliberal. Uma das formas mais comuns de administração do medo é através da ameaça da perda de emprego. As empresas utilizam essa ameaça para manter os trabalhadores executando determinada(s) ação(ões), dedicando-se mais horas por menos dinheiro, sem reclamações ou protestos.

¹ A criação de inimigos não é algo feito pelo sistema do neoliberalismo exclusivamente, ao ser alçado como sistema de relações predominante no capitalismo. O embate entre as pessoas se deu ao longo da história, pelas guerras entre povos antigos, nas cruzadas, na Segunda Guerra (ECO, 2021). A guerra é a expressão do que, hoje se suavizou na conduta objetiva e, principalmente, na conduta subjetiva da racionalidade neoliberal.

Acerca disso, a racionalidade neoliberal se utiliza do medo como forma de legitimar e justificar suas políticas econômicas, controlar a opinião pública e influenciar pessoas. Por exemplo, o medo do comunismo é usado como fonte legitimadora da manutenção do *status quo*. O medo do desemprego pode ser usado como fonte legitimadora para justificar a necessidade de flexibilidade dos direitos trabalhistas (DARDOT; LAVAL, 2016). O medo de crises econômicas pode ser usado como fonte legitimadora a favor da austeridade (FERREIRA 2011; LAZZARATO, 2017). O medo de não estar onde todos estão pode ser usado como fonte legitimadora para justificar o consumo, em ignorância total quanto aos danos irreversíveis ao meio ambiente (AGUDELO, 2016). O medo de ameaças à segurança nacional pode ser usado como fonte legitimadora para justificar estados de exceção, como sustentam alguns dos autores que desenvolveremos (PIRES, 2021).

A dissertação aqui apresentada é uma pesquisa crítico-interpretativa de abordagem qualitativa, na expectativa de contribuir à conscientização sobre o grave declínio da civilização em curso² (POZZEBON; PETRINI, 2013). A abordagem de pesquisa crítico-interpretativa busca permitir que compreendamos as nuances do neoliberalismo como doutrina do medo para produzir conhecimentos que possam ser usados para questionar, transformar e explorar alternativas mais solidárias e coletivas. Isso envolve um enfoque reflexivo e crítico aos dados coletados (POZZEBON; PETRINI, 2013). A pesquisa crítico-interpretativa é central para dar voz a grupos marginalizados que são afetados de forma desproporcional pelo medo e pelas políticas que o geraram. Nessa perspectiva, a dissertação apresenta a discussão de Foucault (2008) sobre a racionalidade neoliberal como perspectiva crítica no debate contemporâneo acerca do medo. O conceito foucaultiano de racionalidade neoliberal descreve formas de pensar o avanço do capitalismo como modo de administração dos corpos e também da subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016). Sob esse aspecto, Foucault (2008) avalia a possibilidade de um poder não-repressivo, que se manifesta de forma mais sutil e insidiosa, infiltrando-se na mente do indivíduo e excitando-o a produzir, competir e consumir incessantemente de forma voluntária. É a tradução daquilo que autores como Han (2018c) denominam de psicopolítica, uma técnica de poder que visa explorar e colonizar o território da subjetividade humana por completo.

Para abordar a racionalidade neoliberal e as suas articulações de controle que

² “A principal tarefa da investigação crítica é a crítica social, em que as condições restritivas e alienantes do *status quo* são trazidos à luz. A pesquisa crítica centra-se nas oposições, conflitos e contradições da sociedade contemporânea, e procura ser emancipatória, buscando eliminar as causas da alienação e da dominação” (POZZEBON; PETRINI, 2013, p. 52).

determinam certas subjetividades e formas de existência, nós partiremos de uma perspectiva transdisciplinar entre sociologia e filosofia, ciência política, economia, direito, história e psicologia com a intenção de ampliar e reforçar a interpretação de vários níveis de realidade ao mesmo tempo (NICOLESCU, 2000). A partir de uma investigação bibliográfica, realizada através de livros, artigos, periódicos e teses de doutorado, explicaremos como a ascensão do individualismo, da concorrência, da competição, da resiliência, do “eu” *accountable*³, do empreendedor de si mesmo, da meritocracia, do estado de crise multidimensional e dos sinais de inquietação que empurram o indivíduo para o abismo do medo, são elementos que sustentam eficazmente o respeito, a sujeição e o comprometimento às leis da racionalidade neoliberal. Nessa direção, podemos citar os trabalhos de Dardot e Laval (2016), Han (2018c), Brown (2019), Mbembe (2016; 2020b), Hardt e Negri (2014), Butler (2020b), Gaulejac (2007), Lazzarato (2007) e Agudelo (2016). Os autores acima se apropriam das reflexões de Foucault sobre racionalidade neoliberal para redimensionar e ampliar o debate sobre o capitalismo contemporâneo, com foco na universalização do mercado, na emergência da liberdade, nos processos de subjetivação, no “eu” neoliberal, nas políticas da inimizade e no novo capitalismo do desempenho, do medo e de dados⁴. Como ficará evidenciado, as reflexões sobre a racionalidade neoliberal são de extrema importância para pensarmos temas atuais como a administração do medo.

Dedicaremos o primeiro capítulo a uma discussão na qual busca-se compreender o neoliberalismo como uma racionalidade que não quer transformar um indivíduo em puro objeto passivo, mas conduzir e administrar um indivíduo que aceita querer fazer (DARDOT; LAVAL, 2016). A racionalidade neoliberal carrega um conjunto de princípios que são considerados fundamentais para a tomada de decisões econômicas e políticas⁵. A proliferação de técnicas de autoajuda, *coaching*, desregulamentação do mercado e privatização de tudo e de todos são medidas justificadas por argumentos racionais – ou irracionais – pelo neoliberalismo, tais como:

³ A expressão “eu” *accountable* pode ser traduzida para o português como “eu” responsável. Ela se refere à ideia de que cada indivíduo é responsável pelas suas ações e decisões, e deve prestar contas por elas. Isso significa que, ao tomar uma decisão ou realizar uma ação, a pessoa deve estar ciente das possíveis consequências e assumir a responsabilidade por elas (DARDOT; LAVAL, 2016).

⁴ Cada ação que tomamos gera dados valiosos que podem ser transformados em ativos. Segundo Han (2018c, p. 85), “hoje, cada clique que damos e cada termo que pesquisamos ficam salvos. Cada passo na rede é observado e registrado”. Desde sermos captados por câmeras de monitoramento até realizar compras com cartões de banco, declarar impostos, fazer *login* em e-mails e sites, interagir nas redes sociais e até mesmo nossos movimentos registrados por sistemas de GPS em celulares e veículos (HAN, 2018c). Em resumo, praticamente todas as nossas atividades cotidianas são convertidas em dados (HAN, 2018c).

⁵ Como explicam Dardot e Laval (2016, p. 382), “o cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da eficácia”.

eficiência, competitividade, concorrência, rentabilidade, produtividade, desempenho, valorização do “eu” e maximização dos direitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016). É através do conjunto de princípios que definem que cada indivíduo é um projeto livre, que tempo é dinheiro, que cada indivíduo é responsável por si mesmo, que enfatiza o papel do mercado na tomada de decisões e o desprezo pelo social que os indivíduos sentem medo. O medo surge justamente por causa da perspectiva socialmente compartilhada de que o “eu” não depende mais do “outro”, o que é destilado no aprendizado sobre como se tornar um competidor eficiente e lucrativo.

No segundo capítulo, analisaremos como o medo é um afeto importante para compreender a forma com que a engrenagem neoliberal reproduz sua racionalidade no tecido social e, também, como se torna um componente subjetivo capaz de levar os indivíduos a aceitarem seus princípios. O neoliberalismo não vende apenas promessas, ele vende medo como parte indissociável do seu “combo”. Ao assim vendê-lo, como parte da sua normalidade, ele passa a ser entendido como um sistema de existir naturalmente necessário. Além disso, o neoliberalismo como doutrina do medo tem uma relação importante com as plataformas digitais e, nesse ínterim, debateremos como a sua racionalidade se utiliza delas para administrar o medo. As plataformas digitais amplificaram a intensidade de informações, o que é muito útil para a gestão do medo. Por intermédio de publicidades e propagandas baseadas no medo e na utilização de algoritmos de recomendação, há um aproveitamento da tecnologia digital para espalhar estímulos e impulsos que incentivam os indivíduos a apoiarem os princípios dessa racionalidade.

No terceiro capítulo, buscaremos demonstrar o como e o porquê do neoliberalismo funcionar como uma maquinaria da descartabilidade que recusa o diferente e transforma o indivíduo em objeto. Ao promover uma abordagem que prioriza o lucro acima das pessoas, incluindo a falta de acesso a direitos fundamentais básicos, como saúde e educação, e o crescimento da desigualdade social, sua racionalidade estabelece quem é descartável e quem não é. Refletiremos que a racionalidade neoliberal canaliza as forças de destruição e elimina qualquer empecilho ou disfunção que ofereça perigo à sua estabilidade. Ou seja, ela comporta um não-dito: poucos indivíduos vão alcançar o *ethos* de sucesso, prosperidade e liberdade. O mundo é atingido por um medo devastador, fruto de uma constante competição mortal que separa as pessoas entre “ganhadores” e “perdedores”, o que gera uma onda de ressentimento. Nesse contexto, apontaremos que o ressentimento é uma reação negativa em relação a grupos de pessoas que são vistas como ameaça ou responsáveis pela frustração e impotência do “eu”.

Por exemplo, o medo de perder o emprego leva ao ressentimento em relação a grupos de trabalhadores estrangeiros.

2 PROBLEMÁTICA DO NEOLIBERALISMO

O conceito de neoliberalismo é um mundo de tensões. Em um sentido mais genuíno, um conceito problemático, polêmico e fragmentado (FLECK, 2022). Compreender e analisar o neoliberalismo é um desafio (PEREIRA, 2019). O livre comércio, a privatização, a austeridade fiscal, a desregulamentação da economia e a oposição ao *Welfare State*⁶ são certamente alguns dos seus dogmas. O conceito de neoliberalismo não é homogêneo, mas amplo (PEREIRA, 2019), impreciso (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012) e nebuloso (WACQUANT, 2012), uma zona de tensões analíticas (BIRCH, 2015, 2017) em que todas as abordagens e, antes de tudo, sua própria definição contempla várias interpretações, que possuem inclinações políticas em suas elaborações. Porém, como adverte Pereira (2019, p. 234), as diversas interpretações do conceito de neoliberalismo “apontam para alvos mais complementares do que excludentes, variando conforme a ênfase teórica”. Segundo o autor, a variedade de abordagens e interpretações coexistem e estão inter-relacionadas. No entanto, faz um alerta, “não se pode afirmar que uma é mais importante em relação às demais” (PEREIRA, 2019, p. 236).

Na maioria das vezes, o neoliberalismo é utilizado como um rótulo negativo, entendido como equivalente a uma “metástase” que invade toda a sociedade, culminando em sua falência ou colapso. Há quem diga que o neoliberalismo é somente uma ficção “que habita os cérebros confusos de quem procura por um bode capaz de expiar os males do mundo” (FLECK, 2022, p. 251). Para alguns autores, o neoliberalismo não é mais útil como um conceito por se referir a fatos demais, levando a um estado de coisas indefinido, sem substância ou direção (BIRCH, 2017). Nesse contexto, o neoliberalismo tem sido criticado por aparecer como onipresente e onipotente (FLECK, 2022; SPRINGER, 2010). Entretanto, “da constatação de que ele é confuso ou ambíguo só segue a necessidade de esclarecê-lo, de compreender a articulação desta multiplicidade de sentidos” (FLECK, 2022, p. 254). Nada se ganha abandonando o conceito (FLECK, 2022). Conforme expõe Fleck (2022), conceitos são polissêmicos. Conceitos políticos que denotam ideologias e realidades sociais são sempre controversos (FLECK, 2022, p. 254):

[...] quem fala em neoliberalismo pode denotar uma doutrina teórica que reformula o liberalismo novecentista em um contexto de ascensão do Estado de bem-estar social argumentando que cabe ao Estado a promoção de mercados competitivos; pode falar de uma doutrina teórica que defende a redução do Estado por meio de uma crítica radical ao paternalismo; e pode também se referir às políticas sociais e estratégias de engenharia social adotadas primeiramente nos governos de Pinochet, Thatcher ou Reagan, e disseminadas mundo afora nas décadas posteriores.

⁶ Para uma melhor compreensão do conceito de *Welfare State*, o subcapítulo 2.1 desta dissertação discorrerá sobre o assunto com maior profundidade.

Diversos intelectuais vêm refletindo de forma crítica a respeito das diversas abordagens e interpretações do conceito de neoliberalismo, a exemplo de Foucault (2008), Hinkelammert (2014), Brown (2019), Dardot e Laval (2016), Han (2018c), Harvey (2008), Duménil e Lévy (2014), Bourdieu (2003), Wacquant (2012), Fraser (2020) e Chauí (2020). Diferenças epistemológicas e metodológicas à parte, é dominante o entendimento da concepção de que o neoliberalismo pode ser definido como a generalização da concorrência em todas as dimensões da existência humana (BIRCH, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016; PECK; THEODORE; BRENNER, 2012). De acordo com Birch (2017, p. 3), “o neoliberalismo está no ar! Parece que não há fim para comentaristas acadêmicos, jornalistas, políticos e ativistas usarem o termo neoliberalismo hoje em dia para descrever a configuração atual da nossa sociedade”. Nos últimos anos, ele tem sido apresentado de várias maneiras sobre temas extraídos de inúmeras pesquisas, incluindo medo (BAUMAN, 2008a; LÓPEZ, 2016), raça (MBEMBE, 2016; 2020a), cidadania (ONG, 2006; SASSEN, 2016; WACQUANT, 2012), direitos humanos (DOUZINAS, 2021) e gênero (FRASER; JAEGGI, 2020).

Com uma rápida pesquisa no Google notícias⁷ é possível perceber como a palavra neoliberalismo está em todos os lugares, proliferando em vários contextos. São exemplos as recentes manchetes:

- a) “As algemas do neoliberalismo e o agora você já sabe”, Brasil 247, 22 de maio de 2022;
- b) “O sofrimento foi privatizado, diz autor de livro sobre neoliberalismo e depressão social”, Revista Fórum, 6 de maio de 2022;
- c) “João Rodrigues: O neoliberalismo é um slogan?”, Expresso, 17 de maio de 2022;
- d) “Luiz Felipe D’ávila quer dar choque de neoliberalismo e sustentabilidade no Brasil”, O Liberal.com, 16 de maio de 2022;
- e) “Crises climáticas em uma ordem neoliberal – Observatório da Economia Contemporânea”, Carta Capital, 9 de maio de 2022;
- f) “Eleição na França mostra que política neoliberal não é capaz de conter o fascismo”, Brasil de fato, 25 de abril de 2022;
- g) “Neoliberalismo e bolsonarismo”, Revista movimento, 13 de fevereiro de 2023;
- h) “O neoliberalismo e a privatização dos direitos”, Brasil 247, 16 de fevereiro de 2023.

⁷ O *Google notícias* é um serviço gratuito oferecido pelo *Google* que apresenta as principais notícias de diversos veículos de comunicação de todo o mundo.

A fim de entender e esclarecer a multiplicidade de significados do que possa ser chamado de neoliberalismo, concordamos com Fleck (2022) e sugerimos distinguir o conceito de neoliberalismo enquanto doutrina teórica, articulada no Colóquio de Walter Lippmann⁸ e na Sociedade Mont-Pèlerin⁹, do neoliberalismo realmente existente, que surge e se dissemina a partir da crise do capitalismo dos anos de 1970, tanto a partir da ditadura no Chile de Pinochet, quanto a partir das vitórias eleitorais de Margareth Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Segundo Fleck (2022, p. 267), a doutrina neoliberal tem diversas versões:

Em termos históricos, há um primeiro argumento neoliberal vigente durante os anos 1930 e 1950, anos em que a doutrina reage a um keynesianismo ascendente e à consequente adoção de mecanismos estatais de intervenção econômica e de segurança social, no qual a doutrina neoliberal é sobretudo uma crítica ao planejamento central e à expansão do Estado, crítica que funciona como um alerta quanto a possíveis consequências totalitárias ou empobrecedoras decorrentes de tal planejamento; e há um segundo argumento, bem mais próximo ao liberalismo novecentista de estilo *laissez-faire*, a partir da década de 1960, em que se passa a defender o enxugamento radical do Estado.

Nesse contexto, em decorrência das transformações sociais inspiradas ou influenciadas por tais doutrinas, diversos usos do conceito de neoliberalismo vieram à tona (FLECK, 2022). Acerca disso, destacamos três deles: a abordagem marxista¹⁰; a abordagem foucaultiana¹¹; e a abordagem bourdieusiana¹². Não à toa, ONG (2006) argumenta que não há um neoliberalismo no singular com “N” maiúsculo, mas um neoliberalismo no plural, isto é, múltiplos neoliberalismos, oriundos da sua maleabilidade móvel, que é adotada de diferentes maneiras por diferentes regimes, sejam eles autoritários ou democráticos. Ou seja, existem diversos

⁸ Para uma melhor compreensão do Colóquio de Walter Lippmann, o subcapítulo 2.1 desta dissertação discorrerá sobre o assunto com maior profundidade.

⁹ Para uma melhor compreensão da Sociedade Mont-Pèlerin, o subcapítulo 2.1 desta dissertação discorrerá sobre o assunto com maior profundidade.

¹⁰ Uma das abordagens sobre o neoliberalismo é formada por estudos que se apropriam da visão materialista de Marx. Essa abordagem se insere em um debate situado nas questões de classe, violência e desigualdade social. Nessa direção, podemos citar o livro *Neoliberalismo, história e implicações* (HARVEY, 2008) e o livro *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global* (CHOMSKY, 2004).

¹¹ Outra abordagem sobre o neoliberalismo é formada por estudos que se apropriam da visão de Foucault. Essa abordagem tem por foco compreender o neoliberalismo enquanto uma racionalidade que estabelece conexões nocomo ideológico, econômico e psíquico. Nessa direção, podemos citar o livro *O nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008), o livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016), o livro *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* e o livro *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (BROWN, 2019).

¹² Outra abordagem sobre o neoliberalismo é formada por estudos que se apropriam da visão sociológica de Bourdieu. Essa abordagem tem por foco os efeitos sociais provocados pelas políticas neoliberais. Nessa direção, podemos citar o livro *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (BOURDIEU, 1998) e o artigo *Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente* (WACQUANT, 2012). A recepção intelectual das análises do autor sobre o neoliberalismo vai ser encarada de forma crítica a partir dos anos de 1980. Uma época em que os efeitos da política neoliberal passaram a tomar conta da paisagem do mundo.

neoliberalismos realmente existentes (FLECK, 2022). Sob esse aspecto, o neoliberalismo é uma tecnologia móvel que pode ser recontextualizada a depender das condições e formas locais (ONG, 2006). Nas palavras de Ong (2007, p. 3), “o neoliberalismo é conceituado não como um conjunto fixo de atributos com resultados predeterminados, mas como uma lógica de governo que migra e é seletivamente retomada em diversos contextos políticos”.

Como apontam Dardot e Laval (2016), é arriscado concluir e reduzir o neoliberalismo à aplicação de regimes autoritários e violentos. No decorrer dos anos 1980 e 1990, pôde-se assistir um fenômeno que foi bem definido como hiperinflação (SPRINGER, 2010). Diante do déficit fiscal ocasionado pela crescente crise da dívida, o neoliberalismo apresentou-se como salvação do emprego e do crescimento, e promoveu reformas estruturais de destruição do *Welfare State*, desregulamentação e privatização da economia (SPRINGER, 2010). O neoliberalismo foi implementado e promovido, nesse sentido, por meio de medidas democráticas, influenciadas em grande medida por instituições econômicas supranacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (DARDOT; LAVAL, 2016; SPRINGER, 2010). O avanço crescente da dívida externa dos Estados, em especial dos países do Sul global, abriu portas para o neoliberalismo fomentar relações neocoloniais de dependência de ajuda (SPRINGER, 2010). Sob o controle dos Estados Unidos e sua influência no Fundo Monetário Internacional (FMI), o neoliberalismo foi empacotado, comercializado e vendido aos países do Sul global com uma série de condicionalidades políticas e econômicas (SPRINGER, 2010).

2.1 ORIGEM DO NEOLIBERALISMO

A discussão teórica do neoliberalismo resulta de um conjunto de reflexões elaboradas entre 1938 e 1947, diante do desmoronamento e fracasso da experiência do chamado *laissez-faire*, o liberalismo clássico do século XIX, assim como em decorrência do avanço do *Welfare State* ou Estado de Bem-estar social, modelo de organização político-jurídico-econômica que demanda um sistema de proteção social que oferece cidadania e reconhecimento ao indivíduo economicamente mais vulnerável (CHAUÍ, 2000). O *Welfare State* possui uma natureza promotora que intervém na sociedade para promover a dignidade da pessoa humana e reduzir a desigualdade social. A partir do desmoronamento e fracasso do Estado Liberal acarretado pela Grande Depressão de 1929 e pela crise econômica gerada pela 2ª Guerra Mundial, o paradigma do Estado de Bem-estar social, movido pelas teorias econômicas de John Keynes, surge como aposta de reconstrução da Europa. Chauí (2020) sintetiza algumas características do *Welfare*

State: fordismo na produção¹³; políticas de pleno emprego; sufrágio universal; encargos sociais; participação reguladora do Estado na economia. Entretanto, nesse processo, o Estado endividou-se e entrou em colapso (CHAUÍ, 2000). A crise do petróleo durante a década de 1970 foi determinante para o desmantelamento do *Welfare State*. Muitos Estados que adotaram o modelo de Estado de Bem-estar social enfrentaram problemas graves na economia, o que levou a um aumento do desemprego e da inflação. Assim, a crise atraiu um questionamento sobre o papel do Estado e a emergência da aplicação do neoliberalismo.

A dimensão do conceito de neoliberalismo em seu texto de origem foi desenvolvida pelo economista austríaco Frederick Hayek (1977), no livro *O Caminho da Servidão*, publicado em Chicago em 1944. Nele, o autor combate o *Welfare State*, então vigente, que, em sua concepção, se constitui em um modelo de Estado pernicioso que provoca desequilíbrios orçamentários e intervenções intoleráveis que “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p. 9). Qualquer proposta de intervenção do Estado, mesmo que para corrigir injustiças e desigualdades, é identificada, na concepção do autor, como Caminho Da Servidão (HAYEK, 1977).

Nessa perspectiva, é preciso ao menos mencionar quatro momentos importantes que registram a origem do neoliberalismo. Como registro do período fundador do neoliberalismo o primeiro momento é o Colóquio Walter Lippmann, iniciado a partir de 1938 em Paris. O Colóquio Walter Lippmann suscitou um amplo debate entre economistas e personagens importantes da vida pública francesa sobre a falência do Estado Liberal (DARDOT; LAVAL, 2016). A reunião foi organizada por Louis Rougier e contou com a participação de economistas como Frederick Hayek e Ludwig VonMises. A conversa entre os economistas foi uma resposta – ou uma tentativa – não só do desmantelamento das políticas de bem-estar social do *Welfare State*, como também em resposta às ameaças reais do *New Deal* dos Estados Unidos¹⁴, às orientações planificadoras e reguladoras da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e à ascensão do Nazismo na Alemanha (ANDERSON, 1995; BIRCH, 2015; TURNER, 2007). Na leitura dos neoliberais, a falência do liberalismo *laissez-faire* fez com que

¹³ No modelo fordista, a produção é organizada em linhas de montagem, em que os trabalhadores realizam tarefas específicas e repetitivas, em um ritmo constante e coordenado pela esteira rolante. A divisão do trabalho é muito rigorosa, e cada trabalhador é treinado para realizar uma tarefa específica. No entanto, o modelo também é criticado por sua rigidez e falta de flexibilidade, e por desvalorizar a criatividade e a inovação no processo produtivo (CHAUÍ, 2020).

¹⁴ O *New Deal* foi um conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt durante a década de 1930. O objetivo era combater a Grande Depressão, uma crise econômica que havia atingido o país após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Entre as medidas adotadas pelo *New Deal*, estavam a criação de programas de assistência social, como o seguro-desemprego, a implementação de políticas de estímulo à economia e regulação do setor financeiro (DARDOT; LAVAL, 2016).

o Estado Liberal enfrentasse problemas e experimentasse dificuldades crescentes, que culminaram no colapso do capitalismo dos anos de 1929: a Grande Depressão. É nesse contexto que se buscou uma redefinição do liberalismo para o século XX¹⁵.

O segundo momento é a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, um centro intelectual à volta de inúmeros economistas e cientistas políticos como o norte-americano Milton Friedman, o austríaco Ludwig Von Mises e o britânico Michael Polanyi (DARDOT; LAVAL, 2016). Até a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, não havia sido estabelecido um consenso sobre as perspectivas do neoliberalismo. O neoliberalismo era uma discussão teórica embrionária, sem uma unidade conceitual, refletindo várias correntes e tradições de pensar, como os ordoliberais de Freiburg¹⁶, a escola de Chicago¹⁷ e a escola austríaca¹⁸. A singularidade deste espaço intelectual foi a capacidade de proporcionar a expansão e a proliferação do neoliberalismo em âmbito internacional, que teve como resultados: cadeias de financiamento e a criação de organismos internacionais¹⁹ que teriam como norte a estabilidade do mercado mundial (MONBIOT, 2016; TURNER, 2007).

O terceiro momento é a natureza autoritária²⁰ do neoliberalismo, que se basearia na mais criminosa das violências. Em *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, Klein (2008) demonstra como o neoliberalismo produz um conjunto de crises – econômicas, sociais e políticas – para introduzir reformas a favor do mercado, que colocam os cidadãos em um estado caótico, enriquecem uma minoria e minam com o Estado de Direito (KLEIN, 2008). A experiência da ditadura chilena de Pinochet, laboratório do neoliberalismo, na década de 1970, é um exemplo que vale destaque. À época, segundo o editor do jornal americano *Foreign Affairs*: “Washington precisava desestabilizar um governo marxista livremente eleito no Chile, porque estava determinado a buscar a estabilidade” (CHOMSKY, 2004, p. 11). Nesse ponto,

¹⁵ Turner (2007) argumenta que o neoliberalismo é uma projeção das promessas não cumpridas pelos liberais do século XVIII. De acordo com Dallari (2012), o indivíduo está preso às concepções do século XVIII quanto à organização e aos objetivos de um Estado Liberal de Direito. Ou seja, o neoliberalismo busca resgatar a concepção individualista de sociedade, a fim de reescrever a história do Estado Liberal.

¹⁶ Os ordoliberais de Freiburg surgiram na Alemanha do pós-guerra, e defendiam a ideia de que a economia deveria ser livre, mas regulada pelo Estado através de uma estrutura constitucional de forma a garantir a concorrência e a “competição completa”. Entre os principais autores podemos destacar Walter Eucken e Franz Böhm. (DARDOT; LAVAL, 2016).

¹⁷ A escola de Chicago, por sua vez, surgiu nos Estados Unidos na década de 1950, e se tornou conhecida por defender a liberdade econômica, o livre mercado e a concorrência. Entre os principais autores podemos destacar Milton Friedman (DARDOT; LAVAL, 2016).

¹⁸ A escola austríaca tem suas raízes no século XIX, e defende a ideia de que o mercado é capaz de regular-se sozinho, sem a necessidade de intervenção estatal. Entre os principais autores podemos destacar Ludwig von Mises e Friedrich Hayek (DARDOT; LAVAL, 2016).

¹⁹ É nesse contexto que foi criado o Fórum Econômico Mundial.

²⁰ De acordo com Frederick Hayek, uma ditadura poderia ser uma medida necessária durante um período de transição para implementar e promover o neoliberalismo. Nas palavras de Frederick Hayek: “prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo” (SAFATLE, 2021b, p. 19).

para os neoliberais, regimes radicais que buscariam um desenvolvimento voltado à cidadania ameaçam o protagonismo do capitalismo e são chamados de “maças podres” ou de “vírus” que podem estragar e infectar outros países (CHOMSKY, 2004). Tais ameaças justificariam a utilização da violência, “deixando atrás de si um rastro de morte, tortura e destruição” (CHOMSKY, 2004, p. 12).

O quarto momento está relacionado às questões que envolvem a grave crise do capitalismo na década de 1970. A discussão teórica e o conjunto de reflexões que deram origem ao neoliberalismo²¹ tornaram-se estafetas do que temos hoje diante dos olhos, a partir das crises do capitalismo de 1973²² e 1979²³, ambas atreladas aos países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A chegada da crise econômica ocasionada pelos sucessivos “choques do petróleo” é apresentada como estopim para a adoção da doutrina neoliberal articulada no Colóquio Walter Lippmann e na sociedade Mont-Pèlerin. No contexto da crise, o *Welfare State* deparou-se com uma profunda recessão, uma situação imprevisível, combinando aceleração inflacionária, queda generalizada do nível de renda, desemprego e baixas taxas de crescimento (CHAUÍ, 2020). O consenso quanto à possibilidade de retomada do capitalismo estava abalado. Os espíritos da Grande Depressão pareciam estar a acordar. Para os neoliberais, o *Welfare State* mostra aqui a explicação para a crise (SPRINGER, 2010). O *Welfare State*, que deveria ser um alento, uma rota de fuga, revelou-se, em vez disso, na perspectiva neoliberal, um longo desvio. Os direitos que foram sendo introduzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX – direitos civis, direitos políticos, o direito ao voto, o subsídio do desemprego, as políticas de pleno emprego, a garantia do salário mínimo e os direitos ligados à previdência social – seriam “imperfeições” que precisariam ser corrigidas, sob pena de uma nova crise econômica (NUNES, 2003, p. 451).

E para abater os direitos conquistados ao longo dos séculos que, na leitura neoliberal, cometem o “crime” de querer romper com a ordem da prosperidade e da competição, a solução passa pelo esvaziamento de tudo que esteja no caminho: o desmantelamento do *Welfare State*. A grave crise do capitalismo foi também – para os neoliberais – atribuída à extensão dos monopólios sindicais que, através de reivindicações corrosivas e parasitárias, inflavam os

²¹ O neoliberalismo é consolidado como modelo político-jurídico-econômico de Estado em um primeiro momento com Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, e com Ronald Reagan nos Estados Unidos, na década de 1980.

²² A crise do capitalismo de 1973 foi um período de turbulência econômica que afetou a maioria dos países do mundo ocidental, que ocorreu quando os países produtores de petróleo, liderados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), decidiram aumentar os preços do petróleo e restringir sua produção em resposta ao apoio dos países ocidentais a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (DARDOT; LAVAL, 2016).

²³ A crise foi agravada em 1979, quando houve outro aumento significativo nos preços do petróleo em decorrência da revolução iraniana e da guerra Irã-Iraque (DARDOT; LAVAL, 2016).

gastos públicos do Estado (NUNES, 2003). Não por acaso, Margaret Thatcher, figura importante na implementação do neoliberalismo, sob a chancela de Milton Friedman, reivindicou o desmantelamento dos sindicatos na Inglaterra, não hesitando em acusá-los de “destruir o Estado”, constituindo-os em inimigos internos, como “impurezas” que perturbam o dever de uma sociedade composta por indivíduos livres e iguais (NUNES, 2003, p. 435). É nessa perspectiva que devemos entender que um dos principais “remédios” apontados para superar as crises do capitalismo de 1973 e 1979 é a presença de um Estado forte e dilatado para quebrar e eliminar os sindicatos, com a finalidade de restaurar a taxa de desemprego necessária “para formar um exército industrial de reserva” (CHAUÍ, 2020, p. 309). Por outro, exige a necessidade de um Estado mínimo que contemple a privatização de tudo e todos²⁴.

2.2. NEOLIBERALISMO E SUA RACIONALIDADE

Esta dissertação fundamenta-se na percepção incontestável da presença do neoliberalismo em diversas dimensões da vida, corroborada por Dardot e Laval (2016, p. 17), para quem “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade”. Tal maneira de referir-se ao neoliberalismo implica compreendê-lo mais do que apenas uma doutrina política ou econômica, ou mesmo uma ideologia dominante (CORBANEZI; RASIA, 2020). Não se trata mais de pensar o neoliberalismo como um projeto econômico estático que opera somente por medidas de desregulamentação, privatização e políticas de austeridade (BROWN, 2019; DARDOT, 2013). Trata-se de compreender, mais especificamente, que a racionalidade neoliberal implica em transformar mais profundamente a relação que cada indivíduo mantém consigo mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016). Dardot e Laval (2016, p. 16) contextualizam: “com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”. A racionalidade neoliberal provoca profundas implicações para a sociedade como um todo, pois afeta a forma como os indivíduos se relacionam entre si, vivem suas vidas e se

²⁴ Em 1990, um conjunto de dez medidas econômicas foram amplamente recomendadas por instituições financeiras internacionais voltadas para promover o ajustamento econômico de países que passavam por dificuldades financeiras (ANDERSON, 1995). Esse conjunto de medidas foi denominado de Consenso de Washington. Conforme expõe Anderson (1995), as dez recomendações eram as seguintes: abertura comercial; privatização de estatais; redução dos gastos públicos; disciplina fiscal; reforma tributária; desregulamentação; estímulos aos investimentos estrangeiros; juros de mercado; câmbio de mercado; direito à propriedade intelectual. O Consenso de Washington acabou por implementar o neoliberalismo num contexto de crise do *Welfare State* e, de certa maneira, contribuir para o aumento da desigualdade social (ANDERSON, 1995).

relacionam com o mundo ao seu redor (HAN, 2018c). Isso inclui desde a forma como trabalhamos e consumimos até como vemos a nós mesmos e aos outros.

Enquanto racionalidade, o neoliberalismo prescinde da repressão ou coação (CORBANEZI; RASIA, 2020). Segundo Han (2018c, p. 25-26), “a técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil, flexível e inteligente” de subjetivação e sujeição. Como expressam Corbanezi e Rasia (2020, p. 296), “trata-se de fazer o indivíduo conduzir-se de determinada maneira como se motivado pelos seus próprios interesses”. Dessa forma, a racionalidade neoliberal “baseia-se em não funcionar por proibição e privação, mas por curtição e realização. Em vez de fazer as pessoas obedientes” (HAN, 2021a, p. 34), ela procura tornar o indivíduo dependente. Como diz La Boétie (2009), a servidão é voluntária²⁵. Han (2018c, p. 26) faz uma análise precisa: “muito mais eficiente é a técnica de poder que faz com que as pessoas se submetam ao contexto de dominação por si mesmas”. A promessa de satisfação provocada pela racionalidade neoliberal é mais eficiente de subjetivação e sujeição, porque é atrativa e livre de limitações. É afável e sedutora, provoca boas sensações de pertencimento. Ela convida o indivíduo a participar, compartilhar e comercializar seus desejos e aspirações. O próprio indivíduo tem o prazer em desejar e servir o capital. Nas palavras de Han (2021a, p. 35): “protestar contra o quê? contra si mesmo?” Em Admirável mundo novo, Huxley (2014, p. 36) explica: “[...] é o segredo da felicidade e da virtude: amarmos o que somos obrigados a fazer. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar”. E continua (HUXLEY, 2014, p. 35):

Túneis quentes alternavam-se com túneis resfriados. O resfriamento estava ligado a desconforto sob a forma de raios x diretos. Quando chegavam a ponto de serem decantados, os embriões tinham horror ao frio. Ficavam predestinados a emigrarem para os trópicos, a serem mineiros, tecelões de seda de acetato e operários de fundição. Mais tarde, seu espírito seria formado de maneira a confirmar as predisposições do corpo. – Nós os condicionamos de tal modo que eles se dão bem com o calor – disse o sr. Foster em conclusão – Nossos colegas em cima os ensinarão a amá-lo.

Nessa perspectiva, a racionalidade neoliberal atua como uma biopolítica (DOUZINAS, 2021), na medida que busca governar a vida e os corpos dos indivíduos, impondo-lhes normas e princípios que são funcionais aos seus interesses. A racionalidade neoliberal é uma biopolítica porque se preocupa em controlar e regular a forma de nossa existência, alcançando as “profundezes da consciência até aos organismos da população” (DOUZINAS, 2021, p. 13), com o objetivo de estabelecer modos de agir e pensar, tentando criar as condições que permitem

²⁵ De acordo com Hardt e Negri (2014, p. 28), “[...] às vezes, as pessoas se empenham por sua servidão como se fosse sua salvação”.

aos indivíduos atuar no mercado (SAIDEL, 2016). Nesse sentido, a racionalidade neoliberal utiliza de “modos de subjetivação, nos quais os indivíduos podem ser levados a trabalharem em si mesmos, por meio de práticas e tecnologias de si, em nome da vida ou saúde individual ou coletiva” (DOUZINAS, 2021, p. 13). Os modos de subjetivação a que são submetidos os indivíduos possibilita o processo de fabricação de corpos dóceis, que podem ser transformados e manipulados de acordo com os moldes determinados pela racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008). A competição, em particular, é um modo de subjetivação absoluto da racionalidade neoliberal, e é perseguida pelos indivíduos em todas as dimensões da vida (DARDOT; LAVAL, 2016). Motivados pela lógica competitiva, os indivíduos buscam pelo desempenho e produtividade constante como formas de alcançar a autorrealização, “uma vez que seus próprios destinos sociais, dos quais são exclusivamente responsabilizados, [...] tornam-se dependentes da qualidade do engajamento em suas atividades” (CORBANEZI; RASIA, 2020, p. 297).

A competição se combina com um outro modo de subjetivação mais afirmativo de controle social que Dardot e Laval (2016) denominam de “dispositivo desempenho/gozo”. Para os autores (2016, p. 353), o poder da racionalidade neoliberal, como estamos discutindo, “deve-se à instauração de situações que forcem os sujeitos a funcionar de acordo com os termos do jogo impostos a eles”. Estabelece aqui uma sociedade de desempenho e produção (HAN, 2017c), que implica a necessidade de cuidado com o corpo e aprimoramento de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016). Espera-se que cada indivíduo produza sempre mais e goze sempre mais e, desse modo, se adeque, se docilize e se conecte diretamente com sua nova realidade (DARDOT; LAVAL, 2016). A respeito disso, Dardot e Laval (2016) apontam para a instauração de técnicas de “*training*” e do “*coaching*” que visam fazer de cada indivíduo um “especialista de si mesmo”. Conforme expressa Saidel (2016, p. 141), o indivíduo assume um “contrato psicológico que implica a adesão à missão” da racionalidade neoliberal, sob pena de passar fome, fracassar ou ser uma vergonha para a sociedade. Assim, para aproximarmos dos estudos sobre racionalidade neoliberal, sobretudo diante das suas estratégias e múltiplas transformações concernentes à vida humana, é importante estudá-la como “forjador de novas subjetividades que respaldam novas formas de existência” (AMARAL, 2018, p. 517).

A racionalidade neoliberal propicia que certos tipos de subjetividade sejam construídas na tentativa de condicionar e regular a sociedade, controlando, tanto a mente, quanto os corpos para colocá-los sob constante obediência. Ela apoia-se num quadro normativo que, em nome do medo e da liberdade e apoiando-se nas margens da psicopolítica (HAN, 2018c), orienta os indivíduos “a conformar-se por si mesmos a certas normas” de forma espontânea e voluntária

(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19). Por isso, o indivíduo deve ser alvo de uma “intervenção” profunda para que a racionalidade neoliberal possa produzir e viabilizar os efeitos que deseja. Como reconheceu Margaret Thatcher: “a economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331). Nesse contexto, o medo desempenha um papel estratégico importante para racionalidade neoliberal mudar o coração e a alma dos indivíduos. Conforme apontam Nussbaum (2018) e Saidel (2016), a noção de medo permite pensar a insegurança e a incerteza que alcança a vida das pessoas e da sociedade como inevitável. Esse medo é algo que conta, por exemplo, com a nova forma de sociedade de desempenho e produção (HAN, 2017c) que apela à organização social com comprometimento, otimização, motivação, busca de aperfeiçoamento e performance (SAIDEL, 2016). Entretanto, num cenário de sociedades colapsadas, de crescente precarização do trabalho e silenciamento dos direitos sociais, estes modos de subjetivação neoliberal, alinhadas à constante ameaça de desemprego e fracasso pessoal, fazem com que o indivíduo se torne “eminente governável” (FOUCAULT, 2008; SAIDEL, 2016). Alguns exemplos trazidos por Chauí (2020, p. 318) permitem compreender a nova racionalidade estabelecida pelo neoliberalismo:

Capital humano. Elogiá-lo: “é o capital mais precioso”. Encargos sociais: Sempre dizer: “são muito pesados”. Dívida pública: indignar-se; “é um buraco sem fundo”. Igualdade: desconfiar. Estado: sempre se queixar: “é um parasita e um vampiro que vive *aux crochets* da sociedade”. Flexibilidade e precariedade: é o preço da eficácia. Individualidade: começar as frases sempre com “eu...”. Insegurança: fazer a apologia do risco: “quem não se arrisca não petisca”. Mercado: dizer em tom exaltado; “não há liberdade sem mercado”. Desemprego: “os desempregados são uns vagabundos”.

A psicopolítica é uma técnica de poder capaz de intervir nos elementos constitutivos da subjetividade, fragmentando-a (HAN, 2018c). É uma ferramenta importante para a implementação, promoção e manutenção da racionalidade neoliberal, permitindo que o capitalismo mantenha sua hegemonia e controle sobre os corpos e as mentes (HAN, 2018c). Como marca da racionalidade neoliberal, ela se concretiza por meio de um amplo conjunto de estratégias que condicionam o comportamento do indivíduo em direção a certos objetivos. A psicopolítica neoliberal faz com que o indivíduo seja exposto o tempo todo a um ciclo de ofertas que oferecem a necessidade e a possibilidade de alcançar sucesso fácil e ganho imediato, um oceano de opções movidas por slogans baseados na “teologia da prosperidade” (CASARA, 2018), com a promessa de felicidade, liberdade e dinheiro (HAN, 2018c; LÓPEZ, 2016). Isso é feito através da criação de narrativas e discursos que associam o neoliberalismo com valores como a autoajuda, autorrealização e autoestima, uma nova ética que encoraja as pessoas a trabalharem para si mesmas com o intuito de obter sucesso (DARDOT, LAVAL, 2016). O

resultado é péssimo. Impulsionados pela “teologia da prosperidade” (CASARA, 2018), indivíduos trabalhadores aceitam trabalhar em condições desgastantes, terríveis e precárias, fascinados por uma promessa de felicidade e liberdade (SAIDEL, 2016). Acerca disso, uma das principais estratégias da psicopolítica neoliberal é a criação de uma cultura que exalta e impõe um universo de competitividade generalizada, “intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo”, que é instado a comportar-se com uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). Trata-se da lógica antes inerente à competitividade empresarial estendida a todo o tecido social, exercício do mais puro extrato do capitalismo selvagem propulsionado pelo neoliberalismo.

Como expõe Chauí (2020, p. 321-322):

O neoliberalismo vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada uberização do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (é o que chamo de neocalvinismo). O salário não é visto comotal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofredores mentais, lgbtq+, destruindo a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

A psicopolítica neoliberal incita e excita o indivíduo, adequando sua mente por meio de uma “série de regulamentações leves e adaptativas”, a gerir um meio que conduz seu comportamento de uma maneira mais do que outra (LAZZARATO, 2017, p. 12). Ela altera o objeto de controle do capitalismo “da repressão para a sedução, da imposição para a adesão, da obediência para o reconhecimento” (GAULEJAC, 2007, p. 109-120). A racionalidade neoliberal funciona por meio de um hipnotismo que aglomera as massas em torno de um centro de objetivos comuns, fazendo-as dar tudo de si em prol do cumprimento de seus fantasmagóricos objetivos²⁶. Tal figura se esclarece pelo aspecto ideológico das publicidades,

²⁶ O indivíduo incorpora inconscientemente no espírito da sua alma todos os princípios projetados pela racionalidade neoliberal: aceita a ideia de que a meritocracia é a garantidora de que todas as pessoas tenham o que merecem; internaliza comportamentos e crenças: não importa o que aconteça, o desemprego é fruto do seu fracasso por não ser um empreendedor de sucesso; passa a ser um indivíduo *workaholic* com dedicação quase que exclusiva do seu tempo e cada vez mais dependente do reconhecimento dos outros; um indivíduo que busca “vestir a camisa da empresa”, a fim de atingir metas, *likes* e visualizações.

dos shows de luzes que transbordam os *shoppings centers*, dos ambientes de trabalho estimulantes, da disposição arquitetônica das empresas e dos perfis de influenciadores das plataformas digitais, com seus filtros, cores, ícones brilhantes e chamativos que objetivam, sob a iminência de processos hipnóticos, prender a atenção das pessoas (BENEVIDES, 2017). Tudo isso consiste em uma imensa maquinaria que busca obter lucro na medida em que “suprime qualquer tempo de decisão e produz correlativamente estados de dormência psíquica” (BENEVIDES, 2017, p. 7). O indivíduo não tem pensamento próprio, pode ser influenciado, age por automatismo, meio hipnotizado, sem tempo para reflexão, principalmente sobre seu *status* de alienação. No seu âmbito subjetivo, a racionalidade neoliberal causa um pandemônio de sensações que hipnotizam, não raro as mesmas que idiotizam. Por conta disso, Lipovetsky e Serroy (2015) pretendem evidenciar que vivemos em uma era da estetização do mundo sustentado pelo capitalismo do consumo.

A respeito disso, Han (2018c, p. 45) observa que:

A psicopolítica neoliberal inventa formas de exploração cada vez mais refinadas. Inúmeros workshops de gestão pessoal, fins de semana motivacionais, seminários dedesenvolvimento pessoal e treinamentos de inteligência emocional prometem a otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites. As pessoas são controladas pela técnica de dominação neoliberal que visa explorar não apenas a jornada de trabalho, mas a pessoa por completo, a atenção total, e até a própria vida. O *ser humano* é descoberto e tornando objeto de exploração.

A sociedade que se impõe no presente é como uma “serpente”, um animal de ondulações e da superfície, ícone puro da liberdade, mesmo que ilusória²⁷. O próprio desempenho desses animais em seu habitat natural tem a nos dizer muito, do que podemos entender que os humanos-serpentes, tipo exigido pelo neoliberalismo, devam ser pessoas sempre prontas a dar o bote no “outro”, considerado um inimigo por princípio (CHIGNOLA, 2018). Para seduzir e cativar o indivíduo a fim de garantir sua adesão, a psicopolítica neoliberal possibilita um controle a partir da mente que ocorre não às escondidas, mas à luz do dia através: da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997); da sociedade de consumo (BAUMAN, 2008b; LIPOVETSKY, 2007); da sociedade unidimensional (MARCUSE, 1973); da sociedade dos simulacros (BAUDRILLARD, 1991); da sociedade da transparência (HAN, 2017b); da

²⁷ “Ao contrário da toupeira, a serpente não se movimenta em espaços fechados; é a partir do movimento que abre espaço. A toupeira é trabalhadora. A cobra, por sua vez, é empreendedora. É o animal do regime neoliberal. A toupeira se move em espaços pré-instalados, e por isso se submete a restrições. É um sujeito submisso. A serpente é um projeto, na medida em que cria espaços a partir do movimento. A passagem da toupeira para a serpente, do sujeito ao projeto, não é uma irrupção para uma forma de vida completamente diferente, mas uma mutação, um agravamento do próprio capitalismo. A reduzida capacidade de movimento da toupeira coloca limites à produtividade. Mesmo que trabalhe com disciplina, ela não pode ir além de determinado nível de produtividade. A serpente anula essas limitações através de novas formas de movimento. Assim, o sistema capitalista passa do modelo-toupeira para o modelo-serpente, aumentando a produtividade” (HAN, 2018c, p. 30).

sociedade da velocidade (VIRILIO, 1996); da sociedade de controle (DELEUZE, 1992). Cada vez mais, o neoliberalismo funciona “por contágio e não por convencimento, valendo de agitações sociais, que canalizam subjetividades em direções lucrativas” (MASSUMI, 2015, p. 25). Um exemplo é o tipo de estratégia adotada pelas empresas, que muitas vezes associam seus produtos e marcas a valores e identidades que os indivíduos desejam ter. O contágio se espalha pela sociedade por meio da imitação e da pressão social. Quando determinados estilos de vida se tornam populares, os indivíduos são incentivados a imitá-los para se sentirem incluídos e aceitos (IENNACO, 2020).

Em trabalhos mais recentes, Brown (2019) utilizou o vocábulo “economização” da vida para designar a forma contemporânea do capitalismo que se apropriou de todas as dimensões da existência humana em termos econômicos, que pode ser interpretado em perspectiva semelhante à racionalidade neoliberal. Para a autora, à medida que o neoliberalismo se torna o senso formador do mundo, investindo para a totalidade da sociedade “ele se espalha pelos locais de trabalho, pelas escolas, pelos hospitais, pelas academias, pelas viagens aéreas, pelo policiamento e por todas as formas do desejo e das decisões humanas”. (BROWN, 2021, p. 96-97). Autores como Massumi (2015) falam sobre a “subsunção da vida” sob o capitalismo. Para o autor (2015, p. 25), o neoliberalismo “é mais sobre explorar e capturar ou produzir e multiplicar potenciais para fazer e ser do que vender coisas” – *Sugar Daddy*²⁸, *OnlyFans*²⁹, *Airbnb*³⁰, a ferramenta de *Close Friends* criada pelo *Instagram*³¹, a *selfie* nossa de cada dia (DANTAS; SOUZA, 2022), os *non-fungible tokens*³² (NFTs), “o que você está pensando agora?”, diz o lema do *Facebook*³³, plataformas digitais que mercantilizam a vida na forma de *reels*, *stories*, curtidas e posts – o mundo da vida como um todo é colonizado pelo capital. É o que pretendeu, por exemplo, Emmanuel Macron, atual presidente da França quando eleito pela primeira vez em 2017. Segundo ele, a França precisava “se mover e pensar como uma *startup*”

²⁸ É uma expressão utilizada para descrever um homem mais velho que se relaciona financeiramente com uma pessoa mais jovem em troca de companhia ou outros benefícios.

²⁹ É uma plataforma *online* que permite que as pessoas publiquem conteúdo exclusivo para seus assinantes, muitas vezes de cunho adulto.

³⁰ É uma plataforma *online* que permite que as pessoas aluguem suas casas ou apartamentos para turistas e viajantes.

³¹ A ferramenta permite que os usuários selecionem um grupo específico de seguidores para compartilhar conteúdo exclusivo e privado.

³² “São bens intangíveis, representam algo único, como obras de artes raras, mas o que se compra não é a arte em si, é o *token* criptográfico. [...] São bens que não podem ser revendidos. Em outras palavras, são assinaturas digitais únicas de maneira a garantir que a autenticidade da obra não se perca” (LACERDA, 2022, p. 104).

³³ “O *Facebook*, através do domínio www.facebook.com, tornou-se a maior rede social do mundo. [...] Usada como veículo de comunicação interpessoal e, igualmente para negócios, conta com uma série de ferramentas e funções. Os usuários criam perfis onde podem compartilhar fotos, vídeos, pensamentos, interesses, opiniões, interagir tanto através do seu *feed*, como por meio de mensagens privadas” (LACERDA, 2022, p. 66).

(OLIVEIRA, 2018, p. 64). Tal percepção é corroborada por Negri (2015) em Biocapitalismo e por Fisher (2020) em Realismo capitalista.

A definição de Dardot e Laval (2016) do neoliberalismo como uma verdadeira “razão de mundo” capaz de condicionar corpos e mentes é um desafio provocador para compreender muito do que nossa sociedade se tornou nos últimos anos, e enfatiza a necessidade de incorporar ao mundo humano da consciência e da reflexão uma avaliação crítica apta a diagnosticar os seus sintomas e as consequências para nossas vidas. Para diagnosticar melhor o neoliberalismo é preciso relacionar os seus vários sintomas. Quanto melhor o entendimento do diagnóstico, maior a perspectiva de tomadas de decisões com sucesso. Sair da proposição de que não há alternativas necessariamente passa pela compreensão do que é de fato a racionalidade neoliberal. Nesse contexto, é lapidar a reflexão de Heller (1999, p. 13): “se uma civilização encontra-se em crise, devemos supor duas hipóteses: ou suas doenças serão curadas ou ela entrará em colapso”. As alternativas passam indubitavelmente pela solução dos problemas mais latentes, de um lado, ou a decomposição social, de outro (HELLER, 1999). Entretanto, é preciso compreender que os sintomas que se manifestam no neoliberalismo não são de uma doença ou indício que possa ser resolvido de maneira simples pois pertencem ao *modus operandi* do próprio capitalismo. O discurso de que não há tempos para perdedores suscita uma questão importante: o que é ser um perdedor? Se a tese defendida pelos neoliberais estiver correta, podemos dizer que boa parte das pessoas estariam a pertencer ao grupo dos indesejáveis e inúteis.

Em Nascimento da biopolítica, Foucault (2008) estabelece quatro traços que caracterizam o neoliberalismo como a nova razão de mundo: o mercado como realidade construída que requer uma intervenção ativa por parte do Estado; a generalização da concorrência, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade dos indivíduos; a primazia do direito privado em detrimento do direito público; e a empresa como modelo de subjetivação. Em similitude, Dardot (2013) no artigo publicado em francês intitulado *Le capitalisme à la lumière du néolibéralisme*, e em conjunto com Laval (2016), na obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre sociedade neoliberal*, chegam a conclusões semelhantes. Nessa perspectiva, é importante citar a obra *Mercado versus direitos humanos*, do economista alemão Hinkelammert (2014, p. 131). Nela, o autor já havia chegado às mesmas conclusões que Foucault na década de 1960. Diz o intelectual (HINKELAMMERT, 2014, p. 131):

Os valores proclamados são principalmente os seguintes: competitividade, eficiência, racionalização e funcionalização dos processos institucionais e técnicos, e em geral os valores da ética do mercado. Podemos sintetizá-los todos num único valor central, o valor do cálculo de utilidade a partir do interesse próprio, seja

de parte dos indivíduos e das coletividades que agem e calculam como indivíduos, seja de parte dos Estados, dos aglomerados de Estados e das instituições, incluindo as empresas e corporações. Para efeito do cálculo de utilidade a partir do interesse próprio, todos são indivíduos coletivos. [...] O que chama atenção em seguida é que os valores vigentes são todos valores formais e não se referem ao conteúdo das ações humanas. São os valores do que se chama racionalidade, muitas vezes reduzida à racionalidade econômica.

A racionalidade neoliberal não é Adam Smith reativado. O Estado deve intervir sem qualquer limite. Oportuna, pois, nesse ponto, a asserção de Valim (2017, p. 33), “quem decide sobre a exceção atualmente é o mercado, em nome de uma elite invisível e ilocalizável; é dizer, o soberano na contemporaneidade é o mercado”. Isto é, o neoliberalismo representa uma mudança de paradigma no entendimento a respeito da atuação do mercado, contrapondo-se à estratégia do liberalismo clássico que vê o mercado como um dado natural e orgânico (DARDOT, 2013). A racionalidade neoliberal requer uma governamentalidade ativa, uma realidade construída, a essência do mercado só pode aparecer se for produzida por uma intervenção vigilante e permanente. Ou seja, “é necessário governar *para* o mercado, em vez de governar *por causa* do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 164-165). Para promover a liberdade de empreender e a concorrência o mercado deve ser viabilizado e amparado pelo Estado, que é responsável pela neutralização de qualquer mobilização³⁴ capaz de resistir e agir contra ele (BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2016). Em outras palavras, o “neoliberalismo não tem pudor de restringir ou mesmo inviabilizar a liberdade sempre que existir risco para o mercado ou para os detentores do poder político” (CASARA, 2018, p. 48).

Na racionalidade neoliberal há apenas empresas: a vida humana é concebida como uma forma-empresa ou cultura do empreendedorismo, em cujos princípios se baseia o valor do cálculo de utilidade³⁵ a partir do interesse próprio, seja de parte dos indivíduos, seja de parte

³⁴ Por exemplo, destacamos o Projeto de Lei número 272/2016 – Lei Antiterrorismo, criado no Brasil. O referido projeto consubstancia-se no agravamento de práticas “consideradas terroristas”, assim entendidas aquelas ações que visam extirpar a paz pública ou colocar em risco a população por meio de um suposto terror social. Ocorre que o Projeto de Lei 272/2016 é formado por uma série de lacunas e incongruências que podem acarretar desvios interpretativos e prejudicar o exercício de direitos fundamentais, como o direito à livre manifestação do pensamento, uma vez que alguns dispositivos expressam a motivação política ou ideológica como um dos elementos caracterizadores da infração. É de se destacar que a Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 5º uma variedade de direitos fundamentais que jamais podem ser inibidos por qualquer componente que possa relativizar o valor da democracia, que, aliás, se concretiza na pluralidade de pensamentos, na convivência de manifestações e protestos, mesmo que divergentes entre si. Diante desse cenário, observamos que o Projeto de Lei 272/2016 se preocupa em estabelecer uma divisão entre as pessoas por meio de estereótipos “negativos” baseados na motivação política ou ideológica, cuja finalidade profícua é buscar a erradicação do “outro” – considerado diferente à medida que práticas ditas terroristas podem ser consideradas pretextos para violações de direitos fundamentais.

³⁵ Sobre a lógica da utilidade aplicada ao neoliberalismo, Ordine (2016, p. 12) afirma: “no universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte”.

do Estado, incluindo as empresas (HINKELAMMERT, 2014). Trata-se de uma política da vida em que todos são empresas, destinados à competição mortal, no qual vencer pressupõe derrotar o “outro”, isso em detrimento da solidariedade, da fraternidade, da cooperação e do interesse comum. Acerca disso, Casara (2018, p. 54) assinala: “o mercado exige um sujeito pronto para todas as conexões mercadológicas, sem limites, egocêntrico, pronto para destruir os concorrentes/inimigos”. Assim, a racionalidade neoliberal aponta para uma sociedade em “funcionamento psicopático” em que nada parece fazer sentido para além do pensamento mercantil (HAN, 2021a). O indivíduo, por estar inserido em um contexto de padrões competitivos, torna-se uma pessoa sem valores afetivos, favorecendo, assim, uma ditadura do “eu”. Ditadura que acaba por gerar uma assimetria do “eu” em relação ao “outro”, já que a vitória de uns dependeria da derrota de outros. Logo, as relações pessoais se tornam mais hostis, em que o sentimento de aniquilar o “outro” se torna algo banal (ARENDDT, 2007). Afinal, em uma corrida pelo sucesso segundo o cálculo de utilidade a partir do interesse próprio, é preferível a morte do “outro” que se torna um empecilho que atrapalha a sobrevivência e realização do “eu”.

Sob esse aspecto, Mbembe (2020a, p. 15) expressa que:

O neoliberalismo é a época ao longo do qual o tempo curto se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, engrenou-se um movimento de escalada, baseado na visão segundo a qual todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor no mercado. Esse movimento também se caracteriza tanto pela produção da indiferença, a paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números, quanto por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Assombrado por uma dupla desgraça, o capital, sobretudo financeiro, define-se agora como ilimitado, não só do ponto de vista dos seus fins como também dos seus meios.

A esse problema seguirá um outro ainda mais crítico, a saber, o fato de que na racionalidade neoliberal os indivíduos são transformados e tratados como mercadorias e a “elas deve ser atribuído um valor de troca” (CASARA, 2018, p. 53). Em Vida para consumo, a transformação das pessoas em mercadoria, Bauman (2008b, p. 13-20) enfatiza: “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito, sem primeiro virar mercadoria. As pessoas são aliciadas, estimuladas ou forçadas a promover uma mercadoria atraente e desejável”. Ocorre que, na sociedade neoliberal de trocas se exclui radicalmente o estranho que não tem o valor positivo de mercadoria, pois não parece que possa oferecer qualquer benefício em favor dos fins do mercado (CORTINA, 2020). A essência da racionalidade neoliberal reside não na figura do cidadão, mas na do consumidor, cujas escolhas são exercidas sob o nome da meritocracia, que recompensa o mérito e pune aqueles que não interessam à racionalidade neoliberal, por não

consumirem ou por não produzirem (CASARA, 2018). Por tais razões, Casara (2018, p. 39-40) aponta que:

O mercado tornou-se o eixo orientador de todas as ações, uma vez que foi elevado a núcleo fundamental responsável por preservar a liberdade econômica e política. Os bens, as pessoas, os princípios e as regras passaram a ser valorizadas apenas na condição de mercadorias, isto é, passaram a receber o tratamento conferido às mercadorias a partir de seu valor de uso e de troca. Deu-se a máxima desumanização inerente à lógica do capital, que se fundamenta na competição, no individualismo e na busca do lucro sem limites.

E assim, a educação vira custo e não investimento, saúde vira planilha e não luta pela manutenção da vida, direitos trabalhistas geram despesas e não direitos. Na leitura neoliberal, “o indispensável é inútil” (HINKELAMMERT, 2014, p. 132). Mas, o que seria indispensável para a vida humana? A convivência, a paz, o cuidado da natureza? No cálculo de custo e eficiência, a convivência é inútil, a não ser que seja transformada em capital a ser explorado (HINKELAMMERT, 2014). Isto é, o indivíduo desempregado pode até ser descartável, a não ser que seja transformado em um ativo importante para o mercado (como por exemplo, motorista de aplicativo) a ser explorado em virtude de sua utilidade, apto a gerar lucro. O que caracteriza o preço e o valor de uma pessoa enquanto capital humano – e isso fica claro na racionalidade neoliberal – é a sua utilidade e rentabilidade para o mercado. Sob esse aspecto, nos deparamos com uma contradição, pois quando a racionalidade neoliberal prioriza a utilidade e consegue manter de fora os inúteis e aqueles que não prestam, o mercado imediatamente denuncia a escassez de mão de obra e demanda por trabalhadores ilegais/informais: quem fará o trabalho doméstico, quem fará o trabalho de entregas de comidas do *iFood* e do *Uber Eats*, se não há trabalhadores inúteis e descartáveis? (HARDT; NEGRI, 2016).

Nas palavras de Hinkelammert (2014, p. 133):

O ser humano é inútil e até “descartável”, a não ser que seja transformado em capital humano a ser explorado em função de sua utilidade, seja a utilidade a partir do interesse próprio calculada por ele mesmo, que considera a si mesmo capital humano, ou por outros, que querem explorá-lo em virtude de suas respectivas utilidades próprias. O indispensável – o ser humano enquanto humano e a natureza externa enquanto natureza – é sempre inútil.

Chauí (2020), Saflate (2021b) e Han (2021a) denominam o neoliberalismo como uma nova forma de totalitarismo. Porque, a cada um de nós é oferecida a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea, uma sociedade totalitária que absorve o Estado e define todas as dimensões da vida como se fora a estrutura de uma empresa capitalista. Tal mundo seria totalitário, pois em nome da lógica do mercado, que foi elevado à posição de modelo universal e regulador do mundo da vida, os indivíduos são incapazes de conceber suas existências fora

da individualidade e da competição. Mais profundamente, tudo que for contrário à pauta neoliberal é considerado sem sentido. A única verdade reconhecida é o valor do cálculo de utilidade a partir do interesse próprio (HINKELAMMERT, 2014). É um aspecto do neoliberalismo que tende a considerar como irracional tudo aquilo que não entra na sua lógica. Essa visão totalitária impõe aos indivíduos uma única forma de pensar e agir, anulando a pluralidade e a diversidade de ideias e perspectivas³⁶.

Zaffaroni (2021a), por exemplo, assevera que vivemos em um totalitarismo financeiro³⁷, que tudo é justificado pelo mercado. Aqui vale a alusão da metáfora utilizada por Adichie (2019): “o perigo de uma história única”. O problema de uma história única é que ela apaga não apenas as coisas do mundo, mas também das mentes das pessoas. A autora identifica como o indivíduo é vulnerável diante de uma história, como a vida se diminui quando não há espaço para o diferente. Nesse sentido, Saflate (2021b) evidencia o neoliberalismo como um Estado total sem limites que busca calar todos que não acreditam nele. O autor explica que o Estado total neoliberal emerge enquanto uma nova forma de soberania que demanda a presença de um modo de intervenção profunda que conecta de forma complexa e indissociável Estado, empresa e indivíduo e, por outro, sua redução ao mínimo – e até mesmo a suspensão de direitos fundamentais (SAFLATE, 2021b). Em Desenvolvimento como liberdade, Sen (2010, p. 30) expõe o modo de operar neoliberal:

No que se refere a outras privações de liberdade, a um número enorme de pessoas em diversos países do mundo são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos. Afirma-se com certa frequência que a negação desses direitos ajuda a estimular o crescimento econômico e é “benéfica” para o desenvolvimento econômico rápido. Alguns chegaram a defender sistemas políticos mais autoritários – com negação de direitos civis e políticos básicos – alegando a vantagem desses sistemas na promoção do desenvolvimento econômico.

É importante destacar que o neoliberalismo caminha simultaneamente com a globalização, projeto político iniciado na década de 1980, que objetiva uma integração mercadológica em escala mundial, “como se toda a população do mundo fizesse parte do povo de um único Estado” (DALLARI, 2010, p. 156), a partir de uma ortodoxia neoliberal (BECK,

³⁶ Um exemplo disso é a forma como a lógica do mercado tem sido aplicada na área da educação, transformando as instituições educacionais em empresas que buscam maximizar seus lucros em vez de garantir o acesso à educação de qualidade para todos (LAVAL, 2019). Isso pode levar a uma padronização do ensino, em que o aprendizado se restringe àquilo que é útil para o mercado, em detrimento de uma formação crítica e plural (LAVAL, 2019).

³⁷ Segundo Zaffaroni (2021b, p. 29), “O totalitarismo financeiro é legitimado com um novo discurso reducionista (economicista), baseado na antropologia aberrante do *homo economicus* e da meritocracia, que se espalha pelas academias – mesmo o Prêmio Nobel –, como uma ideologia que confronta radicalmente com os Direitos Humanos”

1998; HABERMAS, 2003). A globalização não é somente integração de mercados, mas envolve, *pari passu*, uma “profunda reestruturação capitalista, sustentada tecnicamente na revolução informática e das comunicações” (VIEIRA, 1997, p. 77). Uma globalização³⁸ que atinge todos os espaços da sociedade por meio de fabulações que eliminam o pensar do indivíduo, fazendo com que este cumpra com sua ideologia e, principalmente, que seja um defensor disposto a respeitar seus princípios (SANTOS, 2001). Por isso, devemos considerar a globalização enquanto um projeto de standardização de procedimentos, comportamentos e interesses que busca anular tudo e todos que ameaçam o controle do mercado³⁹, tornando as pessoas muito semelhantes umas às outras (COSTA, 2010).

Em *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*, Han (2018a) descreve o terror do idêntico. Nesse cenário perturbador, as tecnologias atuais emergem como as artífices silenciosas de um mundo excessivamente homogêneo, aprisionando o indivíduo na miragem ilusória do igual (HAN, 2018a). Por meio de seus tentáculos digitais, elas tecem uma teia de fabulações insidiosas que se infiltram na vida do indivíduo, alcançando todos os recantos da sociedade. Filmes, vídeos, jogos, ideias, narrativas, comentários ou *posts* nas redes sociais digitais rodeiam o indivíduo, seduzindo-o com a promessa de pertencimento (HAN, 2018a). Entretanto, inconscientemente, elas conduzem o indivíduo a uma prisão invisível, onde a diferença é extirpada e o diverso é expulso. Os indivíduos, cativos em suas bolhas digitais, consomem o mesmo tipo de conteúdo, como uma droga viciante que anestesia a singularidade de cada um. Numa sinfonia cruelmente orquestrada, as tecnologias eliminam distâncias e aproximam corpos e mentes com gostos e tendências idênticos, um abismo de uniformidade (HAN, 2018a). O que, em certa medida, contribui para o surgimento do medo. O medo de falhar, de ficar à margem, de se enganar, de fracassar (HAN, 2018a). É nesse cenário desolador que a racionalidade neoliberal se fortalece, impulsionada pelo temor de ser diferente. Na busca incessante pela aceitação, pela validação social, o indivíduo é levado a acreditar que não existe

³⁸ A globalização foi longe demais (RODRIK, 2011). A ideia de uma sociedade aberta, de um “mercado sem fronteiras” que teria a capacidade de proporcionar bem-estar a todos é, na verdade, uma grande mentira (SANTOS, 2001). Bauman (2008a, p. 126) enfatiza: “até aqui, nossa globalização é totalmente negativa”. Uma globalização viciada em violência, no espetáculo da guerra, altamente seletiva, do controle, do terrorismo e do lucro.

³⁹ Bercovici (2015, p. 744-745), faz o seguinte alerta: “o processo de mundialização econômica está causando a redução dos espaços políticos, substituindo a razão política pela técnica. Há um processo de tentativa de substituição dos governos que exprimem a soberania popular pelas estruturas de *governance*, cujos protagonistas são organismos nacionais e internacionais “neutros” (bancos, agências governamentais “independentes”, organizações não-governamentais, empresas transnacionais, etc.) e representantes de interesses econômicos e financeiros. A estrutura da *governance*, portanto, é formada por atores técnico-burocráticos sem responsabilidade política e fora do controle democrático, cujo objetivo é excluir as decisões econômicas do debate político. Afinal, a ingovernabilidade, para os neoliberais, é gerada pelo excesso de democracia”.

alternativa (AGUDELO, 2016). Ele é impelido a se adequar aos padrões estabelecidos, sob o risco de ser condenado ao vazio existencial⁴⁰. O terror do idêntico atormenta ele, como um eco incessante que ecoa em seus ouvidos (HAN, 2018a).

⁴⁰ É o que diz, por exemplo, Lipovetsky (2005) na obra *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*.

3 SOBRE O MEDO

A interface entre neoliberalismo e medo vem encontrando recepção no discurso acadêmico, como é possível verificarmos em *Fobopolítica: rúbricas de una gubernamentalidad contemporánea* (AGUDELO, 2016) e *The monarchy of fear* (NUSSBAUM, 2018). Do mesmo modo, é crescente o número de pesquisas sobre o medo como megaestrutura emergente que conecta e envolve todo o planeta, modulando e controlando tudo que ocorre⁴¹, tal como o exemplo de Medo líquido (BAUMAN, 2008a) e *The administration of fear* (VIRILIO, 2012). Como apresentaremos ao longo deste capítulo, a mobilização e a produção do medo são os alicerces da racionalidade neoliberal, que exige a criação de inimigos para se manter em funcionamento. Somos uma sociedade que teme. Tememos nossos vizinhos, tememos pessoas que não conhecemos, tememos aqueles que parecem diferentes de nós. E essa cultura do medo é cultivada constantemente por aqueles que lucram com a nossa insegurança (DUCLOS, 2005). Para manter essa histeria coletiva, é necessário um aparato complexo e dispendioso. Nas palavras de Han (2018a), a racionalidade neoliberal encarrega-se da sua própria segurança. E grande parte dessa segurança é alcançada pelo medo.

Como diz Mía Couto (2013, p. 31): “[...] há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos, mas não há hoje, no mundo um muro, que separe os que têm medo dos que não têm medo.” O objetivo é claro: convencer-nos de que, para combater as ameaças globais, precisamos de mais polícia, mais prisões, mais segurança e menos direitos (MBEMBE, 2020b; SAFLATE, 2021a). Tudo isso cria um ambiente de constante medo, onde a realidade é percebida como perigosa e imprevisível. O medo é explorado de forma sistemática para reforçar a ideia de que precisamos estar em constante estado de alerta (BAUMAN, 2008a). Os indivíduos são convencidos de que há sempre uma ameaça à espreita, e que a única forma de se proteger é através da repressão. É por isso que as restrições aos direitos fundamentais são toleradas e até mesmo justificadas. Mas essa estratégia de mobilização e produção do medo tem um preço alto. Ela nos transforma em indivíduos paranoicos (HAN, 2018a). Nos leva a aceitar a ideia de que a competição, o desempenho e a produtividade são as únicas formas de

⁴¹ O tema do medo é frequentemente examinado e estudado em relação a uma variedade de questões com diferentes perspectivas de abordagem: medo e racismo (MBEMBE, 2020b); cultura do medo (FUREDI, 2007); medo como afeto político (SAFLATE, 2021a); medo como afeto legitimador da justificação de estados de exceção (PIRES, 2021); medo social (DARDOT; LAVAL, 2016); medo na cidade (BAUMAN, 2009); terrorismo e política do medo (BARBER, 2005); medo do “outro” (ECO, 2021); a ascendência da insegurança social e à amplificação do medo (CASTEL, 2005); filosofia do medo (CHAUÍ, 1987); heurística do medo (JONAS, 2006); e a propagação do medo pela mídia (HAN, 2018b).

sobrevivência, e que devemos viver em permanente estado de guerra uns contra os outros (AGUDELO, 2016).

3.1 DOCTRINA DO MEDO

Há autores que já definiram e ilustraram o momento atual, a saber: modernidade líquida (BAUMAN, 2001), modernidade tardia (GIDDENS, 1991), sociedade pós-industrial (TOURANI, 1970), modernidade reflexiva (BECK; GIDDENS, 1995), hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), pós verdade, sociedade de desempenho e produção (HAN, 2017c), sociedade de risco (BECK, 2011), sociedade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), império (HARDT; NEGRI, 2010), era do vazio (LIPOVETSKY, 2005), era virtual, sociedade da informação (ZAMPIER, 2021) ou capitalismo do medo (DUCLOS, 2005). Diante da imprevisibilidade e da liquidez (BAUMAN, 2001) que se verifica no momento atual, destacamos que uma difusa e constante sensação de medo pode ser considerada uma das principais características da sociedade contemporânea. Irreprimível, o medo constitui a prova de fogo do século XXI. A frase “penso, logo existo” cunhada pelo filósofo René Descartes, que marcou a visão do movimento iluminista do século XVIII, transforma-se, na racionalidade neoliberal, em “tenho medo, logo existo” (MEDEIROS; FONTES, 2021). Estar em uma sociedade do medo é não poder vislumbrar perspectivas de vida no presente, nem antecipar de forma segura o futuro. O indivíduo tem sua vida resumida a contornos de profunda desconfiança, uma vida carregada de vulnerabilidades e ausência de esperança. A reflexão “é preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar”, do educador brasileiro Paulo Freire (1992), já não é apropriada ao nosso tempo: no lugar da esperança prospera o medo.

O século XXI está ligado a uma série de eventos e fenômenos globais⁴² que tendem a ser discutidos como se aplicassem a todos o tempo todo. O resultado? Uma série de medos vieram à tona. Estamos falando de uma nova geopolítica do medo (PAIN, 2010). O medo é percebido como onipresente e globalizado: o medo nosso de cada dia (PAIN, 2010; MANSANO; NALLI, 2018). Como diz Bauman (2008a, p. 128), “não há um lugar para onde se possa fugir”. Todos os dias os indivíduos recebem uma fonte inesgotável de informações negativas que proporcionam uma experiência angustiante, um mal-estar em cada um dos

⁴² Os graves cenários de crise econômica, de instabilidade e desemprego provocados pelo dismantelamento do *Welfare State*, e seus efeitos contagiosos e em cascata – “geralmente advindos das necessidades de adaptação a uma agenda internacional de pressões por reforma do Estado, tornam a atmosfera social global altamente problemática” (BITTAR, 2012, p. 264).

espaços da sua vida cotidiana (MEDEIROS; FONTES, 2021). Pandemias, ameaças de terrorismo, assaltos a banco, fome, desemprego, imigração ilegal, guerras, crises, atentados, desastres naturais – todos são estímulos, informações e impulsos que despertam medo e sofrimento psíquico⁴³. Não à toa, Galeano (2013), em *O medo global*, constata: “os que trabalham têm medo de perder o trabalho; os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho; medo da multidão; medo do que foi e do que pode ser, medo de morrer, medo de viver”. O veredito de Virilio (2012) e Nussbaum (2018) parecem adequados e atuais: vivemos em uma claustrofobia devastadora, uma Era regida pela monarquia do medo. Ou, na expressão de Gabriel García Márquez, vivemos em tempos de cólera. Desse modo, tais considerações se traduzem no termo *Fobopolítica* trabalhado pela pesquisadora Agudelo (2016), significando tempos em que o medo se instala e determina a existência humana, suas práticas políticas e projetos de civilização.

De acordo com Dunker (2020) o medo é global:

Está claro que vivemos uma crise do modelo neoliberal na América do Sul, com, entre outros indícios, desemprego, descrença no Estado e piora nas condições de vida da população, e isso ficou tácito nas manifestações que aconteceram no Chile, por exemplo. Esse cenário, obviamente, traz um grande desconforto com o presente e medo do futuro. Mas essa não é uma questão apenas da América do Sul, porque agora nossa distopia é global, não temos para onde fugir.

É tudo uma questão de controle. Todo regime totalitário tem uma obsessão, uma estratégia. Enquanto os romanos davam pão e circo ao entretenimento do povo, na racionalidade neoliberal á o uso da estratégia do medo. Duclos (2005) define: o núcleo do novo capitalismo é o medo. A estratégia do medo “gera um clima social e cultural que exprime uma tendência e organiza atitudes e expectativas que estão na base de uma legitimação induzida através de previsões de cenários catastróficos” (FERREIRA, 2012, p. 56). É o caso da narrativa da austeridade que, induzida através de previsões de cenários econômicos catastróficos, afirma-se como modelo político-jurídico-econômico dominante (FERREIRA, 2012). O medo inaugura uma era sem precedentes onde a racionalidade neoliberal transforma a desgraça e a miséria de milhões em bonança e fortuna para poucos (AGUDELO, 2016). Como alerta Bauman (2008a, p. 177), “o mercado prospera em condições de insegurança; ele aproveita os medos e o sentimento de desamparo dos seres humanos” para ganhar dinheiro. Nas palavras de Lazzarato (2017, p. 10), a racionalidade neoliberal “se exerce passando da crise econômica, para a crise climática, para a crise demográfica, para a crise energética, para a crise alimentar. Mudando de

⁴³ Segundo matéria da Folha de São Paulo (BARBON; VIZONI, 2022), Brasil vive “2ª pandemia” na saúde mental, com multidão de deprimidos e ansiosos.

nome, troca-se apenas de medo”. Para o autor (2017, p. 10), “a crise e o medo constituem o horizonte insuperável da governamentalidade neoliberal”. Assim, a sociedade contemporânea tem sido forçada a viver com medo, a viver seu dia a dia receosa com sua própria vida – uma crise econômica aqui, uma estagnação de renda ali, um declínio no direito à saúde acolá, em que os indivíduos se sentem em um estado de alerta permanente (BAUMAN, 2008a).

As promessas da modernidade, assinaladas pela tríade promulgada pela revolução francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – não se concretizaram. Elas foram reconfiguradas. A retórica universal e progressista, que reconhece o indivíduo como detentor de direitos fundamentais subscritos em uma Constituição, não prosperou (BOBBIO, 1992). Consagraram-se tão somente os interesses de uns poucos, perpetuando-se a lógica de uma instrumentalidade de mercado, interesse próprio e controle. Todo projeto da modernidade foi reconfigurado na medida em que a racionalidade neoliberal estabeleceu pilares e premissas que estão a afetar e prejudicar uma série de preceitos fundamentais da civilização. A espoliação, a desapropriação, a mercantilização, o desmantelamento do bem comum e os inúmeros humanos natimortos⁴⁴ (BAUMAN, 2005) anularam as promessas da modernidade. A racionalidade neoliberal rompeu com o contrato social e transformou a promessa de uma consciência ética coletiva em uma gramática da descartabilidade para os corpos despossuídos de dignidade e cidadania. A busca pela sobrevivência e a realidade iminente da morte tornaram-se regra para os indivíduos vistos como descartáveis (MBEMBE, 2020b). Sem uma utilidade ou papel adequado para desempenhar como mercadoria, muitos indivíduos enfraquecidos, se não eliminados pelo esgotamento e desaparecimento das grandes redes de proteção coletiva são expulsos para zonas de abandono social (BIEHL, 2005).

Como escreve Bauman (2009, p. 19), “os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada desregulamentação) e suas consequências individualistas”. À medida que a máquina de morte da racionalidade neoliberal dissolve os laços sociais, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação, uma cultura de humanidade e empatia é substituída por uma cultura desenfreada de competição. Nessa perspectiva, os valores que preponderam atualmente passam ao largo do sentido de todo e, por isso, o que vale, cada vez mais, é o “eu” em detrimento do coletivo (DANTAS; SOUZA, 2022). A dissolução do amor e da alteridade para com aqueles que são vulneráveis ou despossuídos de cuidados e proteção representam o

⁴⁴ Segundo Bauman (2005, p. 14-15), os “problemas do refúgio (humano) e da remoção do lixo (humano) pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a reverter as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refúgio *sui generis*: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente”.

quanto bloqueamos nossos afetos e sensibilidades, o quanto não conseguimos nos colocar no lugar do “outro”, o quanto fingimos não ver o nosso semelhante e não reconhecer que ali está a nossa própria condição humana. Cada indivíduo se fecha em si, se põe em marcha dentro da sua própria bolha. Como bem disse o escritor português José Saramago (2005) em seu discurso de recebimento do Prêmio Nobel de Literatura, em dezembro de 1988, na Suécia: “chega-se mais facilmente à Marte do que ao nosso próprio semelhante”. Por isso que Bauman (2009, p. 20) alerta: “quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados”. A partir de então, um medo sem precedentes modela a sociedade, que prospera em condições de incerteza e insegurança, sobretudo pelo desmantelamento do *Welfare State*, pelo avanço das crises econômicas globais, pela perda de status econômico e cultural de grupos de indivíduos privilegiados, pelo fortalecimento da competição, baseada na comparação excessiva do “eu” com o “outro” e pela construção de um imaginário meritocrático (BAUMAN, 2009; CHAUI, 2020).

Mas, o que é o medo? O medo é mais do que algo natural ou puramente psicológico, o medo é um afeto político (SAFLATE, 2021a, p. 20). Um afeto socialmente construído e manipulado por aqueles que buscam obter algum benefício ou privilégio (FUREDI, 2007). Na explicação de Chauí (1987, p. 63), um afeto triste, “uma tristeza instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada de cujo desenlace duvidamos em certa medida”. Nesse sentido, perguntamos: como o medo é produzido e mobilizado pela racionalidade neoliberal? O medo é produzido e mobilizado pela racionalidade neoliberal para a prossecução dos seus interesses e de uma “legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar” (FERREIRA, 2012, p. 55). Para Deleuze e Panert (1998, p. 50), “os poderes estabelecidos têm interesse em nos comunicar afetos tristes” e administrar nossos temores íntimos. Para os autores (DELEUZE; PANERT, 1998, p. 50), “[...] a tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir. Os poderes estabelecidos têm necessidade de nossas tristezas para fazer de nós escravos”. O medo é um importante gatilho que amarra a subjetividade e envolve o indivíduo em um ciclo de controle difícil de se romper (AGUDELO, 2016). É um afeto com função docilizadora que se instala na mente do indivíduo e funciona como um instrumento facilitador da implementação, promoção e manutenção da racionalidade neoliberal. A respeito disso, a produção e mobilização do medo tem sido utilizada para evitar a perda de velocidade de projetos neoliberais, convertendo-se em um “poderoso motivador psíquico para o ajustamento do *modus operandi* do administrado” (SILVA, 2015, p. 39).

A racionalidade neoliberal utiliza do medo para manipular a mente do indivíduo e fazê-

lo pensar que não é bom o suficiente, que se não comprar um determinado produto, por exemplo, perderá algo (BAUMAN, 2006; LINDSTROM, 2009). Por isso, a racionalidade neoliberal é uma empreendedora do medo, uma gestora do sofrimento psíquico que utiliza da circulação do medo para garantir adesão social (SAFLATE, 2021a). O indivíduo com medo hoje é o indivíduo dócil de amanhã. O indivíduo que se encontra fragilizado e superexposto hoje é o empregado flexível de amanhã. O medo é o refrão para trabalhadores aceitarem empregos informais sem qualquer direito trabalhista garantido. No medo, a racionalidade neoliberal encontra sua força motriz, um “recurso renovável” e abominável em meio às suas mais diferentes formas: mixofobia (medo provocado pelo desconhecido); aporofobia (medo provocado pelo desprezo ao pobre); xenofobia (medo provocado pela aversão ao estrangeiro); homofobia (medo provocado pelo ódio aos homossexuais). E mais, medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do crime, medo do comunismo, medo do potencial emancipador de movimentos sociais, medo de perder privilégios, medo de não ser bem-sucedido, medo de não ter prestígio, medo de não ser suficientemente bom, medo de políticas de gênero, raciais e feministas, medo dos rumos da economia e da democracia (STANLEY, 2018; PIRES, 2021).

Saflate (2021a, p. 15-16) considera que os afetos desempenham um papel importante para tornar “certas possibilidades de vida a despeito de outras”. Eles acabam pautando maneiras como os indivíduos se relacionam consigo mesmos, com outros indivíduos e com o mundo (LINS, 2022). Para Saflate (2021a, p. 16), sociedades são constituídas por circuitos de afetos “enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida”. Os afetos têm um papel importante a desempenhar na produção e imposição sobre a maneira que formas de vida são determinadas, aprendidas e reconhecidas, “que funcionarão como base de sustentação geral para a adesão social” (SAFLATE, 2021a, p. 37). Por isso, defende: “há uma adesão social construída através das afecções” (SAFLATE, 2021a, p. 16). Por exemplo, é a partir do medo⁴⁵, do ressentimento e do amor que os indivíduos produzem seus interesses, justificando para si mesmos, “a necessidade de aquiescer à norma, adotando tipos de comportamentos e recusando repetidamente outros” (SAFLATE, 2021a, p. 38). Os afetos são produzidos, mobilizados e moldados mediante normas sociais que podem desestabilizar, fragmentar ou construir formas de vida mais reconhecidas que outras (SAFLATE, 2021a). Não à toa, Nussbaum (2018, p. 12-13) constata, “não há nada de inevitável ou “natural” no ódio racial, no medo dos imigrantes,

⁴⁵ Nas palavras de Mansano e Nalli (2018, p. 78): “vindo de fora, como uma força bruta, o medo coage e tende a minimizar, ou mesmo bloquear, um exercício clínico e crítico vital sobre o modo de vida que temos e que desejamos”.

na paixão por subordinar as mulheres ou no desgosto pelos corpos das pessoas com deficiência. Fizemos isso, todos nós, e podemos e devemos desfazê-lo”.

Em tempos de medo, o neoliberalismo alimenta e fabrica o senso comum⁴⁶ (CHAUÍ, 2000), tornando favorável o controle mediante a manipulação do imaginário social. O medo é um poderoso elemento constitutivo da existência humana (BUDE, 2017; FUREDI, 2007). “De todas as paixões, a que menos faz os homens tenderem a violar as leis é o medo. Mais: excetuando algumas naturezas generosas, é a única coisa que leva os homens a respeitá-las” (HOBBS, 2003, p. 253). Nesse sentido, o medo passa a integrar o imaginário social, a fim de que o indivíduo venha “a entender e aceitar o que se passa” (CASARA, 2018, p. 78). Quando esclarece o que entende por imaginário social, Casara (2018, p. 77) assinala: “não há luta política, econômica, ideológica ou de legitimação de um estado de coisas sem que exista um trabalho voltado para o imaginário, capaz de fazer as pessoas aderirem, ainda que no plano meramente afetivo, às mudanças propostas”. A certeza de que estamos vivendo no império do medo (BARBER, 2005), em um mundo desagradável (DELEUZE; PANERT, 1998), o surgimento de frases de efeito: “o fim está próximo”, “você está sozinho”, “e se não der certo?”, “e se eu falhar?” (LACERDA, 2022, p. 41), a crença em narrativas apocalípticas nas quais o futuro parece indeterminado, já que expectativas elevadas foram supridas por esperanças fracassadas e da “demonstração, irremediável, de que a nossa sociedade está doente” (SOBRINHO, 2005, p. 220), são enunciados amplamente explorados pela racionalidade neoliberal “para colocar em curso a impotência necessária ao bom funcionamento da máquina produtiva” (MANSANO; NALLI, 2018, p. 78).

De acordo com Silva (2015, p. 44):

O medo, expressado sob todas as suas formas, mais do que nunca medeia a adaptação dos indivíduos ao modo de funcionamento da sociedade. Quer sob a forma higiênica com que a civilização, bem acomodada aos princípios do capital, inviabiliza o acesso aos bens econômicos básicos à sobrevivência, quer sob a forma da ameaça física, cuja gênese imemorial conserva a lembrança de que a ameaça de aniquilação física foi a mais primitiva motivação para a angústia, a moderna organização social conserva-se revestida por uma tênue camada de verniz civilizatório que obscurece a clara percepção da barbárie progressiva. No âmbito da vida privada, a sobrevivência exige

⁴⁶ Nos termos de Chauí (2000, p. 315-316), o senso comum se caracteriza por saberes cotidianos acumulados ao longo da vida. Para a autora, o senso comum possui características que lhes são próprias: “são generalizadores, pois tendem a reunir numa só opinião ou numa só ideia coisas e fatos julgados semelhantes; [...] costumam projetar nas coisas ou no mundo sentimentos de angústia e de medo diante do desconhecido. Assim, durante a Idade Média, as pessoas viam o demônio em toda a parte e, hoje, enxergam discos voadores no espaço; [...] por serem generalizadores, expressões de sentimentos de medo e angústia, e de incompreensão quanto ao trabalho científico, nossas certezas cotidianas e o senso comum de nossa sociedade ou de nosso grupo social cristalizam-se em preconceitos com os quais passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos”.

perfeição quanto à realização do comportamento econômico racional. A ameaça inerente à existência sob esta forma de organização social constitui uma forma perversa de violência que se expressa por meio da racionalidade técnico-administrativa da sociedade.

Nessa lógica, a doutrina do medo que a racionalidade neoliberal alimenta promove a produção e mobilização do medo, o que acontece de forma efetiva a partir do momento em que o desmantelamento do *Welfare State* se impôs como realidade (SAFLATE, 2021a). Para que a racionalidade neoliberal consiga garantir seu engajamento, é necessário que o medo seja uma experiência banalmente recorrente, a fim de influenciar a maneira como o indivíduo dá sentido à sua vida e o seu destino dentro dela (FUREDI, 2007). Para ter aquiescência à norma, é importante que o indivíduo tenha medo: medo de morte social (SAFLATE, 2021a). A morte social é uma expressão que tem suas raízes no esvaziamento dos direitos sociais e no constrangimento das possibilidades de vislumbrar horizontes possíveis de vida. Seu nível de ação está no rompimento da dignidade da pessoa humana, fazendo recuar toda uma luta de direitos (MIRANDA, 2021). A morte social foi gerada sobretudo pelo “direito do trabalho de exceção”⁴⁷ (FERREIRA, 2011). A morte social opera, por exemplo, com a negação do acesso à saúde, do acesso à educação, do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, o que condena o indivíduo a viver sob certa perspectiva trágica, sendo incapaz de projetar uma vida para além de si, já que tudo lhe foi tirado (MIRANDA, 2021). Ele sabe que quando não for mais útil para o mercado sua vida existencial será abatida e removida da esfera social: sem dó nem piedade, será atirado para a lixeira da inaptidão e da rejeição (BENTO, 2009). O indivíduo é apenas um cidadão de papel (DIMENSTEIN, 2009).

Ortiz (1999, p. 141-142) expõe que:

As incertezas decorrem da incapacidade em se prescrever uma ação efetiva. O pânico não é tanto fruto do tamanho da crise mas da impossibilidade em se afrontá-la de maneira eficaz. Os meios à disposição são escassos e insuficientes. E sintomática a maneira como a crise atual tem sido descrita pelos governantes e pela mídia. “Onda. “Maré”. “Vamos esperar o mercado se acalmar”. Os termos usados sugerem uma naturalização dos problemas. Como se eles pertencessem ao reino da natureza e nada pudesse ser feito para contê-los. “Onda” e “maré” são fenômenos naturais, e sabemos, de nada adianta “remar contra a maré”. Os fatos escapariam assim ao entendimento e ao alcance dos homens. A “calmaria” é bem-vinda, celebrada entusiasticamente: “as bolsas subiram”. Mas a desconfiança persiste, não há garantia a respeito do futuro, ele é incerto. Ninguém controla o “oceano”, a “onda” pode retornar.

Esta personificação do mercado está a serviço do desmantelamento do *Welfare State* e, por conseguinte, a propagação de suas consequências que amplificaram a precarização, a

⁴⁷ Beck (2011) confere igual analítica e utiliza a expressão “despadronização do trabalho”. Por sua vez, Ferrajoli (2014, p. 49) utiliza a expressão “agressão ao trabalho”.

informalidade, a dessindicalização e a instabilidade no mundo do trabalho abriram portas para o medo. O medo de perder o emprego deixa o indivíduo angustiado e vulnerável às forças da racionalidade neoliberal, em que os trabalhadores “veem-se em situação de não poder parar de trabalhar, mesmo que já tenham cumprido suas tarefas” (CASTELHANO, 2005, p. 16). O desempregado tem medo de não encontrar um novo emprego, por sua vez, o empregado, aquele que está dentro da empresa, sofre com as pressões reiteradas por desempenho e performance, que podem desembocar em ameaças e demissões (CASTELHANO, 2005). A insegurança em relação às novas condições de trabalho, a angústia de ser excluído, o medo de perder direitos, constitui um dos motores da racionalidade neoliberal, cumprindo as intenções de doutrinar para servir o mercado. O indivíduo fica refém do medo, que enfraquece sua combatividade e sua disposição para questionar (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Afinal, como acrescenta Boltanski e Chiapello (2009), a dessindicalização faz crescer a probabilidade de os direitos trabalhistas não serem respeitados. “Como saber o que o empregador tem direito de pedir como ‘esforço’? O empregado será obrigado a ceder? Que contrapartidas deve ele propor?” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 287). Nessa perspectiva, o medo torna-se um poderoso instrumento de controle que gera mais comprometimento e submissão (RODRIGUES, 2011). A postura desumana da racionalidade neoliberal a um mundo mercadológico está assim: carregada de medo. Isto se une ao que Dardot e Laval (2016, p. 329) compreendem como medo social:

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras de classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse o contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a “naturalização” do risco neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores.

Cada vez mais, o medo parece ter se tornado abrangente, uma perspectiva geral da vida, uma lupa que determina a forma que consideramos o mundo (FUREDI, 2007). Nas palavras de Bauman (2008a, p. 198), “os medos lá estão, saturando a vida cotidiana dos seres humanos na medida em que a desregulamentação do globo atinge seus alicerces mais profundos e os bastiões defensivos da sociedade civil se desmantelam”. Daí que a racionalidade neoliberal enseja o que chamamos de morte do futuro. Ferrajoli (2014, p. 49) explica: “a ideia de que o futuro pode ser melhor que o passado, foi invertida: passou à concepção do medo, ou, pior, da certeza de que o

futuro será pior do que o passado”. É nesse contexto que acontece o respeito às normas neoliberais, “decorre da internalização contínua da ameaça social, profundamente arraigada no psiquismo” (SILVA, 2015, p. 39). Como escreve Adorno (2015, p. 75), “o medo de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo”. Não à toa, Hardt e Negri (2014) identificam a produção de indivíduos *endividados*, uma subjetividade estimulada pela racionalidade neoliberal a contrair dívidas⁴⁸ para consumir e retardar a frustração de um futuro nebuloso. Entretanto, o endividamento pode levar a uma sensação de medo, especialmente quando o indivíduo se vê incapaz de pagar suas dívidas (HARDT; NEGRI, 2014). Dessa forma, a racionalidade neoliberal pode utilizar da vulnerabilidade do indivíduo *endividado* para impor suas políticas, aumentando a sua submissão e dependência em relação às elites econômicas (LAZZARATO, 2017).

Iennaco (2020, p. 79) enfoca que:

Ícones do consumismo, o verdadeiro Deus da pós-modernidade, o comércio/mercado incute também o temor ao homem consumidor no instante em que o coloca em estado de permanente tensão sob as pressões da moda, da obsolescência programada e da obsolescência percebida dos fetiche eletrônicos. E dessa forma, o mercado se mostra uma fonte considerável de medo, vertendo sua influência em toda possibilidade de alcance da vida do homem.

A doutrina do medo na racionalidade neoliberal se aproveita da esperança e da ética do indivíduo para explorá-lo na dimensão antiética e de suas promessas. Em uma importante contribuição ao debate sobre como o medo é produzido e mobilizado pela racionalidade neoliberal, Saflate (2021a, p. 20) argumenta: “não há poder que se fundamente exclusivamente no medo. Há sempre uma positividade a dar às estruturas de poder sua força de duração”. Segundo Saflate, “poder é, sempre e também, uma questão de promessas de êxtase e de superação de limites. Ele não é só culpa e coerção, mas também esperança de gozo”. A positividade citada pelo autor está ligada ao excesso de estímulos, informações e impulsos reforçados pelas plataformas digitais que apresentam imagens idealizadas de motivação e otimismo, conduzindo o indivíduo a perseguir um ideal de sucesso, prosperidade e liberdade. De acordo com Han (2017c, p. 23), “o *poder* ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho e produção”. Enquanto maneira de ser da racionalidade neoliberal, a positividade constitui-se um modo de governar-se de acordo com alguns princípios: iniciativa, força, ambição, empoderamento, energia e vigor (DARDOT; LAVAL, 2016).

⁴⁸ Como escreve Bauman (2008a, p. 16), “vivemos a crédito: nenhuma geração passada foi tão endividada quanto a nossa – individual e coletivamente”.

O indivíduo de hoje, voltado narcisicamente à valorização do “eu” cria como objetivo fortalecer suas habilidades, é um ser constantemente estimulado para cumprir seus objetivos (DARDOT; LAVAL, 2016; HAN, 2017b). É um indivíduo senhor e soberano de si mesmo que caminha de mãos dadas com a liberdade – mais relacionado a uma sensação e não à liberdade real – na esperança de êxtase e gozo (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFLATE, 2021a). Publicidades e propagandas que inserem *slogans* como: *Impossible is nothing*⁴⁹; *Where do you want to go today?*⁵⁰; *We are the champion*⁵¹; *No time for losers*⁵²; *Just do it*⁵³; *Yes, we can*⁵⁴ – são enunciados que expressam um conjunto de promessas de êxtase e gozo que alcançam profundamente a mente do indivíduo, incentivando reações e desajustes irremediáveis de medo, depressão, ansiedade e exaustão extrema⁵⁵, além de reforçar uma cultura de competição e individualismo.

É a tradução daquilo que o ensaísta e crítico Crary (2014) trabalha em seu livro *Capitalismo tadrrio e os fins do sono*. Hoje, o indivíduo não consegue nem fechar os olhos, sonha acordado. Herman (2000) cunhou o termo *Fomo* – abreviação da expressão *Fear of missing out* (medo de ficar de fora ou medo de perder algo). O termo *Fomo* é uma síndrome que articula a sensação de desconforto ao saber que o “outro” está experimentando experiências positivas ou prazerosas e que o “eu” não é parte ativa dela (HERMAN, 2000). A síndrome *Fomo* ou medo de perder algo é sustentado pelo desejo estranho e injustificado de permanecer conectado com que os outros estão fazendo, vestindo, comendo e sentindo (HERMAN, 2000). A racionalidade neoliberal com seu excesso de estímulos, informações e impulsos estabelece o que o indivíduo percebe como realidade através de representações que partem das conhecidas plataformas digitais (HAN, 2018c). Tais vieses representativos baseados na própria racionalidade do neoliberalismo faz com que o eu pareça menos popular do que o “outro”, produzindo a falsa impressão de que, em comparação com o “outro”, a existência do eu é triste, infeliz e irrelevante (HAN, 2018c; HERMAN, 2000). Dessa forma, o indivíduo, tomado pela

⁴⁹ Tradução livre: o impossível não é nada.

⁵⁰ Tradução livre: aonde você quer ir hoje?

⁵¹ Tradução livre: nós somos os campeões.

⁵² Tradução livre: não há tempos para perdedores.

⁵³ Tradução livre: simplesmente faça.

⁵⁴ Tradução livre: sim, nós podemos.

⁵⁵ Em *Eu sei, mas não devia*, a escritora e contista Colasanti (1996, p. 9), acena ao leitor a pensar sobre o atual estágio do capitalismo, sobre como o indivíduo lida com a lógica do tempo e esquece de pequenos momentos que estão ao seu redor. Nas palavras da autora: “a gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar café correndo porque está atrasado”. A crônica pode ser lida como uma crítica ao modelo de sociedade neoliberal, cada vez mais acelerada e hiperconectada, que destas mesmas características pouca ligação efetiva estabelece com as questões reais que abalam a sua existência.

promoção de um *ethos* de promessa, é animado não apenas pelo sentimento de liberdade, mas pelo medo de fracassar, pelo medo de não ser visto, pelo medo do anonimato, pelo medo de ficar para trás, pelo medo de não estar à altura, pelo medo de não ser reconhecido, pelo medo de não ganhar afirmação ou pelo medo de não estar onde todos estão (HAN, 2018a; LÓPEZ, 2016).

Não obstante, os instrumentos de avaliação de desempenho aplicados pelas empresas são exemplos formidáveis para entender a produção e a mobilização do medo pela racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; RODRIGUES, 2011). A avaliação de desempenho informa o indivíduo o que se espera dele quando confrontado com um medo, como ele deve responder, como ele deve sentir (DARDOT; LAVAL, 2016; FUREDI, 2007). A “avaliação de desempenho” funciona como uma espécie de orientação pelo estímulo intenso a performance produtiva, é a exigência pela excelência (DARDOT; LAVAL, 2016). De acordo com Rodrigues (2011, p. 52), “trata-se de uma prática ideológica e um dispositivo de sujeição que, mediante notas, gráficos, rankings e até conselhos, materializa o risco do descarte”. Uma vez que a racionalidade neoliberal vende a ideia de aniquilação econômica e social, o medo surge como fator importante, “já que a sanção mais temida por todos os funcionários” é a demissão (CASTELHANOS, 2005, p. 15). O medo de perder o emprego, o medo de perder o prestígio, “a arte de sugar até a última gota” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 463) movimentam a subjetividade do indivíduo em direção ao efeito mais procurado pela racionalidade neoliberal: o desempenho. Ou seja, “só existe lugar para super empregados, que devem ser super-homens: bonitos, felizes, altamente qualificados, que não cometem erros, enfim, perfeitos” (CASTELHANOS, 2005, p. 16).

De acordo com Rodrigues (2011, p. 52):

As avaliações se alastram sob formas variadas – como entrevistas, relatórios, testes, questionários, auto avaliações e até gincanas imbecis e vexatórias que, assim como nos processos de admissão, são nomeadas “dinâmicas – aparecem nos mais diversos momentos, podendo ser ordinárias ou extraordinárias, estar em reuniões ou ocorrerem ao lado da máquina do café. [...] A avaliação onipresente faz com que o contratado deva provar incessantemente ser merecedor do privilégio de ter um emprego, assim como o faz o aspirante ao mesmo privilégio.

A produção e a mobilização do medo pela racionalidade neoliberal podem ser verificadas, por exemplo, nos pronunciamentos de Elon Musk, novo proprietário do *Twitter*. Após demitir centenas de funcionários, Elon Musk emitiu um ultimato aos empregados: alto desempenho na empresa ou demissão (JIN; POTKIN, 2022). Segundo consta no jornal Folha de São Paulo (JIN; POTKIN, 2022), Elon Musk enviou uma mensagem aos funcionários dizendo para “considerarem se querem continuar trabalhando longas horas em alta intensidade

ou receber uma indenização de demissão constituída por três meses de pagamento”. Nesse contexto, diz Elon Musk (JIN; POTKIN, 2022):

No futuro, para construir um *Twitter 2.0* inovador e ter sucesso em um mundo cada vez mais competitivo, precisaremos ser extremamente “hardcore”. Isso significará longas horas em alta intensidade. Somente um desempenho excepcional constituirá uma nota de aprovação.

A despeito disso, Rodrigues (2011, p. 86) expõe que:

Pior que se render aos limites da qualificação profissional ou do corpo, só mesmo se deter ante o medo. Pois essa não é uma barreira como outra qualquer, o medo é tido como fator sobredeterminante das demais “limitações”. Se alguém deixa de fazer algo porque não sabe, não precisa, não pode, não consegue, a explicação é a covardia. O mantra da autoajuda é claro: “quem quer consegue”. Sendo assim, não é covardia sentir medo, mas não tentar “superá-lo” é atestado de inutilidade. A modelo deve posar içada ou submersa ou ainda desfilar com uma barata pendurada no pescoço, chorar não é problema, problema é não topar. Tão comuns quanto as cenas de correria são essas imagens de pânico. Parece ser tão belo ao mundo contemporâneo uma pessoa apavorada, atada ao para-choque de um carro em alta velocidade, que eu já assisti a isso em uns quatro programas diferentes. Não importa quão ridículo o desafio, não importa quão violentador, a ordem é passar por ele. “Superar” passou a significar passar por cima de tudo aquilo o que paralisa ou que possa vir a paralisar, tendo em vista a adaptação do corpo e da alma ao instituído semovente.

Não se trata mais, como no *Welfare State*, de proporcionar um desenvolvimento político-jurídico-econômico via redistribuição conduzido pelo Estado para se alcançar uma proteção de direitos fundamentais que identificam todos os cidadãos como um todo cosmopolita. Mas de transformar o indivíduo investido de responsabilidade coletiva em um indivíduo ao qual a sociedade não deve nada (DARDOT; LAVAL, 2016). O que pressupõe ao indivíduo uma autorresponsabilidade de suas escolhas e comportamentos. O indivíduo deve trabalhar, maximizar seus lucros, expondo-se por sua sorte a fim de ter condições de acesso ao seu bem-estar. Cada indivíduo procura elevar ao máximo seu desempenho e produção para sobreviver: “nada de direitos se não houver contrapartidas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 380). É o refrão da passagem do “*welfare to workfare*”. O indivíduo em sua relação com a sua propriedade, com sua família, com seus seguros, com sua aposentadoria tem de fazer frutificar, “tem de se esforçar para conseguir o que quer” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381). Como diz Han (2018c, p. 16), “quem fracassa na sociedade neoliberal, considera-se a si mesmo como responsável e envergonha-se por isso”. Do desempregado ao pobre, passando pelo delinquentee pela doença, um mesmo discurso permite definir que todas essas dificuldades da vida são vistas como erros de gestão, como fracassos e erros de inteira responsabilidade individual (ALBINO; OLIVEIRA, 2021;

DARDOT; LAVAL, 2016).

É a privatização do estresse (FISHER, 2020), um termo utilizado por Fisher (2020) para descrever a tendência de responsabilizar o indivíduo pelo seu fracasso pessoal. Em outras palavras, a privatização do estresse sugere que muitas vezes as pessoas são levadas a acreditar que seu fracasso é um problema pessoal, quando, na verdade, pode ser causado por fatores externos, como pressão no trabalho, falta de estabilidade financeira e crises econômicas (FISHER, 2020). A privatização do estresse pode levar a uma cultura de culpa e individualismo, em que os indivíduos são incentivados a se cuidar e gerenciar seu próprio fracasso, em vez de resolver as causas sistemáticas do problema (FISHER, 2020). Por exemplo, se um trabalhador está sobrecarregado devido a demandas irrealistas no trabalho, a privatização do estresse pode levar a empresa sugerir que o trabalhador aprenda a gerenciar seu tempo ou pratique meditação em vez de abordar o problema real. É preciso ser muito competitivo para sobreviver ao darwinismo social implementado pela racionalidade neoliberal. O indivíduo precisa ser egoísta, cruel, um eu resiliente, capaz de persistir e adaptar-se em meio às situações críticas e dramáticas impostas externamente⁵⁶ (ALBINO; OLIVEIRA, 2021). E mais, é obrigado “a se lançar na concorrência de todos contra todos” para garantir sua sobrevivência (LAZZARATO, 2017, p. 14).

O medo de perder tudo, de não ser capaz, o risco de ficar de fora ou de não ser incluído permeia o imaginário social e obriga o indivíduo a subir o seu nível de desempenho e performance (BUDE, 2017; LÓPEZ, 2016). E para sobreviver às incertezas da racionalidade neoliberal, o indivíduo precisa demonstrar sua habilidade de adaptabilidade, preparação e capacidade de retornar se as coisas derem errado (JOSEPH, 2013). É a tradução daquilo que Han (2021b) denomina de sociedade paliativa. A sociedade paliativa coincide com a doutrina do medo, em que a cultura da resiliência tende a associar a dor como fraqueza. Han (2021b) argumenta que a racionalidade neoliberal transforma experiências traumáticas em algo positivo, incentivando os indivíduos a superar seus limites e a buscar sempre um desempenho cada vez melhor⁵⁷. Nessas condições, cada indivíduo tem domínio sobre sua vida por meio de técnicas de *management e accountability* que visam uma melhor gestão de

⁵⁶ “A esse conformismo a uma realidade disforme foi dado o nome “resiliência”. Trata-se de um termo oriundo da física, que designa a propriedade de certas matérias de acumular energia quando submetidas à pressão sem que se quebrem. Como coisas que somos, é necessário que nos verguemos quando pressionados sem surtarmos, ou melhor, sem pararmos” (RODRIGUES, 2011, p. 86).

⁵⁷ Nas palavras de Han (2021a, p. 19), “o capitalismo é obcecado pela morte. O temor inconsciente da morte o impulsiona. Sua coação de acumulação e de crescimento desperta face à ameaça da morte. Elas criam não apenas catástrofes ecológicas, mas também mentais. A coação de desempenho é destrutiva, fazendo com que autoafirmação e autodestruição sejam uma coisa só. As pessoas se otimizam para morrer”.

si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016). O indivíduo mergulhado a tal incerteza e imprevisibilidade, especialmente por ser empreendedor de si mesmo, deve moldar o seu comportamento a fim de poder lidar, por exemplo, onde a representação sindical foi severamente restringida (ALBINO; OLIVEIRA, 2021). Uma das consequências mais cruéis da racionalidade neoliberal, com suas imposições e regramentos vigentes em todas as dimensões da existência humana, “é a perspectiva de viver para acabar no caixote do lixo” (BENTO, 2009, p. 205). Segundo Bento (2009, p. 205), “é este desígnio fatalista que acarreta a preocupação mais opressora: [...] a vida gasta-se oscilando entre o prazer do consumo e o prenúncio do horror de ser consumido”.

3.2 MEDO EM REDE: UMA LIGAÇÃO INDISSOCIÁVEL

Uma vez tendo sido pensada a doutrina do medo, com todas as características acima mencionadas, cabe refletir como ela é exercida na sua forma de domínio mais atual. Assim não podemos desconsiderar que a expansão do poder tecnológico e das plataformas digitais contribuiu para a difusão do medo. O desenvolvimento da tecnologia ao longo deste século favoreceu algo impossível em tempos passados: a rápida transmissão de informações, possibilitando efeitos de tempo real e onipresença: notícia ou circunstância fática está em praticamente todos os lugares, bastando estar imerso ou próximo a uma tela digital (AGOSTINET; QUIROGA, 2019; VIRILIO, 1999). Por exemplo, um estudo da Academia Americana de Cirurgia Plástica e Reconstructiva Facial revelou que os filtros de redes sociais e o Efeito Zoom fazem aumentar a busca por plásticas e procedimentos estéticos (FRANÇA, 2022). As plataformas digitais com seus meios de comunicação e informação desempenham um papel importante na produção e mobilização do medo de não pertencer a um padrão, pois desencadeiam uma sucessão incansável de notícias e fatos “que se processam mais na instantaneidade do tempo do que na realidade do espaço” (CORRÊA; SOUZA, 2020, p. 17). Há, inclusive, uma série de plataformas digitais que tornam viável essa reprodução de padrões, que vão desde a questão estética até aos relacionamentos interpessoais – *Instagram, Facebook, Twitter, Youtube, TikTok, Google*.

Nesta cultura do digital, tudo é projetado para que o indivíduo suporte de forma passiva o sistema sem oposição. Os indivíduos estão tão comprometidos com esta faceta da racionalidade neoliberal, que são incapazes de vislumbrar alternativas. As plataformas digitais comportam a racionalidade neoliberal. Para conseguir isso, a racionalidade neoliberal se vale do entretenimento vazio oferecido pelas plataformas digitais. O objetivo

é alcançar o feito de fazer com que os seus princípios também sejam os princípios de todos os indivíduos. Graças ao entretenimento vazio, a racionalidade neoliberal agora habita disfarçadamente em plataformas digitais e dá-lhes o poder para: persuadir, em vez de coagir; para interagir, em vez de intimidar (HAN, 2018c). Isso é feito por intermédio da coleta de dados pessoais, do controle *online* e da criação de algoritmos que são esporos de uma imensa estrutura de fungos que infecta e manipulaintensamente a mente, com a capacidade de gerar um novo indivíduo (CORRÊA; SOUZA, 2020; HAN, 2018c; ZUBOFF, 2018). Qualquer semelhança com a série distópica *The Last of Us*⁵⁸ não é coincidência.

Não faltam exemplos. O caso dos participantes eliminados do Big Brother Brasil que ao saírem do programa ficam receosos com a quantidade de seguidores adquiridos ou perdidos ao longo do reality. O caso dos vídeos populares sobre *trends* do *TikTok* que condicionam milhares de usuários a repetirem o mesmo movimento. O caso de pessoas que não são usuárias de alguma plataforma digital sendo consideradas invisíveis ou excluídas. O *Instagram*, uma plataforma digital que finge ser comunidade – uma *Amazon* com interação – que transforma o indivíduo, que passa a ser um objeto de exposição midiática e visibilidade. Como expressa Han (2021a, p.39), “as pessoas ficam amigas uma das outras para receber avaliações melhores”. Em todos os exemplos apresentados, seria a liberdade de publicar o vídeo ou uma *selfie* o gatilho que amarra a subjetividade e envolve o indivíduo em um ciclo de pertencimento e dependência difícil de se romper ou o medo de não ser visto e ganhar visibilidade? A busca por visibilidade quanto o medo de não ser visto são fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos. A pressão de seguir tendências e ser visto como parte da comunidade *online* pode levar os indivíduos a repetirem os mesmos comportamentos. Além disso, a exclusão social também é um fator importante. Aqueles que não têm uma presença digital podem se sentir invisíveis, o que pode levar ao medo de perder oportunidades ou conexões.

Com a ampla reprodução generalizada do medo e o fim das distâncias entre espaço e tempo possibilitado pelas plataformas digitais, a imaginação açulada pela sensação de incerteza e insegurança altera nossas condições perceptivas sobre a realidade (AGOSTINET; QUIROGA, 2019). Conforme Agostinet e Quiroga (2019, p. 18), “tudo o que estava distante, agora, está mais próximo a nós, não existem mais lugares suficientemente seguros”. Aqui

⁵⁸ *The Last of Us* é uma série de videogames distópicos desenvolvida pela *Naughty Dog* e publicada pela *Sony Interactive Entertainment*. Em 2020, a série foi adaptada em uma série de televisão pela *HBO*. A série segue a história de Joel e Ellie, uma jovem infectada, enquanto eles tentam sobreviver em um mundo devastado por uma pandemia mortal.

valea alusão da alegoria do “cavalo solto no hospital”, afirmado pelo comediante americano John Mulaney, em seu *stand-up Kid Gorgeous*. A alegoria é utilizada para ilustrar a sensação de caos e falta de controle que muitas vezes permeia a sociedade contemporânea. Na história, John Mulaney imagina um cenário em que um cavalo está solto dentro de um hospital, causando pânico entre os funcionários e pacientes. Embora seja uma situação absurda, a alegoria sugere que vivemos em um mundo em que eventos inesperados e descontrolados podem acontecer a qualquer momento. Assim como o cavalo solto, os indivíduos muitas vezes se sentem à mercê de forças desconhecidas e incontroláveis, gerando um sentimento generalizado de incerteza e insegurança. Hoje, a figura do medo torna-se ainda mais perigosa por estar dispersa, flutuante, sem endereço, sem nome e nem motivo (BAUMAN, 2008a). Nunca se teve tanto medo. Os indivíduos são solicitados a ficarem atentos, mas sem saberem sobre o que devem ficar atentos (BAUMAN, 2008a). Diante de um tempo nanotecnológico que sincroniza os medos concomitantemente em todos os lugares e desarma o pensar e agir humano, as plataformas digitais submetem o indivíduo como matéria-prima para gerar um mercado formidável para os benefícios da racionalidade neoliberal (CORRÊA; SOUZA, 2020; HAN, 2018c).

Nas palavras de Dugnani (2018, p. 3):

Com esse processo de trocas de informações, a consciência do humano em sociedade se modifica. Quanto maior a quantidade de informações, e quanto mais rápida for a troca dessas informações, maiores e mais rápidas serão as mudanças. Quanto mais rápidas essas mudanças forem, mais instáveis serão as certezas e, com isso, maior a sensação de incerteza perante tantos modelos e conceitos novos que surgem constantemente. Ou seja, dentro desse processo, como pode-se perceber, surge o sujeito da sociedade da incerteza, fragmentado e com valores cambiáveis: o sujeito pós-moderno. Dessa forma, com a globalização produzida pelos meios de comunicação elétricos e digitais, se constitui uma identidade pós-moderna.

Para capturar a atenção e direcionar o pensamento do indivíduo, a racionalidade neoliberal aproveita-se dele próprio que disponibiliza suas informações nas plataformas digitais (HAN, 2018c). Cesarino (2021, p. 78) utiliza o termo arquitetura digital do neoliberalismo para explicar a renderização sem fricção de qualquer coisa humana aos dados, na esfera privada e pública, afetando “até o modo mais íntimo como cada indivíduo cuida da saúde, escolhe seu parceiro, elege representantes e constitui sua subjetividade”. As plataformas digitais são movidas pelo entretenimento e por eventos que demandam um posicionamento, o que intensifica o ritmo da interação (CESARINO, 2021). Segundo Han (2018c, p. 12), “nossa vida é completamente reproduzida na rede digital”, é a sociedade do espetáculo. A *selfie* nossa de cada dia (DANTAS; SOUZA, 2022) é a frase chave da psicopolítica neoliberal. E a reflexão

que fica é a seguinte: a arte imita a vida ou a vida imita a arte? (WILDE, 1994). A criação de algoritmos, “de ciclos cibernéticos curtos, intensivos e que operam numa espacialidade de rede e temporalidade de crise permanente, [...] geram valor ao recircular, para os usuários, conteúdos produzidos por eles próprios” (CESARINO, 2021, p. 79). A economia do compartilhamento proporcionada pelas plataformas digitais é utilizada pela racionalidade neoliberal para capturar a atenção das massas, “a ponto de as pessoas perderem a noção do que se passa no seu próprio mundo” (MIROWSKI, 2019, p. 24). O uso excessivo de aparelhos eletrônicos e de horas dedicadas às plataformas digitais amparam a racionalidade neoliberal na sua função primordial: administrar a sensação de medo (AGUDELO, 2016; NOYAMA, 2019).

Como bem esclarece Benevides (2017, p. 8):

Você faz uma coisa qualquer. Acessa um site de automóvel. Desloca-se de sua casa até uma loja de roupa, avalia o vendedor e dá seu e-mail e endereço. Pensa em alguém e clica no perfil dessa pessoa no Facebook (com isso é possível notar que as postagens dela aparecerão mais para você). Vai a uma cafeteria e toma um café enquanto usa o Wi-Fi que lhe liberam caso faça check-in na cafeteria. Faz uma pesquisa sobre a Dinamarca na internet. Você fez todas essas coisas, mas não sabe por que fez. Entretanto, tudo passou por sistemas de registros que revelam uma conexão entre tudo o que você fez: a inserção num campo de dados, o cruzamento de informações e a elaboração de um perfil psicológico-mercadológico altamente detalhado que propiciará às empresas uma otimização na oferta de serviços que sejam do seu desejo. Há, pois, um vestígio de saber sobre por que você faça todas essas coisas e que outras coisas você tem mais probabilidade de fazer. Mas ele não lhe pertence: você é um ignorante sobre suas vontades, decisões, escolhas e, também, sobre o que as motiva.

Nessa fábrica que não dissocia o medo em rede dos objetivos do ganho máximo, o termo arquitetura digital do neoliberalismo guarda uma relação com o vocábulo capitalismo de vigilância, cunhado por Zuboff (2018). Algumas pistas importantes para entendermos a definição do vocábulo é dado pela autora (2018) no artigo *Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. Zuboff (2018) define o capitalismo de vigilância como um modelo de negócios que se baseia na coleta, análise e comercialização de dados pessoais de usuários para manipular furtivamente o comportamento humano. A autora (2018, p. 18) busca explicar como o “*big data* é, acima de tudo, o componente fundamental de uma lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências.” De acordo com Zuboff (2018), essa nova forma de capitalismo procura prever prognósticos do comportamento humano⁵⁹ como meio de auferir lucro e alimentar o mercado de consumo. Segundo o jornal *El País* (COLOMÉ, 2021), o *Facebook* conhece tanto os gostos dos indivíduos

⁵⁹ Nas palavras de Lacerda (2022, p. 53): “nós somos os produtos, a nossa atenção é vendida aos anunciantes. [...] E como isso é possível? Através dos algoritmos, já que tudo que fazemos está sendo monitorado, rastreado, assistido, tornando possível saber exatamente quais são nossos interesses, gostos e hábitos. Significa que não são nossos dados que estão sendo vendidos, mas nosso padrão de comportamento”.

que pode mostrar um anúncio exclusivo para cada usuário. É o que diz Sibilia (2018, p. 199), “nós somos o que o *Google* diz que é”. Nesse mesmo sentido, acrescentamos: nós somos o que o *Instagram* diz que é. A *timeline* das plataformas digitais e suas redes de influenciadores e algoritmos têm o poder de determinar e editar padrões de comportamentos, “filtrando informações, forjando conteúdos, constituindo um monopólio onde todos têm o mesmo ponto de vista” (DEYSE, 2016, p. 96). Em perspectiva semelhante, Han (2018c, p. 19) utiliza o termo “panóptico digital”, que segundo o autor:

No início, a rede digital foi celebrada como um *medium* de liberdade ilimitada. O primeiro slogan publicitário da Microsoft – Aonde você quer ir hoje? sugeriu uma liberdade e uma mobilidade sem fronteiras na internet. Hoje, essa euforia já se mostrou uma ilusão. A liberdade e a comunicação ilimitadas se transformaram em monitoramento e controle total. Cada vez mais as mídias sociais se assemelham a panópticos digitais que observam e exploram impiedosamente o social. Mal nos livramos do panóptico disciplinar e já encontramos um novo e ainda mais eficiente. Com fins disciplinares, os internos do panóptico benthaminiano eram isolados uns dos outros, de modo que não conversassem. Os internos do panóptico digital, por sua vez, comunicam-se intensivamente e expõem-se por vontade própria. Participam assim, ativamente, da construção do panóptico digital. A sociedade digital de controle faz uso intensivo da liberdade. Ela só é possível graças à autorrevelação e à autoexposição voluntária.

O uso das plataformas digitais como ferramentas de manipulação e controle é uma preocupação cada vez maior na sociedade contemporânea. A coleta de dados pessoais por empresas e governos, por exemplo, pode permitir a criação de perfis detalhados de usuários e personalização de conteúdo com o objetivo de influenciar comportamentos e opiniões (ZUBOFF, 2018). A criação de algoritmos pode levar à redução da autonomia e da capacidade crítica dos indivíduos, que passam a ser cada vez mais guiados pelas sugestões e recomendações geradas pelas plataformas digitais (ZUBOFF, 2018). Nenhuma outra palavra descreve melhor o cenário atual quanto a atrofia da imaginação. Ela é a maneira enfática de caracterizar a consequente consolidação de um processo de alienação⁶⁰. O indivíduo emergido na virtualização do mundo da vida, “sabotado” pelo *Big Data*⁶¹ e pela lógica algorítmica, não carrega consigo qualquer capacidade para, sequer, interrogar sua condição de desorientação. Em tempos de consumismo, a apatia do indivíduo se intensifica em favor do que ele contempla, mais e mais (DEBORD, 1997).

Nesse sentido, com Hardt e Negri (2014) encontramos a figura do indivíduo

⁶⁰ A crise de representatividade democrática atual é influenciada, em grande medida, pela passividade do indivíduo que o neoliberalismo transforma em consumidor, deixando de existir a figura do cidadão crítico e reflexivo.

⁶¹ “Os *big data* talvez torne legíveis aqueles nossos desejos dos quais nós mesmos não estamos propriamente conscientes. De fato, em determinadas situações, desenvolvemos inclinações que escapam à nossa consciência. Muitas vezes, nem sequer sabemos por que de repente sentimos certa necessidade” (HAN, 2018a, p. 88).

mediatizado, uma subjetividade na qual o pensamento humano é capturado pelo excesso de informação produzida pelas plataformas digitais que não traz elementos de construção de um pensar analítico e questionador. Os autores registram que o indivíduo mediatizado é aquele que tem sua atenção constantemente absorvida na busca de uma satisfação própria. A dependência da tecnologia que circunda ele e convida-o a mergulhar quase que rotineiramente nela, é responsável pelo processo de retransmissão de um conjunto de ideias e comportamentos que tecem falsas necessidades, a partir da produção de desejos superficiais de cunho imediatista para garantir *likes* ou visualizações (HARDT; NEGRI, 2014). A inteligência humana é despotencializada, o indivíduo é cada vez mais deslumbrado. O indivíduo *mediatizado* é um mero espectador que cede diante da passividade do consumo. Nas palavras de Hardt e Negri (2010, p. 417), “não nos falta comunicação; ao contrário, temos comunicação de sobra. O que nos falta é a criação. O que nos falta é a resistência ao presente”.

Em estudo sobre tecnologia de informação e comunicação, cujo tema é indissociável ao do neoliberalismo do medo, Castells (1999, p. 39), em *Sociedade em rede*, nos adverte sobre a relação entre “a rede e o ser”. Segundo o autor, uma sociedade imersa em uma trama de comunicação intensamente móvel remodela o eu. Para explorar esse argumento, Castells (1999) se baseia na ideia de que a experiência virtual transforma o faz-de-conta em realidade, a experiência material dos indivíduos é inteiramente capturada. Ou seja, a experiência material dos indivíduos é “totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transforma na experiência” (CASTELLS, 1999, p. 459). Nesse contexto, o virtual se confunde com o real⁶².

Nessa perspectiva, Castells (1999, p. 463) esclarece:

O novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intertemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tomando realidade.

As plataformas digitais instituíram uma tendência à negatividade: a circulação intensa

⁶² Nas palavras de Castells (1999, p. 459) “[...] *virtual* é o que existe na prática, embora não estrita ou nominalmente, e *real* é o que existe de fato”.

do risco do fracasso, da infelicidade e da morte devido à degradação econômica iminente daqueles indivíduos que resistem de aquiescer à norma neoliberal estabelece uma sensação de que o mundo é um lugar assustador e perigoso, aumentando o medo (SAFLATE, 2021a; DARDOT; LAVAL, 2016). A função das plataformas digitais tem se consolidado como difundir pânico, lançar teorias conspiratórias e produzir previsões de cenários catastróficos que nunca param de se metamorfosear, permitindo que o medo tenha um alcance em proporções globais. Elas contribuem para a propagação de um estado de crise e emergência permanente que alimentam o engajamento da racionalidade neoliberal. Nesse contexto, a desinformação e o sensacionalismo compartilhado nas plataformas digitais são terrenos férteis para a disseminação dos princípios neoliberais (CESARINO, 2021). Com os algoritmos de recomendação, que analisam as preferências dos usuários e fornecem um conteúdo relacionado, a racionalidade neoliberal intensifica a produção e a mobilização do medo (HAN, 2018b). É a tradução daquilo que Han (2018b, p. 15) anuncia como mídia de afetos. Quando um indivíduo curte ou compartilha uma notícia negativa, o algoritmo irá recomendar mais conteúdo semelhante, intensificando a exposição de situações que podem não ser tão assustadoras ou perigosas quanto parecem (CESARINO, 2021).

A propagação do medo pelas redes sociais pode ser claramente detectada na relação entre estas e os processos que se desdobraram em sua relação com o modelo de Estado neoliberal. No Brasil de 2022, as eleições presidenciais foram marcadas pela pós-verdade⁶³. Uma série de teorias conspiratórias influenciaram o imaginário social e visaram ditar determinados rumos ao país. As práticas tinham como função difundir medo e pânico para deslegitimar vários alvos eleitos por grupos extremistas, incluindo comunistas, assim como negros e nordestinos. O fato mais surpreendente foi o conjunto de mentiras constituídas em torno da credibilidade das urnas eletrônicas. As teorias conspiratórias são um meio fundamental para produzir afetos não democráticos utilizados para construir “moinhos de vento” – citando Miguel de Cervantes (2012) –, diante de supostas ameaças percebidas. A ideia de que o Brasil está se transformando em uma Venezuela, assim como a hipótese de que os comunistas vão derrubar a dominação hegemônica e dominar o mundo são improváveis. Nesse contexto, o candidato à presidência, de extrema direita, Jair Bolsonaro ganhou notoriedade desqualificando

⁶³ Segundo Cesarino (2021, p. 77), “o que se tem chamado de pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle”. Acerca disso, a autora (2021, p. 82) fala que “o modo mais fundamental de impor ordem à experiência *on-line* [...] tem sido o recurso à fronteira antagonística amigo-inimigo”. Para Cesarino (2021, p. 82), “não é o conteúdo da mensagem, mas o lado da fronteira amigo-inimigo em que o emissário é classificado pelo recipiente que determinará se o enunciado é verdadeiro ou falso”.

e atribuindo os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal como privilégios por parte de “preguiçosos”, “vagabundos” e “parasitas” (CESARINO, 2021, p. 84). A crença de que políticas de bem-estar social são impeditivos que coíbem o livre movimento dos valores mercadológicos e da livre iniciativa representam os elementos mais absurdos da sociedade.

Talvez a teoria conspiratória mais famosa da modernidade gire em torno da regulamentação do trabalho no século XIX, que sustentava o capitalismo até então. A proibição do trabalho infantil, a regulação da jornada de trabalho e os direitos trabalhistas de mulheres grávidas não foram concedidos sob o pretexto de arruinar o mercado e os cofres públicos. Sobre a razão desumana do totalitarismo de mercado, destacamos a reação ao abolicionismo ocorrido no Brasil no final do século XXI (DIÁRIO DO BRAZIL, 1884, p. 1), “só os abolicionistas cegos pela áxiao, não querem ver a real e verdadeira situação do país, e prosseguem despachadamente em sua obra de ruínas”. Para o mercado, a desconfiança era geral os grandes latifúndios não suportariam tamanho prejuízo de valores. Nos dias atuais, o cenário não é diferente. Regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo? Impossível, as empresas vão quebrar. Sob esse aspecto, Stanley (2018) enfatiza: o propósito das teorias conspiratórias é criar desconfiança generaliza e paranoia, o que pode ser usado para justificar ações extremas, como aprisionar inimigos e dismantelar direitos. O neoliberalismo é um regime de produção e mobilização do medo que busca “aperfeiçoar, de forma cada vez mais sutil”, o coração da subjetividade humana, às condições próprias da sua racionalidade (CORRÊA; SOUZA, 2020, p. 20).

Nesse contexto, a racionalidade neoliberal vai criando formas e condições para a sua própria implementação, promoção e manutenção. O indivíduo vai se habituando com o estado de incerteza e insegurança, ficando anestesiado, imóvel e apático. Tudo isso repercute diretamente na construção do seu imaginário social. O indivíduo hipnotizado e midiaticado após ser absorvido pelo excesso de informação morta que despotencializa o seu pensar, passa a odiar o que pensa diferente e, assim, capaz de gerar medo (CASARA, 2018). Segundo Casara (2018, p. 81), “há uma relação direta entre ausência de reflexão, o desconhecimento, o medo e a violência que os acompanha”. Logo, convém traçar um paralelo com o conceito articulado por Hardt e Negri (2014), o indivíduo securitizado. O indivíduo securitizado é uma subjetividade produzida pelo neoliberalismo que vive em constante estado de alerta devido ao medo de um futuro nebuloso e incerto que pode afetar toda sua existência. O *securitizado* é tomado por um medo generalizado: o presente é perigoso, o futuro é incerto e as pessoas são uma ameaça (HARDT; NEGRI, 2014). Para Nussbaum (2018, p. 4), “quando as pessoas têm medo umas das outras e de um futuro desconhecido, o medo facilmente dá origem a bodes expiatórios, a fantasia

de vingança”.

Portanto, o neoliberalismo é uma racionalidade que se utiliza do medo para manter seu engajamento em ação, e as plataformas digitais têm um papel crucial nesse processo. Elas fornecem uma imensa quantidade de informações, permitindo que o medo seja gerenciado de forma ainda mais eficaz. Anúncios e propagandas baseados em táticas de medo são encorajados por meio de algoritmos de recomendação, o que leva os indivíduos a apoiarem os princípios dessa racionalidade insidiosa. O indivíduo é bombardeado com informações constantes, todas projetadas para despertar seus medos e preocupações. As plataformas digitais fazem exatamente isso, aproveitando-se da tecnologia para monitorar conteúdos que incentivam os indivíduos a aderir às ideias da racionalidade neoliberal. Afinal, o medo é uma ferramenta poderosa na criação de um clima de insegurança e desespero, que é exatamente o que a racionalidade neoliberal deseja fomentar. Os indivíduos vivem em permanente situação de alerta, vestidos de forma visceral pelo medo, não conseguem questionar determinadas ações, aceitam livremente qualquer medida de exceção. Como em um Estado de exceção, os direitos são silenciados e a democracia é suspensa.

4 NEOLIBERALISMO E A MAQUINARIA DA DESCARTABILIDADE

Martin Luther King, em um discurso pronunciado em meados dos anos 60, disse a seguinte frase: *I have a dream*⁶⁴. O discurso tinha a finalidade de ilustrar como as democracias devem perseguir horizontes de solidariedade em que todas as pessoas negras, sem exclusão, se sentiriam cidadãs de fato e de direito. Cortina (2020) em sua obra *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia* sugere o pensamento de Martin Luther King às democracias contemporâneas, o qual destaca que temos um sonho, novos horizontes a serem perseguidos. E, esse sonho, segundo a autora (2020), se desenrolaria da seguinte forma: no âmbito político, uma democracia cosmopolita, deliberativa e inclusiva; quanto à economia, uma sociedade justa; no que diz respeito à sociedade civil, uma sociedade em ebulição, disposta a participar dos assuntos públicos e a se comprometer com o bem comum; e quanto ao irreversível panorama da racionalidade neoliberal, uma sociedade que promova o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças. Ora, para se chegar a esse horizonte distante, mas possível, é importante que os processos severos de decomposição da vida humana sejam inibidos (CORTINA, 2020).

No entanto, o que vemos de forma cada vez mais clara são indivíduos sofrendo com redes econômicas e sociais de apoio deficitárias, sendo expostos de diferentes formas às violações de direitos, violência e precariedade de acesso à recursos básicos. Como bem pontua Cortina (2020, p. 76), é necessário compreender o abismo entre declarações e realizações: “o que é o que nos ocorre que queremos um mundo e construímos outro?” A resposta não é simples, mas o caminho, sem dúvida, passa pelo cultivo de uma eticidade democrática e pela consciência de que somos seres humanos. Em *Amor líquido*, Bauman (2004, p. 21) apregoa que “amar significa abrir-se ao destino, a mais sublime de todas as condições humanas, em última instância, admitir a liberdade no ser, aquela liberdade que se incorpora no outro.” Amar envolve um compromisso de preservar o objeto cuidado, exige-se um olhar para o “outro”, significa estara serviço, colocar-se à disposição, respeitar a singularidade de cada um (BAUMAN, 2004). Trata-se de reconhecer o “outro” em dignidade com um genuíno e irrestrito direito à existência. Entretanto, no contexto atual, observamos uma sociedade que apresenta uma preocupante falta de capacidade para amar, caracterizada por um funcionamento hostil em que tudo parece desprovido de sentido. Essa realidade é descrita pelo filósofo Han (2017a) como “agonia do Eros, onde o “outro” é impossível de ser compreendido pelo “eu”. Além desse

⁶⁴ Tradução livre: Eu tenho um sonho.

funcionamento hostil que caracteriza a sociedade atual, é importante mencionar que ela também é afetada pela maquinaria da descartabilidade neoliberal. Como veremos ao longo deste capítulo, a racionalidade neoliberal é uma máquina de descarte implacável, que coloca o lucro acima das pessoas e transforma os indivíduos em um mero objeto a ser descartado quando já não é mais útil. Ao priorizar a competição desenfreada, a racionalidade neoliberal gera uma onda de ressentimento que separa os indivíduos entre ganhadores e perdedores. É um mundo em que poucos alcançam o tão almejado sucesso, enquanto a maioria luta para sobreviver em meio à falta de recursos básicos. A racionalidade neoliberal é cruel e desumana, canalizando suas formas de destruição para eliminar qualquer obstáculo que ameace sua estabilidade. O medo é a sua força motriz, provocando uma onda de ressentimento, uma reação negativa em relação a grupos de pessoas que são vistas como responsáveis pela impotência do “eu”.

4.1 NÃO-DITO NEOLIBERAL

Na racionalidade neoliberal, a doutrina do medo culmina em uma aversão venenosa: o ressentimento. Esse sistema tóxico alimenta o rancor, particularmente direcionado aos mais vulneráveis – os pobres, mulheres, imigrantes, negros, indígenas, *LGBTQIAP+* – aqueles que são considerados desprovidos de valor de uso ou improdutivos. Como bem destacado por Han (2018a), vivemos em uma época na qual o “outro” é silenciado, temido, estigmatizado e segregado. Segundo Castel (2005, p. 51-53), o ressentimento é:

Uma mistura de inveja e desprezo que atua sobre um diferencial de situação social e joga a responsabilidade da desgraça sofrida em cima das categorias que estão justamente em cima ou embaixo na escala social. [...] é uma frustração coletiva que se esforça por encontrar responsáveis ou bodes expiatórios [...] que poderiam explicar o seu desamparo.

Em outros termos, é o sofrimento do eu neoliberal que, ao se dar conta que não vai conseguir atingir o tão sonhado reconhecimento social, padece de experiências como a frustração e a injustiça e, por consequência, se afasta vilipendiando o “outro” que supostamente lhe nega o status que ele tanto deseja atingir (LINS, 2022). Para Lins (2022, p. 66), “o ressentimento, no fundo, é uma forma de amor”. A face obscura do ressentimento que não coaduna com a solidariedade e com o bem comum, que recusa a diferença e promove ódio, violência e vingança guarda uma contraface marcada por uma profunda admiração por quem o eu vilipendia (LINS, 2022). Várias são as hipóteses para tentar explicar a entrada impetuosa do ressentimento como afeto coletivamente experimentado pelos indivíduos na sociedade neoliberal. A partir dos textos de Mbembe (2020a), Sassen (2016) e Castel (2005) nós definimos

uma dupla hipótese.

A primeira é assentada no declínio das redes de proteção coletiva e no reposicionamento do Estado com o progressivo domínio das forças de mercado que fazem com que discussões importantes sejam analisadas sob a ótica empresarial que colocam o lucro acima das pessoas (MBEMBE, 2020a; SASSEN, 2016). A segunda hipótese é assentada nas mentiras da racionalidade neoliberal: o sucesso fácil e o ganho imediato. O *ethos* de sucesso, prosperidade e liberdade prometido por ela comportam um não-dito. As duas hipóteses são face da mesma moeda, aquela com a qual negociamos nossa presença e reconhecimento no mundo, pois o não-dito resultante da segunda emana do que passa obscurecido na lógica do empresariamento de tudo. De acordo com Castel (2005, p. 48), “há os que ganham com a mudança que podem aproveitar-se das novas oportunidades e realizar-se através delas no plano profissional e no plano pessoal”. Porém, “há também todos aqueles que não podem enfrentar esta redistribuição das cartas e se acham inválidos pela nova conjuntura” (CASTEL, 2005, p. 48).

Quando analisamos o último grupo, estamos situando a análise sob o grupo que não conseguiu atingir o sucesso prometido, que não logrou êxito em se tornar um grande empresário, que não atingiu o número adequado de seguidores no *Instagram*. Logo, o sentimento de frustração e injustiça favorece a consolidação do ressentimento. O eu projeta sua frustração no “outro”. Esse, por sua vez, é o bode expiatório do “eu” temeroso com seu futuro e amedrontado com seu fracasso. O *ethos* de liberdade é uma das grandes mentiras da racionalidade neoliberal. Uma mentira que penetra na mente do indivíduo e promove um cardápio de afirmações sobre liberdade de escolha baseadas no consumo e entretenimento que nunca se realizam – *McDonald’s* ou *Burger King*? *Coca-Cola* ou *Pepsi*? *Barcelona* ou *Real Madri*? *Iphone* ou *Samsung*? – (GEFAELL, 2015). A liberdade de escolha oferecida pela racionalidade neoliberal reproduz uma tirania do mérito (SANDEL, 2020) que separa a sociedade em dois grupos: ganhadores e perdedores; nós e eles; trabalhadores e preguiçosos; merecedores e não merecedores. Uma sociedade que reforça a desigualdade e a violência, aspectos que tornam o *ethos* de liberdade vazio: a grande parcela da população não é nem atingida por ele, apenas pela miséria e pela morte (ROSA, 2019).

Há autores que argumentam que a formação de massas de trabalhadores precarizados, uberizados, terceirizados e flutuantes, um excedente de humanidade que trabalha nos setores informais-formais, desprotegidos e sem direitos trabalhistas são resultados diretos da racionalidade neoliberal (DAVIS, 2006; MBEMBE, 2020a; WACQUANT, 2012). Ela pode notar esse excedente de humanidade – trabalhadores marginalizados – como, na verdade, um complexo de ambiciosos e desejosos empreendedores de si mesmos. Porém, faz bem mais

sentido compreender a maioria dos trabalhadores informais-formais “como desempregados ‘ativos’, que não têm escolhas senão subsistir de algum jeito para não passar fome” (DAVIS, 2006, p. 210). Esse é o processo pelo qual se constitui a encarnação do estigma do corpo supérfluo, segundo a expressão utilizada por Bauman (2009). De acordo com o autor, a figura do corpo supérfluo designa aqui uma condição de “superfluidade” povoada por aqueles que não desfrutam do status de pessoa humana, cuja vida é marcada sob o signo do “inútil, inábil para o trabalho e condenado a permanecer economicamente inativo” (BAUMAN, 2009, p. 23-25). De acordo com Mbembe (2020b, p. 68), o corpo supérfluo é uma vida “cujo preço é tão baixo que não possui equivalência própria, nem em termos mercantis e muito menos em termos humanos”. Standing (2014) utiliza o termo precariado⁶⁵, indivíduos desprovidos de garantias relacionadas ao trabalho: garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda, garantia de representação – condições que levam ao surgimento de um indivíduo degradado, sem uma âncora de estabilidade.

Nessa perspectiva, Mbembe (2020a, p. 15) constata:

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Só existem nômades do trabalho. Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje é já não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma humanidade supérflua, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital.

Ademais, nos termos de Almeida (2003, p. 232):

Como exemplo, a pura e simples exclusão do mercado de trabalho, pela obsolescência de função ou redução de contingente, é suficiente para transformar um indivíduo de qualquer classe social num excedente sobre o qual não incidirá qualquer esforço de preservação de sua integridade existencial. Aos que acusarem qualquer manifestação de defesa contra esta exclusão, restará sempre o recurso aos psicofármacos.

Sassen (2016) observa uma lógica predatória de expulsões de tudo que não se encaixa na lógica da economia global, uma tendência evidente que serve de amostra do que a racionalidade neoliberal efetivamente implica: uma gestão da morte, uma gestão daqueles que não têm vez em um mundo que não tem vez. Em última análise, uma gestão do desaparecimento. Uma maneira de produzir brutalidades contra populações vulneráveis que não

⁶⁵ Para Standing (2014, p. 76-77), “o precariado não tem benefícios da empresa para lhe dar segurança de renda e nem proteção social baseada em contribuições. E embora deva confiar em salários nominais, estes são mais baixos e mais variáveis e imprevisíveis do que os salários dos outros grupos. As desigualdades de renda e de benefícios aumentam cada vez mais, com o precariado sendo deixado mais para trás e dependente de um enfraquecido sistema comunitário de apoio social”

tem um trabalho ou que não parecem estar integradas nos planos do mercado. E certamente não foi por acaso que a autora (2016) definiu a capacidade da racionalidade neoliberal atuando como facilitadora das expulsões e sendo responsável por gerar uma constante ameaça de pauperização, uma intensificação do desemprego, um aumento de pobres no mundo, um número maior de pessoas em campos de refugiados, minorias que são maioria em prisões, trabalhadores cujos corpos são destruídos precocemente e um grande contingente de populações confinadas em guetos e favelas. A observação contundente de Sassen (2016) sobre a lógica predatória de expulsões é uma triste realidade em um mundo que é cada vez mais governado pela racionalidade neoliberal. Uma realidade que não apenas exclui, mas também aniquila brutalmente o “outro”.

Um exemplo disso é o trágico incidente em que imigrantes foram encontrados mortos em 27 de junho de 2022, dentro de um caminhão no Texas, Estados Unidos⁶⁶ (VENTAS, 2022). Outrossim, a pandemia do Coronavírus é um exemplo gritante do tipo de brutalidade que a racionalidade neoliberal pode produzir, especialmente na América Latina. É importante destacar que a pandemia no Brasil foi agravada pela implementação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos em 2016, que limitou os investimentos em serviços públicos essenciais, como saúde e educação, por mais de 20 anos (SANTOS; VIEIRA, 2018). Como resultado, muitos hospitais e clínicas de saúde ficaram sem recursos suficientes para lidar com a crise do Coronavírus, levando à falta de equipamentos médicos básicos, como seringas e leitos de hospital⁶⁷ (SANTOS, 2020). Isso resultou em um aumento alarmante do número de mortes evitáveis e de sofrimento desnecessário para muitas pessoas.

Aqui vale destaque a citação de Butler (2020a), “o vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos. De maneira que a desigualdade social e econômica garantirá a discriminação do vírus”. No Brasil, a pandemia do Coronavírus escancarou uma realidade que muitos brasileiros já conheciam: a desigualdade social. A falta de acesso à saúde, alimentação, emprego e medidas de proteção adequada revelam o abismo que separa os mais ricos dos mais pobres (CASTILHO, 2020). Infelizmente, a crise não afeta a todos da mesma maneira. Nesse sentido, diz os dados da Oxfam Brasil (2020):

⁶⁶ “Olhe para mim: eu pareço uma americana para você? Você sabe quantas vezes fui chamada na escola de bean-eater (expressão usada de forma pejorativa nos Estados Unidos para se referir a latino-americanos, sobretudo mexicanos, que pode ser traduzida literalmente como “comedor de feijão”)? Como eu vi minha mãe escravizar a si mesma para conseguir alguns documentos oficiais? E você me pergunta por que isso mexe tanto comigo?” (VENTAS, 2022).

⁶⁷ “O Brasil enfrenta a pandemia global do Coronavírus com cerca de R\$ 20 bilhões a menos para o Sistema Único de Saúde. Resultado da Emenda do teto de gastos (EC 95), que congela gastos públicos por 20 anos, o corte nos investimentos ocorre desde a promulgação do texto, em 2016” (LACERDA; SUDRÉ, 2020).

O paradoxo é que esta crise não afeta a todos igualmente. Desde o princípio dos isolamentos, oito novos bilionários surgiram na região, ou seja, um novo bilionário acada duas semanas, enquanto se estima que até 52 milhões de pessoas se tornarão pobres e 40 milhões perderão seus empregos este ano. A riqueza dessa elite de super milionários da região cresceu 17% desde meados de março: US\$ 48,2 bilhões, que equivalem a 38% do total dos pacotes de estímulo que o conjunto de governos implementou e a nove vezes a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) com empréstimos de urgência à região até o presente momento.

Nesse contexto, o crescente silenciamento de direitos fundamentais levou Mbembe (2020a, p. 17) a argumentar para uma “tendência à universalização da condição negra”: um grande contingente de pessoas que até então nunca sofreram qualquer tipo de vulnerabilidade agora perceberam que também estão vulneráveis. Mbembe (2020a) utiliza a expressão “devir negro do mundo”. Nas palavras do autor (MBEMBE, 2020a, p. 17), “os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas”. E continua (MBEMBE, 2020a, p. 19-20), “pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo”. Um exemplo impactante disso é o caso do trabalho análogo à escravidão em vinícolas brasileiras⁶⁸ (CALCINI; MORAES, 2023). Essa prática desumana continua a existir no Brasil, onde trabalhadores são forçados a trabalhar em condições precárias, muitas vezes sem acesso adequado a água, comida e condições sanitárias básicas (CALCINI; MORAES, 2023). Eles são pagos com salários miseráveis, frequentemente abaixo do mínimo legal. Esses trabalhadores são, em sua maioria, migrantes e pessoas marginalizadas que não têm recursos para lutar contra a exploração a que estão sendo submetidos, uma condição que se estende a todas as humanidades subalternas (MBEMBE, 2020a).

Sassen (2016, p. 74) expõe:

Juntas, essas dinâmicas globais de pobreza extrema, deslocamentos em massa, desastres ambientais e conflitos armados criaram níveis de expulsão social nunca visto antes, sobretudo no Sul global, mas que agora já se iniciaram no Norte global, ainda que em decorrência de acontecimentos diferentes.

Nessa perspectiva, Casara (2018, p. 73) expressa que:

É importante frisar que, para os “oprimidos” e “indesejáveis”, o Estado Democrático de Direito nunca passou de uma aspiração. Hoje, no Estado Pós-Democrático, grande

⁶⁸ Em 22/02/2023, “um procedimento simultâneo realizado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério Público do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal resultou no resgate de dezenas de trabalhadores que se encontravam em situação análoga à escravidão. O caso ocorreu em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, de modo que por intermédio de serviços terceirizados uma empresa ofertava autêntica intermediação de mão de obra, de forma precária e degradante, para grandes vinícolas da região” (CALCINI; MORAIS, 2023).

parcela da sociedade não percebe a mudança paradigmática. Para os que sempre foram indesejáveis dentro da lógica capitalista, de fato, pouco mudou. Outros, porém, ainda não perceberam que também se tornaram descartáveis.

Nesse contexto, grupos sociais específicos com medo de perder seu lugar na hierarquia de privilégios aproveita do ressentimento para silenciar minorias em uma estratégia de vingança (LINS, 2022). Como explica Lins (2022), a racionalidade neoliberal torna mais intensa a desigualdade determinada pelo dinheiro, levando ao fortalecimento do ressentimento entre indivíduos que não podem mais pagar por serviços exclusivos, a que tinham acesso e, principalmente, alcançar determinado prestígio e importância social. Desse modo, o ressentido “abre alas para afetos que encontram a causa da própria miséria no lugar errado: no próprio fracasso, no vizinho negro, no estrangeiro oportunista” (LINS, 2022, p. 95). Dessa forma, o indivíduo, “ora se culpabiliza, ora se ressentido por não ter chegado naquele lugar onde o outro chegou por uma série ampla e socialmente favorável de causas e condições” (LINS, 2022, p. 94).

O ressentimento tem encontrado terreno fértil na medida em que os valores e arranjos sociais de resistência foram sendo conquistados e incorporados à sociedade através da conquista de direitos que perfazem uma melhor defesa da dignidade da pessoa humana (HIRSCH, 2010). Tomemos o exemplo da Constituição Mexicana de 1917, da Constituição de Weimar em 1919, da Constituição da República Espanhola de 1931, da Constituição Francesa de 1848, da conquista do voto feminino no Brasil incorporado à Constituição de 1934 e da luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos na década de 1960. Diante desse panorama, surge um questionamento perturbador: “quem roubou o meu status?” (LINS, 2022, p. 85). Essa indagação fornece uma representação localizada para o medo, canalizando a frustração do eu que perdeu o seu prestígio e valor social (SAFLATE, 2021a). Os grupos privilegiados sentem-se deixados para trás na busca pelo sonho neoliberal de sucesso, prosperidade e liberdade, em decorrência das ações afirmativas promovidas pelo *Welfare State* (LINS, 2022). No limiar da perda de seu poder e supremacia, o ressentido alimenta e cultiva a mixofobia, a aporofobia, a xenofobia, a homofobia, a misoginia e o racismo, na esperança de reassumir ou reconquistar sua posição de privilégio. Segundo Lins (2022, p. 85), é o momento do ódio, da violência e da vingança contra aqueles que “lesaram” o seu poder e o seu *status* social.

Como aponta Hirsch (2010, p. 151):

O início da crise do fordismo não tem apenas causas econômicas e políticas, mas também se deve ao fato de que esses processos estiveram ligados a uma fragmentação do cimento ideológico que havia mantido coesa essa sociedade. O “estado de segurança”, caracterizado pela burocratização, regulamentação e normatização; o bem-estar fundado no consumo de mercadorias estandardizadas; o desperdício

desenfreado de recursos e a destruição da natureza; bem como com a dominação patriarcal em sua forma modificada pelo fordismo – quer dizer, pelo crescente emprego feminino e pela redução da família a uma relação entre par –, foram objeto de uma crítica pública crescente, que se expressou inicialmente em uma incipiente “mudança de valores” e nos “novos movimentos sociais”, que se formaram a final dos anos 1970.

Em direção semelhante, Coutinho (2012) nota o neoliberalismo como uma espécie de contrarreforma⁶⁹ no sentido de crítica e oposição ao modelo de Estado de bem-estar social. Para o autor (2012), o processo de “contrarreforma” é acompanhado por uma luta ideológica das forças dominantes que têm por objetivo não a ampliação dos direitos e a proteção social, mas a restauração das “condições próprias do capitalismo selvagem, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado” (COUTINHO, 2012, p. 123). Sob esse viés, ele afirma: “o que caracteriza um processo de contrarreforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (COUTINHO, 2012, p. 124). No paradigma do *Welfare State*, muitos direitos foram conquistados pelas classes subalternas e levados a cabo por meio das pautas progressistas, permitindo a emancipação tímida da classe trabalhadora e de outras minorias. No entanto, na racionalidade neoliberal, não há espaço para direitos e políticas estatais de cunho social: infelizmente, a lógica é de negação das conquistas. Segundo Brown (2021), para os neoliberais, a ideia de justiça social promovida pelo *Welfare State* ataca a moralidade tradicional, haja vista que tenta substituí-la pela lógica do bem comum. Nesse contexto, segundo Coutinho (2012, p. 123), não se trata mais de conquistar novos direitos, mas de defender aqueles já conquistados no passado:

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências que vêm de baixo”, que Gramsci considerava – como já vimos – uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare*. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.

Hall (1988) analisa o neoliberalismo como uma “modernização conservadora” que

⁶⁹ Para Coutinho (2012, p. 122), “estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida”.

busca restaurar a hierarquia patriarcal e familiar, desafiando as correções sociais promovidas pelo *Welfare State*. O neoliberalismo combina o receio sobre a perda de status hegemônico por parte de indivíduos, com o medo do reconhecimento emancipatório de grupos minoritários tais como negros, mulheres e homossexuais (HALL, 1988). No caso da igualdade dos negros, a aceitação dos direitos conquistados pelo *Welfare State* leva à destruição da sociedade racista, que é a base do capitalismo. Brown (2019) caracteriza esse cenário exemplificando-o nos seguintes termos: Turquia, Hungria, Polônia, Estados Unidos são conjunturas significativas da eclosão de um nacionalismo exacerbado, de uma onda conservadora autoritária, de monstros que julgávamos extintos, mas que parecem estar a acordar. Assim como o é, nos Estados Unidos, Donald Trump chegou à presidência em 2016 com um apelo nacionalista: “faça a América grande de novo” (BROWN, 2019). Ou de um Brexit que se promoveu por meio de discursos a intolerância e xenofobia. O “outro” é muita das vezes o moínho de vento de indivíduos amedrontados com a perda do seu status e facilmente manipulado por políticos que convertem o medo em retaliação sobre grupos vulneráveis (BROWN, 2019).

Em outras palavras, o medo é descarregado, precisamente, sobre os ombros das minorias. No Brasil de 2023, não faltam exemplos. A invasão do Congresso Nacional, do plenário do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto revela que o medo e o ressentimento transformaram a sociedade brasileira em um cenário de guerra. O medo do comunismo, por exemplo, foi percebido, capturado e mobilizado pela vontade política que o manipula. A proposta de invadir e depredar a sede dos Três Poderes se dá através de um contexto de medo amplamente divulgado pela mídia, pela internet, pela propagação de uma ideia de família tradicional e de uma concepção de religião como sendo algo sempre positivo e salvador. Cada vez mais alimentados por pânicos induzidos e compartilhados, os indivíduos são levados a aprenderem a ser ou a se tornarem tipos particulares de pessoas (FUREDI, 2007), geralmente perversos. O medo compõe discursos legitimadores da imposição de mecanismos que pretendem desarticular o Estado de direito e justificar estados de exceção (PIRES, 2021). Conforme explica Aldana (2008, p. 3) “o medo, aplacado por medos ainda mais avassaladores, renova a ilusão de que a incerteza será resolvida movendo-se em apenas uma direção”: retaliação sobre grupos vulneráveis. Entretanto, o alívio é sempre transitório, somente até que um novo medo ou absurdo atualize a incerteza e gere uma nova escalada de retaliação (ALDANA, 2008).

Huberman (2020, p. 101) vai nos mostrar que “quanto maior for o número de trabalhadores desempregados e precarizados, maior tende a ser a quantidade de insatisfeitos que precisariam ser controlados” para não perturbarem a ordem do mercado. É nesse momento que

intervém o racismo, “em resposta ao apelo generalizado à lubricidade lançado pelo neoliberalismo” (MBEMBE, 2020b, p. 105). O racismo é o nome dado à destruição organizada e perpetuada pela racionalidade neoliberal. Ele projeta um mundo do grande despojo, reproduzido com um conjunto de práticas cujas características incluem: produzir a morte em larga escala; dissipação da vida humana; redução generalizada do preço da vida; e familiarização com a perda, “uma morte à qual ninguém se sente obrigado a reagir” (MBEMBE, 2020b, p. 63-68-69).

Como escreve Mbembe (2020a, p. 74-75):

Os processos de racialização têm como objetivo marcar esses grupos populacionais, fixar o mais precisamente possível os limites em que podem circular, determinar o mais exatamente possível os espaços que podem ocupar, em suma, assegurar que a circulação se faça num sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral. Trata-se de fazer a triagem desses grupos populacionais, marcá-los simultaneamente como “espécies”, “séries” e “casos”, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes à sua circulação e, se possível, neutralizá-los antecipadamente, no mais das vezes por meio da imobilização, do encarceramento ou da deportação. A raça, desse ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar de princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo.

O racismo é, de início, um meio de classificar os seres humanos em categorias distintas, meio pelo qual certas formas de vida são subdivididas e produzidas enquanto matéria-prima com a qual se fabrica o diferente, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada e morta sem reservas de forma normalizada, sem pudor e explicação (FOUCAULT, 2000; MBEMBE, 2020a; 2020b; HUBERMAN, 2020). O racismo introduz um espaço que “autoriza a situar, em meio a categorias abstratas, aqueles que se procura estigmatizar, desqualificar moralmente e, eventualmente, internar ou expulsar” (MBEMBE, 2020a, p. 73-74). Em outras palavras, é o meio pelo qual o Estado não seja obrigado a prestar quaisquer contas pela morte do “outro”, considerado inimigo (MBEMBE, 2020a). O que assusta constatar é que a racionalidade neoliberal apenas repete o projeto colonial de aniquilação dos povos colonizados⁷⁰.

Conforme diz Mbembe (2016, p. 133-134):

⁷⁰ César em Discurso sobre o colonialismo (2020, p. 18-19) elucida uma reflexão importante. Para ele, “valeria a pena estudar, clinicamente, em detalhes, os passos de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista e muito cristão do século XX que ele carrega consigo um Hitler sem saber, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demônio, que se ele o vitupera, é por falta de lógica e, no fundo, o que ele não perdoa em Hitler não é o crime em si, é o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que atingiam até então apenas os árabes da Argélia, os coolies da Índia e os negros da África. E essa é a grande acusação que eu dirijo ao pseudo-humanismo: ter por muito tempo reduzido os direitos humanos, ter ainda uma concepção estreita e fragmentada deles, parcial e tendenciosa e, considerando tudo, sordidamente racista. [...] Queiram ou não: no final do beco sem saída da Europa, quero dizer, da Europa de Adenauer, Schuman, Bidault e alguns outros, há Hitler. No fundo do capitalismo, ansioso por sobreviver, há Hitler. No fundo do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler”.

Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos naturais, que carecem do caráter específico humano, da realidade humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinha consciência de que haviam cometido assassinato”. Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial está sujeita a normas legais e institucionais.

Na racionalidade neoliberal, o racismo tornou-se um componente necessário na fabricação e profusão dos “sem papéis”, segmentando e isolando pessoas que não poderiam ser consideradas concidadãos em campos na periferia das cidades e em campos de refugiados, como um amontoado de “coisas” (MBEMBE, 2020b, p. 97-100). A função do racismo é manter afastado e encurralado o que perturba, o inimigo, para controlar ou até mesmo rejeitar aquilo que for excessivo, excedente. É colocar em condições intoleráveis o maior número possível daqueles que o mercado considera como indesejável (HARDT; NEGRI, 2016; MBEMBE, 2020b). Nesse sentido, Goldberg (2011) demonstra que a racionalidade neoliberal, no seu projeto de proteger e expandir a liberdade dos fluxos de mercado, sustenta, ao mesmo tempo, uma disposição de exclusão quanto à liberdade de vida para determinadas pessoas consideradas inimigas do mercado que precisariam ser controladas e subjugadas à morte. Logo, na medida que a racionalidade neoliberal (re)produz mecanismos de exclusão, termina por permitir critérios raciais em seu impulso para exercer controle sobre aqueles que produzem “risco” para o seu modelo produtivo (DUARTE, 2019; 2008; GOLDBERG, 2011; MORAIS; WERMUTH, 2013). Dessa forma, o racismo passa a justificar e conferir legitimidade ao neoliberalismo visando a segregação ou mesmo a eliminação de parcelas da população em nome da segurança e vida de outras parcelas da população (DUARTE, 2019; MBEMBE, 2016).

Esse ponto é ecoado por Mbembe (2020a, p. 70):

A verdade do indivíduo designado a uma raça está simultaneamente alhures e nas aparências que lhe são designadas. Está por trás da aparência, por baixo daquilo que percebemos. Mas ela também é constituída no próprio ato de designação – o meio pelo qual certas formas de subvida são produzidas e institucionalizadas, a indiferença, o abandono justificados, a parte humana no outro violada, velada ou ocultada e certas formas de encarceramento e até mesmo de abate toleradas.

Duarte (2019, p. 540-541) pontua que:

A lógica contemporânea do racismo biopolítico opera por meio da hierarquização e da naturalização das diferenças, da diversidade e das desigualdades, de modo que os marcadores relativos a classe, gênero, etnia, religião e orientação sexual jamais sejam entendidos como efeitos contingentes de processos históricos determinados, orientados por ideais normativos que efetuam a partilha entre o aceitável e o inaceitável, entre o inteligível e o ininteligível, expondo à morte violenta aquelas populações constituídas à margem dos ideais e modelos normativos prevalecentes.

Bauman (2009, p. 23-24) aponta para o retorno das classes perigosas, perfis de populações classificadas como não-assimiláveis ou excluídas que não têm nenhuma funcionalidade e/ou utilidade para o mercado. As classes perigosas são aquelas que não contribuem para o desenvolvimento da racionalidade neoliberal, não desempenham nenhuma função reconhecida e aprovada como útil, tornando-se descartáveis. É nesse contexto que tais populações racializadas pela racionalidade neoliberal passam a ser consideradas como inimigas ou bodes expiatórios de indivíduos amedrontados e desesperados com seu futuro – personificadas, ora pelo imigrante, ora pelo refugiado, ora pelo homossexual, ora pelos ladrões de emprego, ora pelo pobre, ora pelo terrorista – sendo responsabilizadas por todos os problemas de uma sociedade, merecendo, assim, seu combate (DUARTE, 2019; MORAIS; WERMUTH, 2013). Desse modo, nos permitimos compreender que a racionalidade neoliberal é incapaz de promover a alteridade, assim como se mostra incapaz de romper com movimentos de hostilidade e brutalidade. Ansiosa para sobreviver, continua a mobilizar e utilizar do racismo como se fosse um instrumento da barbárie a serviço da objetividade econômica, abrindo-se espaço para a necropolítica (MBEMBE, 2016).

Em *Estranhos à nossa porta*, Bauman (2017, p. 13-14) destaca:

Refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar. Pelo que conhecemos, o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos, e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional. Essas pessoas com as quais estamos acostumados a coexistir em nossos bairros, nas ruas das cidades ou nos locais de trabalho, nós as dividimos em geral entre amigas ou inimigas, bem-vindas ou apenas toleradas. Mas, qualquer que seja a categoria em que as situemos, sabemos muito bem como nos comportar em relação a elas e como conduzir nossas interações. Sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas – adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo.

A grande astúcia da racionalidade neoliberal consiste em estabelecer dois modelos de Estados diferentes e paralelos, que convivem no mesmo espaço de forma simultânea: um Estado de direito que abrange em si apenas os indivíduos economicamente incluídos e convenientemente aceitos e um Estado deteriorado de direito que se manifesta contra aqueles que não fazem parte das escolhas do mercado (SERRANO, 2020; 2016). A racionalidade neoliberal, por meio da sua concepção totalitária, incute as pessoas a internalizarem todas as

conexões mercadológicas como a única forma de vida possível, permitindo a eliminação de inimigos e bodes expiatórios que, por qualquer razão, pareçam não integráveis à sua lógica. Sendo assim, a racionalidade neoliberal atua como instância de segregação, no sentido de abastecer o Estado com atribuições próprias das instituições privadas e, conseqüentemente, tornando-se cada vez mais um agente administrador do corpo empregado para ser lucrativo (SOUZA; DOURADOR, 2022). Entretanto, uma grande parcela de indivíduos não consegue se conduzir conforme os parâmetros do desempenho e da produção; ou ainda, não consegue lograr êxito no sentido caracterizador de uma eficácia empreendedora para o mercado, dadas as deficiências sociais e econômicas de apoio produzidas pela racionalidade neoliberal, que, constantemente, utiliza de políticas da morte e arruína direitos fundamentais (DUARTE, 2019; SOUZA; DOURADOR, 2022).

Wacquant (2012, p. 512) explica que o Estado neoliberal se apresenta como um “Estado-centauro”, resultado da sua inclinação excludente que exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: é edificante para os “amigos” do mercado, mas é penalizador e autoritário quando se trata de controlar as populações “inimigas” do mercado, numa prática muito efetiva de gestão da morte (MBEMBE, 2016). É justamente em virtude do declínio e do colapso do *Welfare State* que as políticas neoliberais são cada vez mais evidentes, criando dois grupos de pessoas humanas: os incluídos, pessoas com valor de uso, marcados pela sua utilidade e os excluídos, pessoas sem valor de uso, indesejáveis (CASARA, 2018; MORAIS; WERMUTH, 2013). Sob esse aspecto, a racionalidade neoliberal possibilita o estabelecimento de uma cesura no conjunto da sociedade, viabilizando a atuação do poder estatal de forma distinta para subgrupos diferentes, em especial, para a parcela de indivíduos sem valor de uso. Para Dardot e Laval (2016, p. 381), a racionalidade neoliberal “fabrica um número crescente de “subcidadãos” e “não-cidadãos”. Em linha semelhante, Zaffaroni (2020) observa uma sociedade com 30% de incluídos e 70% de excluídos que acreditam que não estão excluídos. A par disso, na medida em que a racionalidade neoliberal segrega a pessoa humana detentora de direitos fundamentais, ele traça a linha entre os que devem morrer e os que devem viver (MBEMBE, 2016). É a necropolítica.

4.2 POLÍTICA DA EXCLUSÃO, A AVERSÃO AO “OUTRO”: FRONTEIRAS QUE CONVERGEM À MORTE

Em *As intermitências da morte*, José Saramago (2005) nos faz pensar, de forma irônica e provocativa, as conseqüências de um lugar onde todos vivem para sempre. No surrealismo

típico da escrita de José Saramago, é apresentada uma distopia, um mundo organizado em que a morte, personagem principal, resolve abandonar o seu ofício. As pessoas simplesmente param de morrer. Sob os caprichos da morte, hospitais, igrejas, empresas e o Estado enfrentam uma crise sem precedentes. A intermitência da morte não é adequada para a racionalidade neoliberal, que depende da necropolítica⁷¹. Mbembe (2016) atribui à ideia de necropolítica no poder do Estado de fabricar corpos desprendidos de direitos, marcados pela impossibilidade e pelo vazio. Corporeidades insignificantes que, por definição, “vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida – pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte” (MBEMBE, 2020b, p. 68). Segundo Mbembe (2012, p. 136), a necropolítica opera na “distribuição da espécie humana em grupos, subdivisão de grupos em subgrupos e o estabelecimento de uma divisão biológica entre aqueles que devem viver e aqueles que podem morrer”. Em tempos de crise multidimensional⁷² (STAMENKOVIC, 2013), a análise da necropolítica se concentra profundamente nas múltiplas expressões corrosivas da racionalidade neoliberal e seu *ethos* de morte.

No século XXI, o indivíduo se depara com os impactos avassaladores de um sistema político e econômico exclusivamente financeiro, que atingiu um ponto de ruptura radical (STAMENKOVIC, 2013). Esse radicalismo se manifesta na forma em que o sistema exerce seu poder, utilizando ações mortíferas para coagir o indivíduo a suportar sofrimento e dor, a fim de preservar seu domínio (STAMENKOVIC, 2013). É nesse contexto que a perspicaz afirmação de Montag (2005, p. 20-21) sobre a morte pelo mercado se torna pertinente: “a morte estabelece as condições da vida, a morte, como que por uma mão invisível, recoloca o mercado no nível em que ele pode sustentar a vida. [...] A permissão para a morte é necessária para a produção da vida do universal”. Assim, Montag (2005) teoriza o que ele chama de necroeconomia. O mercado, com a aquiescência contemplativa do Estado, reduz e racionaliza a vida, decide e exige que a morte seja permitida pelo poder soberano, tanto quanto por aqueles que ele considera indispensável (MONTAG, 2005). Em tempos de escassez, surge a exigência de que alguns se permitam morrer (MONTAG, 2005). Nesse aspecto, o Estado pode recorrer à

⁷¹ O que se denomina necropolítica foi apresentado ao público pela primeira vez por Mbembe (2012), no artigo *Necropolitics*, publicado na revista americana *Public Culture*, em 2003. O porquê do termo é explicado pelo autor em *Necropolítica, una revisión crítica*, um artigo publicado no livro *Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas illoradas*, fruto de uma conferência pronunciada em 2011, na *Universidad Nacional Autónoma de México*.

⁷² O neoliberalismo se organiza instrumentalizando crises na busca da manutenção e promoção da sua racionalidade. O estado de crise apresenta-se pois – ao lado da Grande Depressão de 1929, passando pela crise do capitalismo de 1970, pelo colapso financeiro de 2008 – como uma medida que se concretiza na criação de novos arranjos ou de uma nova ordem para afirmar ou reestruturar o próprio domínio do mercado (SIMÕES; SOUZA, 2019).

violência para assegurar que aqueles que se recusarem a se permitir morrer “sejam expostos à morte e obrigados a aceitar o racionamento da vida pelo mercado” (MONTAG, 2005, p. 23). O mercado, como a base universal do neoliberalismo, em certos momentos demanda “deixar morrer” ou “expor à morte” aqueles aos quais pode ser permitido morrer impunemente, em nome de sua racionalidade e equilíbrio (MONTAG, 2005, p. 23).

A história nos mostra que viver sob o regime da necropolítica não é algo novo. As passagens marcantes relacionadas a esse termo remetem às experiências coloniais, consideradas como uma das primeiras manifestações da brutalidade do terror moderno (MBEMBE, 2016). A *plantation* sob a escravidão, os campos de concentração, o apartheid, as favelas ou, como no Brasil de hoje, o cárcere, são formas pelos quais o mercado confisca o direito de vida e morte daqueles que são apresentados como inimigos (MBEMBE, 2020b, 2016). O neoliberalismo dispõe de diversas estratégias para implementar, promover e manter o seu engajamento. Para sobreviver, tornar-se hegemônico e superar as disfunções que o afetam, utilizou em diferentes momentos históricos de políticas da morte. Nesse contexto, entram em cena: a “doutrina do choque” (KLEIN, 2008); a lógica das “expulsões” (SASSEN, 2016); a “acumulação pela espoliação” (HARVEY, 2007); e o “capitalismo do medo” (DUCLOS, 2005). A racionalidade neoliberal se utiliza da necropolítica (MBEMBE, 2016) e de políticas da inimizade (MBEMBE, 2020b) para manter seu domínio e continuar no comando de uma empreitada de extermínio que deve, senão, minimizar os olhares – tão atentos – para as vidas que não são reconhecidas como vidas. Ela estabelece repetidamente uma linha divisória entre vidas descartáveis e vidas não descartáveis, aqueles que fazem parte das escolhas do mercado e aqueles que não fazem parte das escolhas do mercado, aqueles que têm futuro e aqueles que não têm futuro, indivíduos reconhecidos como “pessoa” e indivíduos reconhecidos como “coisas” (MBEMBE, 2020b; SAFLATE, 2020).

Os indivíduos situados na condição de pessoa são compreendidos como vidas detentoras de direitos fundamentais, e a sua morte ocasiona luto e comoção (SAFLATE, 2020). Em contrapartida, os indivíduos situados fora da jurisdição humana, desprovidos de valor, degradados à condição de coisa, serão objeto de uma morte menos espetacular que a primeira, uma morte sem luto: indivíduos que podem ser subjugados à morte, de forma lenta ou rápida, em nome do equilíbrio do mercado (BANERJEE, 2008; BUTLER, 2020; SAFLATE, 2020). Mbembe (2020a, p. 19) observa que a morte daqueles degradados à condição de coisa é reduzida em números, códigos ou coisas animadas, mortes sem nome e narrativa. A racionalidade neoliberal faz nascer um conjunto de indivíduos considerados descartáveis, “submetidos a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos”, cidadãos sem cidadania

(MBEMBE, 2016, p. 146). Em tempos de pandemia, extermínio nas favelas e encarceramento em massa, percebemos tal contexto se consolidar ao observarmos manchetes como:

- a) “Operação policial mata 25 pessoas no Jacarezinho, em segunda maior chacina da história do Rio de Janeiro”, *El País*, 06 de maio de 2021;
- b) “Como confunde marmitta com revólver? Diz mãe de jovem negro morto pela Polícia Civil no Morro do Piolho, na Zona Sul de SP”, G1, 21 de outubro de 2021;
- c) “Após sair da prisão, mãe que furtou miojo e suco diz: meu sonho é ser gente”, *Notícia Preta*, 14 de outubro de 2021;
- d) “A polícia vai mirar na cabecinha e ... fogo, afirma Wilson Witzel”, *Uol Notícias*, 01 novembro de 2018;
- e) “Aos 12 anos, garoto negro é acusado de um crime que não cometeu. Quem se importa?”, *Estadão*, 13 de junho de 2022;
- f) “Laudo aponta mais de 200 tiros em ação militar que matou músico e catador”, *Uol Notícias*, 09 de maio de 2019.

Cabe observar que, para uns, o Estado atua como um “Estado protetor”, mas, para outros, atua como “Estado predatório” (SAFLATE, 2020). Conforme expõe Butler (2020b, p. 13):

A perda de algumas vidas ocasiona luto; de outras não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem; opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é normativamente humano: o que conta como vida vivível e como uma morte passível de ser enlutada?

A necropolítica vai além da administração da morte como manifestação de poder. Em um sentido metafórico, ela representa uma apropriação da vida, reduzindo-a condições precárias através de normas e formatos que ditam como devemos viver. Mbembe (2012, p. 131) utiliza o conceito de necropolítica para descrever as “depredações da globalização neoliberal”. Ele propõe que a necropolítica cria “mundos de morte” – diversos métodos de destruição implementados com o objetivo de causar o máximo dano aos corpos (MBEMBE, 2016, p. 146). Nas palavras de Mbembe (2020b, p. 66), “as próprias formas de matar são variadas”, a necropolítica é muito mais do que a violação física da vida humana. Ela se manifesta nas medidas de austeridade, na exploração desenfreada do ecossistema e na gestão sistemática da big data, transformando “a morte como um processo continuado, no qual se perde paulatinamente a identidade já durante a vida. A morte, então, começa antes da morte” (HAN, 2021a, p. 25). A atualidade das reflexões de Mbembe é inegável, pois ao longo desta dissertação, mostramos que a instrumentalização da existência humana é o objetivo central da

racionalidade neoliberal⁷³.

A necropolítica adquire uma dimensão crucial na Era do Antropoceno, uma época em que os impactos humanos afetam globalmente nosso planeta (ARTAXO, 2018). Nesse contexto, surge a preocupação com o desenvolvimento sustentável. O Antropoceno é caracterizado pelas práticas capitalistas de acumulação ilimitada, que revelam a arrogância e irresponsabilidade da humanidade, tornando-nos reféns do jogo mortal do capitalismo. A busca incessante por lucro suprime os “limites planetários”, como a perda da biodiversidade, e nos coloca em um curso de colisão com a morte iminente (ARTAXO, 2018, p. 15). A perda da biodiversidade ameaça todo o sistema terrestre, desestabilizando ecossistemas e, principalmente, aumentando a vulnerabilidade da vida humana às mudanças climáticas (ARTAXO, 2018). Estamos testemunhando o aumento assustador de eventos climáticos extremos e imprevisíveis: o nível do mar está subindo, tempestades intensas e secas prolongadas assolam regiões antes equilibradas, incêndios florestais se espalham, oceanos se acidificam, a neve e o gelo derretem em ritmo acelerado nas regiões polares e montanhosas, e tempestades tropicais e ciclones se intensificam (ARTAXO, 2018).

Os impactos devastadores dos eventos climáticos extremos estão sendo sentidos em todo o mundo, resultando em perda de vidas, destruição de propriedades, problemas de saúde pública e interrupções econômicas significativas (ARTAXO, 2018). Um dos impactos seria sobre a migração humana (LOEWE, 2014). Aqui vale a alusão do quadro *Os Retirantes* de Candido Portinari, que retrata a migração em massa ocorrida no nordeste brasileiro. O quadro captura a miséria e a marginalização daqueles que são considerados descartáveis pela sociedade, situados para além das fronteiras da cidadania. É uma representação das vidas humanas desprotegidas e vulneráveis. A Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (CHERKAOUI, 2020) destaca que “a mudança climática é a crise de nosso tempo e impacta também os refugiados”. Alguns autores utilizam o termo “refugiados climáticos” para descrever pessoas que são forçadas a “deixar seus habitats, imediatamente ou no futuro próximo, devidos a alterações bruscas ou graduais em seu ambiente natural” (BIERMANN; BOAS, 2008, p. 151). Ou seja, depredações da vida que remetem a uma condição de não humanidade experimentada pelos retirantes no passado.

A necropolítica desempenha um papel crucial na perpetuação dos projetos da

⁷³ Nas palavras de Mbembe (2016, p. 125), “minha preocupação é com aquelas formas de soberania, cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos”.

racionalidade neoliberal. Seu objetivo é duplo: impossibilitar qualquer movimento de resistência e “implementar a segregação à moda do Estado do apartheid” (MBEMBE, 2016, p. 136). Para Mbembe (2016, p. 128), “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar”. Em outras palavras, o poder – não necessariamente o poder estatal – “apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” para justificar o uso da violência como forma de reprimir qualquer movimento que ameace a ordem estabelecida (MBEMBE, 2016, p. 128). Essa abordagem se mostra particularmente perigosa, uma vez que pode levar à naturalização da barbárie, abrindo caminho para abusos e arbitrariedades por parte do Estado e de outros agentes de poder. O indivíduo se encontra cercado por um círculo alucinatório de destruição, perseguição e aniquilação, buscando desesperadamente um culpado como um ponto de ancoragem para tentar garantir sua segurança diante da angústia iminente da morte (MBEMBE, 2020a). O discurso é que enfrentamos uma ameaça permanente⁷⁴, algo que “está entre nós, à nossa volta, [...] capaz de surgir em plena luz do sol e, em cada uma de suas aparições”, é o nosso próprio projeto de vida, o que queremos ser, nossa existência que ameaça aniquilar (MBEMBE, 2020b, p. 86).

A produção e mobilização do medo para a construção de apoio a racionalidade neoliberal precisa de um objeto fóbigeno, um elemento aglutinador, um inimigo inventado incessantemente (MBEMBE, 2020b; PIRES, 2021). Um inimigo ou bode expiatório imaginário para uma sociedade que não consegue mais se reconhecer, uma sociedade arrastada pela impossibilidade de garantir o *ethos* de sucesso, prosperidade e liberdade (SAFLATE, 2021a). A demanda por um inimigo constante e irreduzível é necessária não somente para definir a constituição de uma identidade procurado pelo neoliberalismo, mas também para encontrar um obstáculo que, no interior da vida social, ameaçaria a realização da sua racionalidade (SAFLATE, 2021a; ECO, 2021). Um inimigo em comum é o ponto de fuga para qual a racionalidade neoliberal direcionará o medo (SAFLATE, 2021a). Por isso, ter um inimigo é fundamental, um inimigo que a racionalidade neoliberal tem interesse em representar como ameaçador para tornar imperante sua vontade. Ou seja, para a racionalidade neoliberal “todos nós somos perigos uns para os outros” (BAUMAN, 2008a, p. 128). Nessa dinâmica, há apenas três papéis a serem desempenhados: perpetradores, vítimas e baixas colaterais – “e não há carência de candidatos para o primeiro papel, enquanto as fileiras daqueles destinados ao segundo e ao terceiro crescem interminavelmente” (BAUMAN, 2008a, p. 128).

⁷⁴ A partir do discurso de combate ao terrorismo, indivíduos são constantemente monitorados e suspeitos de ameaças potenciais. O inimigo, então, não é mais uma entidade externa e claramente identificável, mas sim algo difuso e interno, que pode estar presente em qualquer lugar e em qualquer momento (BAUMAN, 2008a).

Nesse contexto, a racionalidade neoliberal, ao classificar e hierarquizar a vida, constitui o “outro” como “objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer ou o qual caberia simplesmente destruir na impossibilidade de assegurar o seu controle total”. É a tradução daquilo que Mbembe (2020a) denomina de alterocídio. O “outro” é constituído como um ser outro, como um não semelhante, um inimigo da civilização do qual é preciso sentir medo, aversão, desprezo e repulsa. Ainda mais, como expressa Bauman (2001), quando se reverbera uma verdade e uma necessidade a relevância do imediatismo: do *aqui-agora*. “Num mundo em que o futuro é cheio de perigos, [...] o agora é a palavra-chave da estratégia de vida” (BAUMAN, 2001, p. 198). Bourdieu (*apud* BAUMAN, 2001, p. 10)⁷⁵ assinala que “para conceber um projeto revolucionário, isto é, para ter uma intenção bem pensada de transformar o presente em referência a um futuro projetado, é necessária uma pequena quantidade de controle sobre o presente”. Porém, como conceber um futuro projetado se os indivíduos não têm um controle sobre o presente? O “outro” torna-se um peso social, uma disfunção que muitos não querem atrever a carregar e cuidar, sob pena de desconfigurar a sua estratégia de vida, o seu projeto, o seu agora que, cada vez mais, torna-se individualista. O resultado? “Pessoas tentando excluir outras pessoas para evitar de serem excluídas” (BAUMAN, 2008a, p. 30), o que mais recentemente, com as relações pautadas pelas redes sociais, passamos a conhecer como a metodologia do cancelamento.

Como pontua Saflate (2021a, p. 76), “a política se transforma assim na gestão da fobia”, pois o inimigo não tem necessidade de estar presente, de ameaçar diretamente, basta que ele *seja* uma possibilidade que desperte o medo (MBEMBE, 2020a; ECO, 2021). Bauman (2009; 2017) utiliza a expressão mixofobia, o medo provocado pelo desconhecido, inconveniente e incontrolável para elucidar a aflição sofrida pelo indivíduo que carece de capacidade para se manter à distância dos perigos ocultos que se espalham pelo ambiente social. A mixofobia é uma das principais ferramentas utilizadas pela racionalidade neoliberal para manter os indivíduos em um estado de medo constante e, assim, controlar seus comportamentos e escolhas. Bauman (2017) utiliza o exemplo do estrangeiro e do terrorista, pessoas consideradas pelo neoliberalismo do “tipo errado”, inimigos parasitas, que cedo ou tarde “acabarão” por arruinar a existência do “eu”. No mesmo sentido, Mbembe (2020a, p. 137) emprega o exemplo dos medos racistas: “aquele que odeia o negro, que se amedronta diante dele, ou a quem o encontro real ou fantasioso com o negro faz mergulhar na aflição, reproduz um trauma desestabilizante”. Para Mbembe (2020a, p. 137), aquele que odeia o negro “é movido por um afeto e obedece às suas leis”.

Isso ocorre, porque a sociedade é programada o tempo todo por meio de estímulos,

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **Contre-feux**. Paris: Liber-Raisons d'Agir, 1998. p. 96-7.

informações e impulsos para, diante de um inimigo, enxergarem-no como um monstro esteticamente assustador. Ou seja, o medo é alimentado por estereótipos e preconceitos que são construídos socialmente e que reproduzem um trauma desestabilizante naqueles que os experimentam. É o que acontece quando a racionalidade neoliberal produz “determinados modos de vida como inexistentes ou indesejados”, vidas cujas vozes não são ouvidas (MIRANDA, 2021, p. 45). É o caso do receituário do etnocídio que passa pela morte subjetiva de comunidades e povos tradicionais que foram reduzidos a uma única identidade: índios (QUIJANO, 2005). O genocídio dos Yanomami é o reflexo da morte subjetiva perpetrada pelo Estado brasileiro. Milhares de vidas deixaram de existir para que alguns poucos lucrassem⁷⁶.

Cortina (2020), por exemplo, identifica um medo, uma patologia social materializada na falta de apreço com aquele considerado pobre, sem recursos, desamparado. A autora demonstra que é menos constrangedor apresentar o pobre como ameaça, sendo o artifício de caracterizar ele como inimigo de fácil justificação para uma atitude de antipatia e desculpa. É certo que, no mundo, a desigualdade social avança com cada vez mais poucos indivíduos controlando a riqueza mundial e havendo o aumento do número de pobres⁷⁷ (OXFAM BRASIL, 2021). Além disso, há um consenso que a desigualdade social incentiva e desencadeia a violência (SERRANO, 2016), o que torna os indivíduos incertos e assustados, com medo ao ponto de terem suas percepções sensoriais alteradas em busca de um culpado. Como pontua Cortina (2020), quem leva incorporado um medo sempre o justifica culpando o “outro”. Os medos são dirigidos a indivíduos concretos, com nomes e sobrenomes, porém não por serem eles próprios, senão que por pertencerem a um grupo com que compartilha traços e características que o incluem em um determinado coletivo (CORTINA, 2020). Os medos não se dirigem contra “este indivíduo”, mas contra “um refugiado”, contra “um mendigo”, contra “um pobre”, contra “um estrangeiro”, contra “um homossexual”, contra “um negro”, contra “um comunista”, contra “um judeu” ou contra “uma mulher” (CORTINA, 2020).

Quem deseja justificar o desprezo e a hostilidade que a sociedade deveria sentir contra um determinado grupo de pessoas “diz que eles vêm lhe tomar o trabalho, aproveitar-se da seguridade social e, nos últimos tempos, que estão incluídos em suas fileiras terroristas enviados

⁷⁶ Segundo reportagem do jornal *Repórter Brasil* (MAGALHÃES; JUNQUEIRA, 2023), “investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal revelaram que o ouro ilegal Yanomami foi comercializado por atravessadores para instituições financeiras acusadas de danos ambientais na Amazônia e lavagem de ouro no Pará”.

⁷⁷ “[...] desde o início da pandemia, em março de 2020, o número de pessoas que vivem em condições de fome estrutural aumentou cinco vezes, chegando a mais de 520 mil. [...] No Brasil, o percentual da população que vive na extrema pobreza quase triplicou desde o início da pandemia, passando de 4,5% para 12,8%. No final de 2020, mais da metade da população – 116 milhões de pessoas – enfrentava algum nível de insegurança alimentar, das quais quase 20 milhões passavam fome” (OXFAM BRASIL, 2021).

pelo Estado Islâmico” (CORTINA, 2020, p. 43). Daí que, Donald Trump, ex-presidente americano, nas eleições presidenciais de 2016, expressou abertamente a necessidade de construir um muro na fronteira mexicana. Explorou que “os trabalhadores americanos são deixados e pagam o preço pela imigração ilegal: a falta de trabalho, hospitais superlotados, aumento da violência e rede de proteção social acabando” (FREIRE, 2019). Na Itália, um país envenenado pelo medo, o imigrante carrega uma culpa ligada à sua própria identidade, pois nos termos da Lei italiana número 94, no artigo 1º, inciso 16, de 2009, é crime o ingresso clandestino no país (FERRAJOLI, 2014). O imigrante pelo simples fato de sê-lo, de gozar de um traço característico, já é estigmatizado como um possível criminoso. Nessa perspectiva, Silvio Berlusconi, ex-primeiro-ministro italiano, após sua vitória eleitoral em 2008, prometeu de forma expressiva demonizar os “migrantes ilegais”, o que ele chamou de “exército do mal”⁷⁸ (STANDING, 2014, p. 150-151).

Segundo um estudo publicado pela Pontifícia Universidade Católica de Santos em 2021, a pandemia do Coronavírus teve grande impacto nos incidentes racistas e xenófobos na Europa (JUBILUT, 2021). Indivíduos de origem asiática foram marcados desde o início da crise, por exemplo, com o aumento de agressões verbais e físicas de figuras importantes do cenário público, privado e político (JUBILUT, 2021). Em meio à crise pandêmica, as medidas de contenção, como fechamento de fronteiras impediram o acesso de refugiados, colocando-os em situação de vulnerabilidade, além de serem acusados de disseminar o vírus (JUBILUT, 2021). Os agressores não conheciam os indivíduos de origem asiática, nenhum deles lhes havia causado danos, mas pertenciam a um grupo, o dos estrangeiros, que eles deveriam considerar abjetos pela propagação do vírus (CORTINA, 2020). O que se reflete é que “o vírus não é mais do que a gota que transbordou o copo” (HAN, 2020). Ele apenas confirma um estado de coisas já existente. É mais fácil torturar o terrorista, deportar o estrangeiro, deixar os judeus morrerem em câmaras de gás, abandonar os refugiados no meio do mar, atear fogo em mendigos, em vez de entender o problema e buscar formas para remediá-lo. O medo enquanto afeto socialmente construído a sedimentar adesão social, e, para isso, inimigos, mesmo imaginários, precisam ser construídos para fornecerem uma representação localizada para o excesso de insegurança do eu (SAFLATE, 2021a; PIRES, 2021).

Nas palavras de Saflate (2021a, p. 75-76):

⁷⁸ Acerca disso, não podemos deixar de citar Cortina (2020, p. 66): “estigmatizar outras pessoas, condenando-as à exclusão, à perda de sua reputação e privando-as do direito à participação social, é algo lesivo por si só e destrói qualquer possibilidade de convivência justa”.

A história da modernidade nos mostrou que sempre há novos ombros nos quais esse peso cai (os judeus que “estariam por trás” do sistema econômico explorador, os árabes e imigrantes que “estariam por trás do déficit da seguridade social e da crise do Estado-providência, isso quando não são vistos como meros terroristas potenciais etc.) Daí a necessidade profunda de atualizar constantemente práticas de segregação, não importa com quais atores.

Como mostra Cortina (2020, p. 42):

Uma boa parte da população rejeita qualquer mendigo, porque lhes disseram que, na realidade, eles pertencem a máfias e, em geral, incomodam; os antisemitas contam com um “sem fim” de lendas obscuras sobre os judeus; e os que desprezam as religiões recordam das façanhas das diversas inquisições que atuaram nos séculos anteriores e guardam um silêncio suspeito sobre as atuais inquisições que nada têm a haver com a religião.

Historicamente, sabe-se que o capitalismo apoiado no profundo medo do outro sempre estabeleceu que certas parcelas da população fossem tomadas como inimigas ou bodes expiatórios⁷⁹. Como sublinhou Mejía (2012, p. 80-82), “a única coisa que o capitalismo deixou em seu rastro são populações inteiras de detritos humanos”. Ou seja, presenciamos um processo permanente de *descidadania*. Em Bauman (2017, 2009) encontramos representações como párias, população excedente, supérfluo, supranumerário, desnecessário, estranho e descartável. Com Butler (2020b; 2015) encontramos representações como “vidas precárias”⁸⁰ e “abjeto indesejável”. Com Marx (2013) encontramos representações como “proletários”, “massas” e “indigentes”. Nos estudos de Spivak (2010) encontramos o termo “subalterno”⁸¹. Em Fanon (2005) encontramos “condenados da terra”. Podemos acrescentar os termos: “subcidadania” articulado por Souza (2003); “cidadão de papel” discutido por Dimenstein (2009); “*homo sacer*” por Agamben (2002); “classes perigosas” por Castel (2005); “ninguéns”⁸² por Galeano

⁷⁹ O parágrafo apresentado foi construído com base nos escritos de Mejía (2012), que discute a relação entre o capitalismo e a criação de grupos marginalizados na sociedade, que são vistos como “detritos humanos” e “indesejáveis”. Diversos autores, como Bauman, Butler, Marx, Spivak, Agamben, Castel, Galeano e Casara apresentam termos e conceitos que descrevem esses grupos. Esses grupos são caracterizados por uma condição de precariedade e vulnerabilidade, que muitas vezes são justificados pelo próprio Estado, que deveria protegê-los.

⁸⁰ “A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas. Estar protegido da violência do Estado-Nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-Nação; assim, depender do Estado-Nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra. De haver, de fato, poucas alternativas” (BUTLER, 2015, p. 46-47).

⁸¹ Segundo Spivak (2010, p. 12), o indivíduo subalterno compõe “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política legal, e da possibilidade de se tornarem plenos no estrato social dominante”.

⁸² “Os ningúens: filhos de ninguém, os donos de nada. Os ningúens: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida,

(2002); “multidão” por Hardt e Negri (2010); “indesejáveis” por Casara (2018); e por fim, o “não idêntico” definido por Adorno (2009).

Conforme expõe Mbembe (2016, p. 128-129):

A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade.

A racionalidade neoliberal sobrevive às custas da morte do “outro”, inimigo ou bode expiatório que ela elege para salvar a si mesmo. Ao “abrir” portas para o mercado, ela se encarrega da criação de “um ser juridicamente inominável e inclassificável” (AGAMBEN, 2004, p. 14). Os fins sempre justificam os meios. A estratégia do medo utilizada pela racionalidade neoliberal acontece de forma ativa porque o indivíduo acredita e consente – um consentimento sem consentimento – que é necessário ceder seus direitos a fim de conter suas frustrações, o seu desamparo (PIRES, 2021). Como expressa Iennaco (2020, p. 81), “quem tem medo não questiona, não se movimenta com liberdade, pouco tenta se impor ante o poder constituído”. O medo faz com que a sociedade retorne à ideia de que uma vida relativamente segura é garantida em troca da limitação de toda uma gama de direitos fundamentais em prol da “defesa da civilização”, mesmo que acondicione o mais alto grau de desumanização (MBEMBE, 2012, p. 135). Em Murar o medo, Mia Couto (2013, p. 29-31) faz uma reflexão importante: “há mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas”. E mais, “há quem tenha medo que o medo acabe”. Nesse contexto, a racionalidade neoliberal cuida para condenar tudo o que não lhe é espelho, expulsa e põe à margem todos os que não se enquadram nos seus pressupostos. George W. Bush, por exemplo, após o ataque de 11 de setembro, fez um discurso no Congresso americano para silenciar os críticos, e declarou ao mundo que: “quem não estiver com os Estados Unidos, estará com os terroristas” (AITH, 2001).

A racionalidade neoliberal para funcionar precisa de consumidores movidos pela insegurança a consumir serviços e tecnologias para enfrentar continuamente os medos socialmente produzidos (AROCENA, 2011). Por isso, é fundamental que o medo se perpetue, que o inimigo permaneça como uma contínua ameaça a “aterrorizar” a segurança do “eu” (SAFLATE, 2021a). À medida que um volume enorme de medo é fabricado, a cegueira mental

fodidos e mal pagos: que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não tem cultura, têm folclore. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata” (GALEANO, 2002).

que ele provoca será a distração das medidas de exceção e dos custos que ela gera (AROCENA, 2011). A sociedade do século XXI é a forma final de uma sociedade da insegurança que alimenta a racionalidade neoliberal. Segundo Duclos (2005), “com a urgência legitimando a ação, sem garantias democráticas, as empresas e instituições que vendem a “segurança” podem ir mais fundo nos negócios do medo”. Elas visam perenizar a angústia e fazer o indivíduo aceitar a nova normalidade da existência humana (DUCLOS, 2005). Em tais circunstâncias, ao indivíduo resta apenas “procurar, encontrar e praticar soluções individuais para problemas socialmente produzidos” (BAUMAN, 2008a, p. 176). Não por acaso, Israel, segundo Huberman (2020, p. 101), “é uma nação que ocupa lugar de destaque nesse mercado global da força, vendendo a Estados e corporações privadas de todo o mundo tecnologias e técnicas e táticas militares e de segurança”. É esse o ponto que pretendemos destacar, argumentando que o medo, no âmbito da racionalidade neoliberal, é uma reserva durável de controle e lucro (FERREIRA, 2012).

Como pontua Pires (2021, p. 133):

Guerra contra qualquer inimigo. Não importa quem ou o que se combate. Mas que exista(m) permanentemente inimigo(s) contra o(s) qual(is) se convergem afetos que produzem uma aderência social à usurpação do poder do povo pelos verdadeiros soberanos que precisam, para continuarem a sê-los, ditar novas exceções, e outras mais, constantemente, precisam normalizar exceções. Uma política de Estado na qual a morte e a violência física tornam-se os principais meios à normalização dos estados de exceção.

O indivíduo se transforma naquilo que Canetti (1995) denomina de sobrevivente. E, quando se trata de sobreviver todos são inimigos de todos, pois o indivíduo se defende em nome da sua sobrevivência. Todos estão livres para imaginar e identificar a fonte do medo. Por consequência, toda exceção é permitida e legitimada pela alegação de “autodefesa”, um horizonte de exceção aos economicamente excluídos e politicamente indesejáveis⁸³. Nesse contexto, o medo é um afeto que leva os indivíduos a formarem um Estado para garantir segurança e proteção, “e para estes objetivos serem alcançados deve-se formar um pacto, um acordo no qual todos cedem seus direitos em favor de alguém” (PIRES, 2021, p. 122). É o que Hobbes (2003) denomina de *Leviatã*. O termo *Leviatã* é uma metáfora que o autor utiliza para

⁸³ “A violação de direitos torna-se regra em desfavor de determinadas pessoas. É assim para quem não interessa à sociedade de consumo e ao mercado (por não ser necessário ao processo de produção ou não dispor de capacidade econômica para consumir), para quem incomoda as elites (aqui entendidas como a parcela da sociedade que detém o poder político e/econômico) e para quem desequilibra em favor do oprimido a relação historicamente marcada pela vitória do opressor” (CASARA, 2018, p. 71).

representar o Estado em sua forma mais absoluta. Assim como no pensamento de Hobbes, a racionalidade neoliberal pressupõe que o Estado seja uma organização político-jurídico-econômica restritiva e limitadora. O elemento estruturante da formação do Estado neoliberal tem por raiz o medo, e a equação amigo-inimigo é o seu eixo fundamental (PIRES, 2021). A sua gestão social será a de produzir medos de forma contínua e permanente. Uma sociedade da incerteza e da insegurança. O Pacote Anticrime, instituído pela Lei número 13.964/2019, o chamado Teto dos gastos públicos, o medo da inflação e o medo da dívida pública são exemplos que ilustram, no Brasil, a atualidade do contratualismo político hobbesiano. Foi no embalo do medo do crime e do medo dos rumos da economia que a racionalidade neoliberal constituiu no Brasil uma autoridade autoritária. O contexto de medo é fundamental para que o neoliberalismo continue promovendo sua racionalidade sem qualquer resistência significativa.

Não à toa, explica Ferrajoli (2014, p. 47):

O medo sempre foi um recurso do poder político: o qual pode ele próprio produzir o medo, como se dá nos regimes abertamente autoritários, ou alimentar o medo, favorecendo-o visando com isso conseguir consenso e legitimação, como nas campanhas populistas a favor de medidas penais duramente repressivas e ao mesmo tempo inúteis e ineficazes.

É nesse sentido que Benjamin (1985, p. 226) propôs denominar o conceito de Estado de exceção, que apresenta na conhecida frase: “a tradição dos oprimidos nos ensina que o Estado de exceção, no qual nós vivemos, é a regra”. Em uma sociedade na qual todos são inimigos, o Estado penal aparece como solução e como substituto das políticas do *Welfare State* (WACQUANT, 2012). Apoiado pelo processo penal de exceção (SERRANO, 2020) e pelo direito penal do inimigo (ZAFFARONI, 2007), a racionalidade neoliberal define quem é descartável e quem não é descartável. Aqui, na América Latina, o fenômeno do Estado de exceção está diretamente ligado à adoção do modelo neoliberal. Uma das consequências desse modelo é a aceitação de leis penais mais rígidas, o que tem levado a uma superlotação das prisões (SERRANO, 2016). Isso faz parte de um sistema que aumenta a injustiça e a desigualdade, e que, para proteger os interesses das classes mais ricas, estigmatiza os pobres como bandidos e os exclui da sociedade (SERRANO, 2016). Como observa Valim (2017, p. 36), “o mercado define os inimigos e o Estado os combate”.

Batista (2012) utiliza a expressão “adesão subjetiva à barbárie”. A crescente demanda coletiva por castigo e punição são expressões da subjetividade contemporânea fascinada e aterrorizada pelo excesso de medo (BATISTA, 2012). Sob o pretexto de combater o inimigo indesejável que, supostamente, ameaça a segurança de uns poucos, forma-se um verdadeiro Estado de exceção que “autoriza um ser humano a derramar sangue e matar outros seres

humanos, por conta de sua real ou suposta pertença ao campo da inimizade ou periculosidade” (MBEMBE, 2020b, p. 86). Conforme Nussbaum (2018, p. 3) expressa, o medo “não apenas exagera nossos perigos, mas também torna nosso momento muito mais perigoso do que seria de outra forma, mais propenso a levar a desastres genuínos”.

De acordo com Mbembe (2020b, p. 88):

Que o ódio ao inimigo, a necessidade de neutralizá-lo e o desejo de evitar o perigo e o contágio do qual ele seria o vetor representam as derradeiras expressões da político-espírito contemporâneo é algo que pode ser explicado. De um lado, e por terem se convencido de que estão enfrentando uma ameaça permanente, as sociedades contemporâneas têm sido mais ou menos forçadas a viver seu cotidiano sob a forma de “pequenos traumas” reiterados – um atentado aqui, uma crise de reféns ali, depois um tiroteio e o alerta permanente. [...] Com a ampla reprodução do efeito do medo, as democracias liberais continuam fabricando espantalhos para lhes meter medo.

Em suma, presenciamos muros sendo erguidos, a construção de enclaves fortificados – condomínios fechados, separados por barreiras físicas e sociais – sobre o qual cumprem a função de canalizar, controlar e excluir os indivíduos ou grupos perigosos que produzem risco, segundo a racionalidade neoliberal (HARDT; NEGRI, 2016; MBEMBE, 2020b). Campillo (2015) fala em globalização amuralhada. Aqui vale a alusão do sonho do ex-prefeito de Nova Iorque, o bilionário Michael Bloomberg: “fazer de Manhattan o maior condomínio fechado”. A exclusão e o controle daqueles que produzem risco” se fazem acompanhar de uma espécie de sensação de medo, que serve como fonte legitimadora para toda e qualquer justificativa à supressão dos direitos fundamentais. Em nome da defesa da civilização, indivíduos considerados inimigos podem ser tratados de forma diferente, tendo seus direitos violados, incluindo a presunção de inocência e o direito a um julgamento justo e imparcial (CASARA, 2018; SERRANO, 2016). Tudo é colocado em vigor para vencer o medo (MBEMBE, 2020b).

Não à toa, expressa Saflate (2021a, p. 76), é fundamental para a racionalidade neoliberal “que a segurança seja elevada à questão política central, como se fosse possível, após algumas eliminações e ações mais duras, construir uma espécie de sociedade de segurança total”. Vemos o resultado na nossa vida cotidiana: pessoas enjauladas em suas casas, arquitetura hostil, políticas de tolerância zero e expansão do direito penal. O recente caso no Brasil envolvendo a empresa Zara⁸⁴ revela o quanto o medo está cada vez mais presente à nossa volta (MADEIRO, 2021). A loja de roupas e acessórios orientou seus funcionários a usar o código Zara zero para

⁸⁴ “Detalhes da discriminação a determinados clientes foram descobertos durante a investigação do caso envolvendo a delegada Ana Paula Barroso, que é negra, foi proibida de entrar na loja na noite do dia 14 de setembro de 2021 e registrou um boletim de ocorrência por racismo. Na ocasião, a alegação era de que o veto se tratava de uma ‘questão de segurança’ do shopping” (MADEIRO, 2021).

alertar quando clientes suspeitos entram na empresa (MADEIRO, 2021). Nas palavras de Monbiot (2016, p. 2), “o neoliberalismo trouxe à tona o pior de nós”.

No Brasil, o Pacote Anticrime implementado em 2020 trouxe diversas mudanças nos dispositivos do Código de Processo Penal, Código Penal e Lei de Execuções Penais, principalmente em relação ao acordo de não persecução penal, que tem sido destacado no contexto atual das políticas de segurança pública contra o tráfico de drogas. O artigo 28-A do Código de Processo Penal, inserido pelo Pacote Anticrime, autoriza o Ministério Público a propor o acordo de não persecução penal em casos de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos, desde que ajustadas algumas condições (SOUZA; DOURADOR, 2022). Entretanto, o limite da pena mínima de quatro anos impede a aplicação desse acordo para o crime de tráfico de drogas, cuja pena mínima é de cinco anos. Isso demonstra uma clara seletividade, já que uma grande parcela da população carcerária não é considerada no artigo 28-A (SOUZA; DOURADOR, 2022). A seletividade na aplicação do acordo de não persecução penal pode levar a uma discriminação sistemática contra determinados grupos sociais, como pobres e negros, que são frequentemente alvo das políticas de segurança pública e do sistema de justiça criminal⁸⁵.

Nesse sentido, Bauman (2008a, p. 193) observa que:

A retirada do Estado da função na qual, em grande parte do século passado, se fundamentaram suas mais persuasivas reivindicações de legitimidade reabriu a questão de sua legitimação política. Não se pode atualmente construir um consenso a respeito da cidadania (“patriotismo constitucional”, para usar a expressão de Jürgen Habermas), como foi prometido não faz muito tempo, sobre as garantias de proteção contra os caprichos do mercado, notório por provocar tremores em pessoas de qualquer posição social e ameaçar direitos de todos à autoestima e à dignidade pessoal.

A respeito disso, Valim (2017, p. 33-34) aponta o Estado de exceção como a forma jurídica da racionalidade neoliberal:

A esta altura já é possível entrever quem é o verdadeiro soberano. Quem decide sobre a exceção atualmente é o chamado “mercado”, em nome de uma elite invisível e ilocalizável; é dizer, o soberano na contemporaneidade é o mercado. Em última análise, o estado de exceção é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal. É o meio pelo qual se neutraliza a prática democrática e se reconfiguram, de modo silencioso, os regimes políticos em escala universal. Não é fortuito, pois, o fato de que a política, agora dominada pela exceção, tenha se convertido no binômio amigo (titular de direitos fundamentais) e inimigo (destinatário do estado de exceção, de que nos fala Carl Schmitt).

Dessa forma, assistimos aquilo que Dugnani (2018) denomina de processo de

⁸⁵ Além disso, é importante ressaltar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental número 347, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que evidenciou a inconstitucionalidade no sistema penitenciário brasileiro, gerador de transgressão generalizada de direitos fundamentais (SOUZA; DOURADOR, 2022).

desglobalização, um espaço marcado pela apatia do eu em relação ao “outro”, traduzido em tendências de fechamento de fronteiras físicas ou ideológicas, políticas contra imigração, aumento da repulsa ao estrangeiro, crescente sentimento de xenofobia, aporofobia e racismo e retorno ao nacionalismo. Todas essas tendências são, de acordo com Bittar (2012, p. 267), “expressões de um tempo de desorientação, em que o inimigo é rapidamente construído na face do “outro”, projeção alterizada de todos os medos líquidos de sociedades em crise e desespero materiais”. Logo, tem-se que, de maneira oculta, quase que imperceptível, instaura-se o que Casara (2018, p. 23-73) denomina de Estado Pós-Democrático:

Por “Pós-Democrático”, na ausência de um termo melhor, entende-se um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a si identificar, sem pudor. No Estado Pós-Democrático a democracia permanece, não mais com um conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador. O ganhodemocrático que se deu com o Estado Moderno, nascido da separação entre o poder político e o poder econômico, desaparece na pós-democracia e, nesse particular, pode-se falar em uma espécie de regressão pré-moderna, que se caracteriza pela vigência de um absolutismo de mercado.

E continua (CASARA, 2018, p. 27-73):

É importante frisar que, para os “oprimidos” e “indesejáveis”, o Estado Democrático de Direito nunca passou de uma aspiração. Hoje, no Estado Pós-Democrático, grande parcela da sociedade não percebe a mudança paradigmática. Para os que sempre foram indesejáveis dentro da lógica capitalista, de fato, pouco mudou. Outros, porém, ainda não perceberam que também se tornaram descartáveis. Da mesma maneira que a ditadura instaurada em 1964 democratizou a tortura, antes reservada apenas aos mais pobres. O Estado Pós-Democrático ampliou o âmbito de incidência do autoritarismo.

Em similitude, Brown (2019) afirma que estamos vivendo um processo de *desdemocratização*, um movimento que consiste em subverter a democracia, às vezes, de forma imperceptível, lenta e silenciosa, sem a adoção da suspensão formal do direito. Mas, por meio de processos legalmente legítimos. Ou seja, mantêm-se um verniz de democracia sob a falsa impressão de normalidade (BROWN, 2019). É a tradução da obra *Como as democracias morrem*, de Levitsky e Ziblatt (2018). Conforme salienta Serrano (2020, p. 200-210), “no século XXI, o Estado de exceção muda de natureza, [...] o autoritarismo ganha uma nova forma – muito mais fluida” e própria, a qual torna-se cada vez mais regra nas democracias contemporâneas. Não há mais a interrupção do Estado de direito. O Estado de exceção convive com ele faticamente. Sob essa nova conformação, a produção de medidas de exceção – leis, atos ou condutas estatais – passam a existir dentro da rotina democrática, sem golpes de Estado e designação de um soberano ditatorial (SERRANO, 2020). Tanto no Brasil, como na França, por exemplo, medidas de exceção estão sendo utilizadas para impor reformas neoliberais

impopulares.

No Brasil, a subversão da democracia é personificada por políticas de austeridade que corroem suas bases. O chamado Teto dos Gastos Públicos é uma medida de exceção prevista na Constituição brasileira, que impõe restrições aos direitos sociais e sufoca qualquer esperança de futuro próspero, sobretudo para os mais pobres. Enquanto isso, na França, a primeira-ministra aprovou uma controversa reforma da previdência sem sequer submetê-la à votação na Assembleia Nacional, valendo-se de um procedimento especial previsto na Constituição francesa. Tal ato desencadeou cenas caóticas de protestos e críticas tanto no parlamento quanto nas ruas de Paris (LUCENA, 2013). Essa medida elevou a idade de aposentadoria e é defendida pelo governo de Emmanuel Macron como uma forma de garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. Serrano (2020, p. 211) enfatiza que essas não são simples medidas de exceção, “mas sim de uma patologia, ou seja, de uma manifestação de intensidade muito maior do que seria admissível ou imaginável, embora desejado, num sistema democrático”.

A esse novo paradigma, Serrano (2020) atribui a denominação de Autoritarismo líquido. Outros autores adotam nomenclaturas diversas para se referir ao mesmo fenômeno, como Ferrajoli (2014) com os termos Poder desconstituente e Poderes Selvagens. Num panorama complexo como esse, Castells (2018) fala em ruptura da democracia. Para compreender o processo que culminou na crise da democracia contemporânea, Castells (2018) destaca a interação de diversos fatores que se reforçam mutuamente. Entre eles, destaca-se o advento da globalização, que trouxe consigo a expansão da economia e da comunicação em escala mundial. A rápida evolução tecnológica e o aumento da interconexão global transformaram profundamente a forma como os indivíduos vivem, trabalham e se relacionam entre si (CASTELLS, 2018). A velocidade com que as informações circulam e a quantidade de narrativas disponíveis na internet produzem impactos emocionais imediatos nos indivíduos, que passam a demandar por soluções rápidas e simplistas para problemas complexos (CASTELLS, 2018). Além disso, há a disseminação do medo, que inspira muitas democracias a adotarem medidas excepcionais que acabam se tornando a regra. Para evitar uma desordem social e o conflito que decorre da desigualdade gerada pelo atual modelo econômico, os direitos fundamentais de uma parcela da população são suprimidos e é estabelecido um Estado de exceção permanente (SERRANO, 2016). Tudo isso resulta em uma ruptura ou até mesmo na morte da democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível notar ao longo desta dissertação, a racionalidade neoliberal opera em campo aberto, produzindo excessos de negatividade e positividade. Ela sequestra o medo e a liberdade para intensificar o seu potencial de lucro. Para canalizar o consentimento do indivíduo, a racionalidade neoliberal põe em ação o discurso de um *ethos* de promessa de que se cada indivíduo atingir determinado cargo, emprego, número de seguidores no *Instagram* ou tornar-se um grande empresário estará realizado. Na racionalidade neoliberal, o discurso de um *ethos* de promessa é exaltado por um eu neoliberal, realizado e fadado ao sucesso. A dinâmica do eu neoliberal é uma retórica autocrática e compulsória que reprime ao mesmo tempo em que oferece um conjunto de promessas. Qualquer ato de resistência pode levar à invisibilidade, à impotência econômica e à impotência de espírito. Em outros termos, não existe saída, não existe plano b, não existe alternativa (GAULEJAC, 2007). Ou o indivíduo alcança de qualquer modo seu sucesso, ou estará predestinado ao vazio existencial.

A racionalidade neoliberal oferece uma imagem sedutora de uma sociedade virtuosa e homogênea, mas que é, na verdade, uma sociedade em funcionamento psicopático (HAN, 2021a). Ela instala uma exigência de uma verdade única e irredutível que sufoca qualquer possibilidade de questionamento. Uma lógica que produz uma certa forma de ser, de viver, de pensar e de sentir (DARDOT; LAVAL, 2016). Sua grande mentira é oferecer um enganoso estilo de vida a partir da ideia de um *ethos* de promessa e legitimar um status de controle permanente. Essa lógica se baseia na ideia de que o mercado é a única fonte de valor e que a vida humana deve ser subordinada aos interesses da racionalidade neoliberal (BROWN, 2019; CASARA, 2018). Os indivíduos que não se enquadram nos padrões pré-estabelecidos por ela são compreendidos como uma ameaça à produtividade e ao lucro. Isso significa que, os indivíduos que não são considerados produtivos ou lucrativos são desnecessários (BAUMAN, 2017, 2009) e, portanto, não merecem proteção ou atenção por parte do Estado.

Nesse contexto, a racionalidade neoliberal é frequentemente apontada como uma maquinaria da descartabilidade, pois permite que o poder estatal atue de forma diferente para subgrupos da sociedade, em especial para aqueles considerados improdutivos e/ou sem valor de mercadoria. Com o desmantelamento do *Welfare State*, que se baseia na ideia de proteção e assistência social para todos os cidadãos, a racionalidade neoliberal assume um papel cada vez mais proeminente na organização da vida em sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016). Ela tem como principal objetivo promover a competição e a concorrência acirrada entre os indivíduos e empresas, buscando maximizar o lucro e reduzir os custos, favorecendo aqueles

que são considerados como úteis e produtivos e descartando os que não se enquadram nesse perfil.

A racionalidade neoliberal tem sido descrita por autores (CHAUÍ, 2020; HAN, 2021a; SAFLATE, 2021b;) como uma nova forma de totalitarismo, em que os indivíduos são incapazes de expressar suas existências fora da individualidade, da competição e da concorrência. Essa racionalidade é tão forte que muitos indivíduos internalizam a ideia de que são responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso, e que aqueles que não conseguem se destacar no mercado são preguiçosos e inúteis (HAN, 2018c). Uma racionalidade que tende a desconsiderar qualquer coisa que não esteja dentro de sua lógica, criando uma atmosfera de irracionalidade em torno de qualquer alternativa ao seu domínio. O resultado é um mundo de ressentimento, onde aqueles que não alcançam o *ethos* de prosperidade prometido culpam o “outro” pelos seus fracassos (LINS, 2022).

Através desta dissertação, compreendemos que a forma central de medo na racionalidade neoliberal é aquela que o indivíduo institui a partir do pavor de não vencer, não acumular bens, não ser visto, não estar onde todos estão (DARDOT; LAVAL, 2016; LÓPEZ, 2016; SAFLATE, 2021b). É tudo que ela precisa para enriquecer poucos e assujeitar muitos às suas regras. Autores como Dardot e Laval (2016, p. 19) compreendem que a racionalidade neoliberal está ligada a um modo de governar pela liberdade para que os indivíduos “venham a conformar-se por si mesmos a certas normas”. Nós vamos além, pois abordar a questão da racionalidade neoliberal por meio da lente do medo acrescenta necessariamente a compreensão que se tem dela. Nesse contexto, esta dissertação evidencia que o medo é o alicerce fundamental para que os princípios neoliberais tenham engajamento. O medo de fracassar, o medo do anonimato, o medo de ficar para trás, o medo de não estar à altura, o medo de não ser reconhecido, o medo de não ganhar afirmação são elementos-chave que facilitam a implementação e manutenção dessa racionalidade implacável.

Ao se afirmar como expressão da racionalidade neoliberal, a doutrina do medo está associada ao que Han (2018c) denomina de psicopolítica. Segundo Han (2018c), a psicopolítica neoliberal é a chave para amarrar a subjetividade do indivíduo, estabelecendo formas consensuais de submissão e servidão voluntária. A psicopolítica neoliberal aponta que a sociedade contemporânea, pautada “em formas de exploração cada vez mais refinadas” (HAN, 2018c, p. 45), com foco na gestão pessoal, no desenvolvimento profissional e emocional, na motivação, na otimização e no aumento da eficiência para melhorar a performance, são imperativos que visam condicionar a subjetividade do indivíduo por completo a formas de desempenho e competição. Isso é feito através da circulação do medo. À medida que o medo

do fracasso, por exemplo, se instala na mente do indivíduo, a racionalidade neoliberal consegue impulsionar seu funcionamento de forma espontânea e consensual. Ninguém escapa do sistema, a não ser que não queira se integrar, sob pena de passar fome ou ser uma vergonha para a sociedade.

Mas como? A racionalidade neoliberal estabelece um mundo em que todos são inimigos uns para os outros (MBEMBE, 2020b). A cultura constante do individualismo, da concorrência, da competição, da resiliência e da meritocracia induz os indivíduos a se verem como rivais em vez de membros de uma sociedade. O indivíduo se vê constantemente em uma posição de comparação com os outros, e aqueles que conseguem obter sucesso são considerados vencedores, enquanto os que falham são vistos como perdedores e responsáveis por sua própria condição (SANDEL, 2020). Essa mentalidade competitiva e a necessidade de se encaixar no modelo de sucesso pode levar a um medo permanente de ser deixado para trás, de falhar, de ser considerado inadequado ou incompetente ou de ser visto como um fracasso pelos outros (AGUDELO, 2016; SAFLATE, 2021b). Isso gera uma constante pressão psicológica sobre os indivíduos, que precisam se mostrar sempre produtivos e eficientes para manter, por exemplo, seus empregos e, conseqüentemente, sua sobrevivência.

Na essência desta dissertação, deparamo-nos com a poderosa ferramenta de controle social que é o medo do desemprego, dotado de uma força inigualável no contexto da racionalidade neoliberal (CASTELHANO, 2005; RODRIGUES, 2005). Esse medo insidioso cria uma sensação paralisante de incerteza e insegurança, levando os indivíduos a aceitarem condições de trabalho precárias e salários deploráveis, tudo por temor de perderem seus meios de subsistência. O seu impacto se torna ainda mais avassalador quando se percebe o “outro” como um competidor no implacável mercado de trabalho neoliberal, agravado pelo fato de que a própria racionalidade neoliberal não oferece alternativas viáveis além do emprego formal, deixando os indivíduos aprisionados sem opções (AGUDELO, 2016). Nesse cenário, encontramos o cerne da contribuição desta dissertação. Ao fomentar uma constante instabilidade social, ao criar um ambiente permeado pela precariedade e pela insegurança econômica, como é o caso do desemprego, aliado aos imperativos da psicopolítica, a racionalidade neoliberal alcança uma eficácia singular na produção de formas de submissão e comprometimento dos indivíduos. Ela fortalece ainda mais a cultura do desempenho e da competição, reforçando, assim, a importância inegável do medo como elo facilitador no engajamento da racionalidade neoliberal.

A racionalidade neoliberal não se contenta em simplesmente seduzir subjetividades através das artimanhas da psicopolítica. Para que norma de vida neoliberal seja internalizada

pelo indivíduo, é indispensável um estado de crise multidimensional constante, uma sociedade à beira do colapso, onde a dinâmica do desempenho extremo e da competição desenfreada se instaure. Em outras palavras, para que a competição almejada pela racionalidade neoliberal produza seus efeitos desejados, é imprescindível a existência de um contexto, como o desemprego, por exemplo. A racionalidade neoliberal se aproveita tanto do contexto subjetivo quanto objetivo de medo para manter sua hegemonia, assegurando uma adesão social total. Para isso, ela requer a criação de um objeto fobígeno, um inimigo, um elemento unificador capaz de consolidar a sociedade em torno de uma ameaça comum. A existência de um inimigo imaginário é crucial para a construção de uma identidade coletiva fundamentada do medo. Através desse inimigo comum, a racionalidade neoliberal busca justificar sua própria existência e perpetuação, mesmo que isso signifique engendrar mundos de morte e destruição.

O indivíduo que vive com medo tende a se fechar em si mesmo, a se proteger a qualquer custo e a enxergar o outro como uma ameaça, um obstáculo para o seu sucesso e prosperidade. Tal estado de temor, alimentado pela incerteza do destino financeiro e profissional, amplia a repulsa ao “outro”. Esse “outro”, frequentemente racializado e personificado de diferentes maneiras, seja pelo pobre, pela mulher, pelo imigrante, pelo negro, pelo indígena ou pela comunidade *LGBTQIAP+*, passa a ser considerado o inimigo pelos indivíduos amedrontados e desesperados em relação ao seu futuro. Sob a égide de um sistema que os aprisiona em sua angústia, eles se aferram a uma visão distorcida da realidade, na qual o outro é convertido em bode expiatório de suas próprias inseguranças e fracassos. Nesse ciclo ininterrupto, o medo alimenta-se de si mesmo, perpetuando-se e intensificando-se incessantemente.

Diante desse panorama, torna-se imprescindível uma vigilância constante em relação à produção e à manipulação do medo, bem como à construção de inimigos imaginários, pois tais estratégias configuram-se como poderosas ferramentas de controle social. É por meio da análise crítica e profunda do neoliberalismo como uma doutrina do medo que podemos desmascarar suas artimanhas e conceber um movimento em direção a alternativas que resguardem a vida e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor. **Escritos de psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGOSTINETI, Kaíque; Tiago QUIROGA. Mídiação e a formação da “Antissociedade” segundo Paul Virilio. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MEDITIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS*, 3., 2019, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2019. v. 1, n. 3, p. 1-20. Disponível em: <https://mediaticom.org/anais/index.php/seminario-mediatizacao-artigos/article/view/270>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- AGUDELO, López, Alexandra. **Fobopolítica, rubricas de uma governamentalidade contemporânea**. Manizales: Universidade de Manizales, 2016.
- AITH, Marcio. Bush promete destruir terrorismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2109200104.htm>. Acesso em: 07 de jun. 2023.
- ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara. O governo neoliberal das vidas precárias. *In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (org.). Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*, Recife, Seriguela, p. 245-265, 2021.
- ALDANA, Óscar Useche. Miedo, seguridad y resistencias: el miedo como articulación política de la negatividad. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 19, 2008.
- ALMEIDA, Ronaldo Monte. Os novos manicômios e a privatização da loucura. *In: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (org.). Loucura, ética e política: escritos militares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. v. 1, p. 230-237.
- AMARAL, Augusto Jobim do. Biopolítica e biocapitalismo: implicações da violência do controle. **Veritas**, Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 515-543, 2018.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AROCENA, Francisco Laca. Retorno a Hobbes: hacia una cultura del miedo. **Estudios sobre las culturas contemporâneas**, [s. l.], v. 17, n. 33, p. 9-22, 2011.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014.

BANERJEE, Subhabrata. Necrocapitalism. **Organization Studies**, [s. l.], v. 29, n. 12, p.1541-1563, 2008.

BARBER, Benjamin. **O império do medo**. São Paulo: Editora Record, 2005.

BARBON, Júlia; VIZONI, Adriano. Brasil vive '2ª pandemia' na saúde mental, com multidão de deprimidos e ansiosos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/07/brasil-vive-2a-pandemia-na-saude-mental-com-multidao-de-deprimidos-e-ansiosos.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 04 dez. 2022.

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. *In*: BATISTA, Vera Malaguti (org.). **LoïcWacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D' Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa: uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria** Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. **A sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34,2011.

BECK, Ulrich. **Qué és la globalización?** Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1995.

BENEVIDES, Pablo Severiano. Neoliberalismo, psicopolítica e capitalismo da transparência. **Revista Psicologia e Sociedade**, [s. l.], v. 29, p. 1-11, 2017.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTO, Jorge Olímpio. Do corpo e do activismo na conjuntura de mercado e consumo. **Revista portuguesa de ciências do desporto**, Porto, v. 9, n. 3, p. 203-227, 2009.

BERCOVICI, Gilberto. A expansão do estado de exceção: da garantia da constituição à garantia do capitalismo. **Revista Internacional de Direito Público (RIDP)**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-53, 2015.

BETIM, Felipe. Operação policial mata 25 pessoas no Jacarezinho, em segunda maior chacina da história do Rio de Janeiro. **El País**, São Paulo, 06 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BIEHL, João. **Vita: life in a zone of social abandonment**. Photographs by Torben Eskerod. Berkeley: University of California Press, 2005.

BIERMANN, Frank; BOAS, Ingrid. Protecting Climate Refugees: The Case for a Global Protocol. **Environment Magazine**, [s. l.], v. 50, n. 6, p. 8-18, 2008.

BIRCH, Kean. **A research agenda for neoliberalism**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2017.

BIRCH, Kean. Neoliberalism: the whys and wherefores, and future directions. **Sociology Compass**, [s. l.], v. 7, p. 571-584, 2015.

BITTAR, Eduardo. Crise econômica, desglobalização e direitos humanos: os desafios da cidadania cosmopolita na perspectiva da teoria do discurso. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, v. 12, n. 1, p. 259-283, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOÉTIE, Étienne de La. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias”

do século XXI. *In*: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (org). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguêla, 2021. p. 92-150.

BUDE, Heinz. **Society of fear**. Malden MA: John Wiley & Sons, 2017.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus limites. *In*: AGAMBEN, Giorgio *et al.* **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. Buenos Aires: Pablo Amadeu Editor; Editorial ASPO, 2020a.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

CALCINI, Ricardo; MORAES, Leandro Bocchi. Os casos de trabalho análogo à escravidão em vinícolas brasileiras. **Consultor Jurídico**, [s. l.], 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-02/pratica-trabalhista-casos-trabalho-analogo-escravidaio-vinicolas-brasileiras>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CAMPILLO, Antonio. **Tierra de nadie: cómo pensar (en) la sociedad global**. Barcelona: Herder, 2015.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELHANO, Laura Marques. O medo do desemprego e as novas organizações de trabalho. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 17, p. 14-20, 2005.

CASTELL, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Denis. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, [s. l.], n. 17, a. 9, p. 1-7, 2020.

CERVANTES, Miguel de. **Dom quixote**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

CESARINO, Leticia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, [s. l.], v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. *In*: CARDOSO, Sergio *et al.* **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 35-75.

CHERKAOUI, Sylvain. A mudança climática é a crise do nosso tempo e impacta também os refugiados. **UNHCR ACNUR Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/12/10/a-mudanca-climatica-e-a-crise-de-nosso-tempo-e-impacta-tambem-os-refugiados/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

CHIGNOLA, Sandro. A toupeira e a serpente. **Revista de Direito e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 19, n.3, p. 239-270, set./dez. 2018.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2004.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

COLOMÉ, Jordi Pérez. O Facebook conhece tanto os seus gostos que pode mostrar um anúncio só para você. **El País**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-20/o-facebook-conhece-tanto-os-seus-gostos-que-pode-mostrar-um-anuncio-so-para-voce.html>. Acesso em: 04 out. 2022.

CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. Apresentação do Dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. **Mediações**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 287-301, 2020.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa, SOUZA, Karoline Coelho de Andrade e Souza. Afetar o por vir dos corpos: micropolíticas da insegurança neoliberal. **Polis**, [s. l.], v. 55, p. 1-19, 2020.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

COSTA, Joel Luiz. Aos 12 anos, garoto negro é acusado de um crime que não cometeu. Quem se importa? **Estadão**, São Paulo, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/um-garoto-negro-de-12-anos-e-acusado-de-um-crime-que-nao-cometeu-quem-se-importa/>. Acesso em: 04 abr. 2023

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Revista novos rumos**, [s. l.], v. 49, p. 117-125, 2012.

COUTO, Mia. Murar o medo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 29-31, 2013.

CRARY, Jonathan. **Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O futuro do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DANTAS; Alexandre; SOUZA, Mateus Muniz. A Selfie nossa de cada dia: o individualismo e a alienação do sujeito de desempenho neoliberal. *In*: PUGA, Bruna Azzari; BOAS, Izabela Zonato Villas; FRANÇA, Nathalia Penha Cardoso de; GALLETI, Tonia Andrea Inocentini (org.). **Os novos desafios das políticas públicas e da cidadania na era digital**. São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 13-19.

DARDOT, Pierre. Le capitalisme à la lumière du néolibéralisme, **Raisons Politiques**, [s. l.], v. 52, p. 13-13, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e proletariado informal. *In*: SADER, Emir (org.) **Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 191-218.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 53-69.

DEYSE, Porto. Contribuições midiáticas à cultura da guerra: o poder de uma história única. **Revista Uninter de Comunicação**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 92-96, 2016.

DIÁRIO DO BRAZIL, n. 219, p. 1, 1884. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=225029&pagfis=3540>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Ática, 2009.

DOUZINAS, Costas. Os paradoxos dos direitos humanos. **Latin American Human Rights Studies**, [s. l.], v. 1, 2021.

DUARTE, André. Democracia em crise: biopolítica e governo neoliberal depopulações. **Revista Educação e Filosofia**, [s. l.], v. 33, n. 68, p. 527-592, 2019.

DUARTE, André. Sobre biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, Rio de Janeiro, v.1, p. 1-16, 2008.

DUCLOS, Denis. As florescentes indústrias do medo permanente. **Le Monde Diplomatique**, [s. l.], 01 ago. 2005. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-florescentes-industrias-do-medo-permanente/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

DUGNANI, Patricio. Globalização e desglobalização: outro dilema da Pós-Modernidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 2 p. 1-14, 2018.

DUMÉNIL, Gérard; Lévy, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Nossa distopia é global [Entrevista Ana Paula Orlandi].

Revista Humboldt, São Paulo, abr. 2020. Disponível em:

<https://www.goethe.de/prj/hum/pt/dos/ang/21808285.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

ECO, Humberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes Selvagens: a crise da democracia italiana**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 95, p. 119-136, 2011.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: VidaEconómica, 2012.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** [s. l.]: Autonomia Literária, 2020.

FLECK, Amaro. O que é o neoliberalismo? Isto existe? **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [s. l.], v. 29, n. 59, p. 248-269, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Beatriz. A influência dos filtros de redes sociais e chamadas de vídeos na busca por procedimentos estéticos. **Terra**, [s. l.], 11 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/byte/a-influencia-dos-filtros-de-redes-sociais-e-chamadas-de-video-na-busca-por-procedimentos-esteticos,f8574fe308ecffc1d19c3476978f7402hm89xxe4.html#:~:text=Um%20estudo%20realizado%20pela%20Academia,apar%C3%Aancia%20nas%20chamadas%20de%20v%C3%ADdeo>. Acesso em: 04 dez. 2022.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Diego. Em discurso, Trump pressiona por muro e confirma novo encontro com Kim. **Veja**, São Paulo, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/trump-exige-muro-e-reforca-posicoes-anti-russia-e-china-em-discurso>. Acesso em: 04 set. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FUREDI, Frank. The only thing we have to fear is the “culture of fear” itself. **American journal of sociology**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 231-234, 2007.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: LP&M, 2013.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: LePM, 2002.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.

GEFAELL, Clara Valverde. **De la necropolítica neoliberal a la empatía radical: violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización**. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOLDBERG, David Theo. **The Threat of Race: reflections on racial neoliberalism**. New York: John Wiley & Sons, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAILER, Marcelo. O sofrimento foi privatizado, diz autor de livro sobre neoliberalismo e depressão social. **Revista Fórum**, [s. l.], 06 maio 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2022/5/6/sofrimento-foi-privatizado-diz-autor-de-livro-sobre-neoliberalismo-depresso-social-116008.html>. Acesso em: 04 dez. 2022.

HALL, Stuart. **The hard road to renewal: thatcherism and the crisis of the left**. New York: Verso, 1988.

HAN, Byung Chul. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Lisboa: Relógio d'Água, 2018a.

HAN, Byung Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HAN, Byung Chul. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas**. Petrópolis: Vozes, 2021a.

HAN, Byung Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: AGAMBEN, Giorgio *et al.* **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. Buenos Aires: Pablo Amadeu Editor, Editorial ASPO, 2020.

HAN, Byung Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018b.

HAN, Byung Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyine, 2018c.

- HAN, Byung Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017b.
- HAN, Byung Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017c.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa: a dor hoje**. Petrópolis: Vozes, 2021b.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração: isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1 edições, 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 1-30, 2007.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich, August. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.
- HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: Os desafios futuros. In: HELLER, Agnes *et al.* (org.). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- HENRIQUES, Frederico. Neoliberalismo e bolsonarismo. **Revista Movimento**, [s. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2023/02/neoliberalismo-e-bolsonarismo/>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- HERMAN, Dan. Introducing short-term brands: a new branding tool for a new consumer reality. **Journal of Brand Management**, [s. l.], v. 7, n. 5, p. 330-340, 2000.
- HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus direitos humanos**. São Paulo: Paulus, 2014.
- HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUBERMAN, Bruno. **A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento pacificação e resistência em Palestina/Israel**. 2020. 368 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2014.
- IENNACO, Cláudio Réche. **A sociedade vigiada: o medo como instrumento de controle social**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020.
- JIN, Hyunjoo; POTKIN, Fanny. Musk diz à equipe do Twitter para optar entre jornada intensa ou demissão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/musk-diz-a-equipe-do-twitter-para-optimar-entre-jornada-intensa-ou-demissao.shtml>. Acesso em: 04 dez. 2022.

JONAS, Hans. **O Princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

JOSEPH, Jonathan. Resilience as embedded neoliberalism: a governmentality approach. **Resilience - International Policies, Practices and Discourses**, [s. l.], v. 1, p. 38-52, 2013.

JUBILUT, Liliana Lyra *et al.* **Direitos Humanos e COVID-19** : um ano depois. Santos: Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos e Vulnerabilidades” da Universidade Católica de Santos, 2021.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACERDA, Nara; SUDRÉ, Lu. Coronavírus: teto de gastos emperra ações de combate. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/18/coronavirus-teto-de-gastos-emperra-acoes-de-combate>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LACERDA, Nattasha Queiroz. **Patrimônio e bens digitais**: perfis de usuários nas redes sociais. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

LANG, Marina. Laudo aponta mais de 200 tiros em ação militar que matou músico e catador. **UOL**, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/09/laudo-aponta-mais-de-200-tiros-em-acao-militar-que-matou-musico-e-catador.htm>. Acesso em: 04 abr. 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVIANO, Eduardo. Luiz Felipe D’ávila quer dar choque de neoliberalismo e sustentabilidade no Brasil. **O liberal.com**, [s. l.], 18 maio 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/luiz-felipe-d-avilaquer-dar-choque-de-neoliberalismo-e-sustentabilidade-no-brasil-1.536507>. Acesso em: 04 dez. 2022.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINDSTROM, Martin. **A lógica do consumo**: verdades e mentiras sobre por que compramos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LINS, Buriel Bárbara. **Ressentimento e desconfiança na forma de vida neoliberal**. 2022. 248 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2022.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**. Barueri, SP: Manole, 2005. LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo.

São Paulo: Campanha das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era docapitalismo** artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOEWE, Daniel. Refugiados climáticos: quién debe cargar los costos? **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [s. l.], v. 22, p. 169-187, 2014.

LÓPEZ, Alexandra Agudelo. **Fobopolítica, rubricas de uma governamentalidade contemporânea**. Manizales: Universidade de Manizales, 2016.

LUCENA, André. Governo Macron aciona medida para aprovar Reforma da Previdência sem votação de deputados. **Carta Capital**, São Paulo, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-macron-aciona-medida-constitucional-para-aprovar-reforma-da-previdencia-sem-votacao-de-deputados/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MACIEL, Pedro. O neoliberalismo e a privatização dos direitos. **Brasil 247**, [s. l.], 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/o-neoliberalismo-e-a-privatizacao-dos-direitos>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MADEIRO, Carlos. Zara criou código para ‘alertar’ entrada de negros em loja, diz polícia. **UOL**, [s. l.], 20 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/20/ce-zara-criou-codigo-para-alertar-entrada-de-negros-em-loja-diz-policia.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MAGALHÃES, Ana; DIEGO Junqueira. Esquema de ouro ilegal Yanomami envolve empresas milionárias acusadas de lavagem de recursos no Pará. **Repórter Brasil**, [s. l.], 03 fev. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/02/esquema-de-ouro-ilegal-yanomami-envolve-empresas-milionarias-acusadas-de-lavagem-de-recursos-no-para/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; NALLI, Marcos. O medo como dispositivobiopolítico. **Psicologia: teoria e prática**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 72-84, 2018.

MARX, Karl. **O capital: livro 1, o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSUMI, Brian. **Politics of affect**. [s. l.]: John Wiley & Sons, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Paris: N-1 edições, 2020a.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2020b.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: una revisión crítica. In: CHÁVES, Helena; GREGOR, Mac (org.) **Estética y violência: necropolítica, militarización y vidas illoradas**. Ciudad de México, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 130-139.

MEDEIROS, Pilar; FONTES, Paulo. Medo: o novo mal-estar da humanidade. **Griot -Revista**

de **Filosofia**, Amargosa, BA, v. 21, p. 191-198, 2021.

MEJÍA, Iván. Los resíduos de la maquinaria capitalista: una reflexión sobre la violência estructural y vida presocial. *In*: CHÁVES, Helena; GREGOR, Mac (org.) **Estética y violência**: necropolítica, militarización y vidas illoradas. Ciudad de México, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 80-91.

MIRANDA, Gabriel. **Necrocapitalismo**: ensaio sobre como nos matam. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

MIROWSKI, Philip. Hell is truth seen too late. **Boundary 2**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 1-53, 2019.

MONBIOT, George. Neoliberalism: the ideology at the root of all our problems. **The guardian**, [s. l.], v. 15, n. 04, n. p., 2016.

MONTAG, Warren. Necro-economia: Adam Smith e a morte na vida do universal. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 23, p. 58-79, 2006. Tradução de Jorge Luis da Silva Grespan.

MONTAG, Warren. Necro-economia: Adam Smith e a morte na vida do universal. **Radical Philosophy**, n. 134, 2005. Tradução de Jorge Grespan, Departamento de História da FFLCH, USP.

MORAIS, Jose Luis Bolzan; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. A crise do Welfare State e a hipertrofia do Estado Penal. **Sequência**, Florianópolis, p. 161-186, 2013.

NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo**. São Paulo: Iluminuras, 2015.

NICOLESCU, Basara. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. **Educação e transdisciplinaridade**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-10, 2000.

NOTÍCIA, Preta. Após sair da prisão, mãe que furtou miojo e suco diz: meu sonho é ser gente. **Notícia preta**, [s. l.], 14 out. 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/apos-sair-da-prisao-mae-que-furtou-miojo-e-suco-diz-meu-sonho-e-ser-gente/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

NOYAMA, Samon. Da repressão das pulsões da vida aos “sujeitos-projetos”: a servidão voluntária no mundo contemporâneo de Marcuse e Han. *In*: AMITRANO, Georgia; VIESENTEINER, Jorge; BARBOSA, Marina de Toledo (org.). **Deleuze, desconstrução e alteridade**. São Paulo, SP: ANPOF, 2019. p. 175-182.

NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo e direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 98, p. 423-462, 2003.

NUSSBAUM, Martha. **The Monarchy of fear**: a philosopher looks a tour political crisis. New York: Simon e Schuster Paperbacks, 2018.

O VÍRUS da fome se multiplica. **OXFAM Brasil**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/>. Acesso em: 30 mar.2023.

OLIVEIRA, Daniel; MARTINS, João. João Rodrigues: o neoliberalismo é um slogan?

Expresso 50, São Paulo, 17 maio 2022. Disponível em: <https://expresso.pt/podcasts/perguntar-nao-ofende/2022-05-17-Joao-Rodrigues-O-neoliberalismo-e-um-slogan--360f5f76>. Acesso em: 04 dez. 2022.

OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de. Hegemonia e miséria do “management”. **Outras palavras**, [s. l.], 25 nov. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/hegemonia-e-miseria-do-management/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ONG, Aihwa. Neoliberalism as a mobile technology. **Transactions of the Institute of British Geographers**, [s. l.], v. 32, p. 3-8, 2007.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty**. Durham: Duke University Press Books, 2006.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ORTIZ, Renato. Globalização, poder e medo. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 4, n. 6, p. 139-142, 1999.

PAIN, Rachel. The new geopolitics of fear. **Geography Compass**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 226-240, 2010.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Neoliberalism resurgent? Market rule after the great recession. **South Atlantic Quarterly**, [s. l.], v. 111, n. 2, p. 265-288, 2012.

PENNAFORT, Roberta. A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo, afirma Wilson Witzel. **UOL**, Rio de Janeiro, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>. Acesso em: 04 abr. 2023.

PEREIRA, Daniel Andrade. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 34, p. 211-239, 2019.

PIRES, Luis, Manuel Fonseca. **Estados de exceção: a usurpação da soberania popular**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

POZZEBON, Marlei; PETRINI, Maira de Cassia. Critérios para Condução e Avaliação de Pesquisas Qualitativas de Natureza Crítico-Interpretativa. *In*: TAKAHASHI, Adiana Roseli Wünsch. **Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 51-72.

QUEM paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe. **OXFAM Brasil**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/quem-paga-a-conta/#:~:text=Esse%20C3%A9%20o%20alerta%20que,est%20C3%ADmulos%20econ%20C3%B4micos%20adotados%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 30 mar. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-**

americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

REITER, Valéria Guerra. As algemas do neoliberalismo e o “agora você já sabe”. **Brasil 247**, [s. l.], 22 maio 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/as-algemas-do-neoliberalismo-e-o-agora-voce-sabe>. Acesso em: 04 dez. 2022.

RODRIGUES, Silvia Viana. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: USP, 2011. RODRIK, Dani. **A globalização foi longe demais?** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROSA, Alex da. Psicopolítica e Neoliberalismo. **Revista Direitos Humanos e Sociedade**, Criciúma, v. 1, n. 2, p. 228-232, 2019.

SAAD FILHO, Alfredo; FEIL, Fernanda. Crises climáticas em uma ordem neoliberal – Observatório da Economia Contemporânea. **Carta Capital**, São Paulo, 09 maio 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/crises-climaticas-em-uma-ordem-neoliberal/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SAFATLE, Vladimir. A economia moral neoliberal e seus descontentes. *In*: SAFATLE, Vladimir; NELSON JÚNIOR, da Silva; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021b.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica, 2021a.

SAFLATE, Vladimir, Pinheiro. Beyond necropolitics principle: suicidal state and authoritarian neoliberalism. **Crisis and Critique**, [s. l.], v. 7, p. 360-380, 2020.

SAIDEL, Matías. La fábrica de la subjetividad neoliberal: del empresario de sí al hombre endeudado. **Pléyade**, [s. l.], n. 17, p. 131-154, 2016.

SANDEL, Michael. **A Tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? São Paulo: José Olympio, 2020.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2303-2314, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 1-9, 2020.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Eleição na França mostra que política neoliberal não é capaz de conter o fascismo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 abr.2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/25/eleicao-na-franca-mostra-que-politica-neoliberal-nao-e-capaz-de-conter-o-fascismo>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina**: breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo, SP: Alameda, 2016.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. Autoritarismo líquido e as novas modalidades de prática de exceção no século no século XXI. **THEMIS**: Revista da Esmec, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 197-223, jan./jun. 2020.

SIBILIA, Paula. Você é o que o Google diz que você é: a vida editável, entre controle e espetáculo. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Luciana Guilhon; MELGAÇO, Lucas (org.). **Tecnopolíticas de vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo, SP: Boitempo, 2018. p. 199-216.

SILVA, Pedro Fernando. Psicologia social de adorno: resistência à violência do mundo administrado. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 35-46, 2015.

SIMÕES, Ana Clara Abrantes; SOUZA, Joyce Karine de Sá. Subjetividades em crise: debilidade democrática e representação política no contexto do capitalismo neoliberal. *In*: JORNADAS DEBATES ACTUALES DE LA TEORÍA POLÍTICA CONTEMPORÁNEA, 10., 2019, Mar del Plata. **Anais** [...]. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina, 2019.

SOBRINHO, Sergio Francisco. A cultura do medo e as transgressões contemporâneas. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [s. l.], v. 9, n. 27, p. 215-226, jul./dez. 2005. p. 1-13.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Mateus Muniz; DOURADOR, Paloma Silveira Pique. O ponto cego da justiça criminal: uma análise do acordo de não persecução penal sob o prisma da necropolítica. *In*: GONTIJO, Lucas de Alvarenga; SILVA, Isadora de Oliveira Costa; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; BICALHO, Mariana Ferreira (org.). **Anais**: Direitos humanos, crimes de lesa humanidade, regimes de exceção e lawfare. São Paulo: D'Plácido, 2022. p. 423-431.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPRINGER, Simon. neoliberalism and geography: expansions, variegations, formations. **Compasso Geográfico**, [s. l.], v. 4, p. 1025-1038, 2010.

STAMENKOVIC, Marko. Radical withdrawal: necropolitics, capitalismo gore, and other kinds of life. **The Johannesburg Salon**, University of the Witwatersrand, v. 6, p. 29-36, 2013.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

STIEGLER, Bernard. Biopoder, psicopoder y gramatización. **Ciencias Sociales y Educación**, v. 10, p. 263-284, 2021.

TOMAS, Kleber; TITO, Fábio; PAULUZE, Thaiza. Como confunde marmita com revólver? Diz mãe de jovem negro morto pela Polícia Civil no Morro do Piolho, na Zona Sul de SP. **G1**, São Paulo, 21 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/21/como-confunde-marmita-com-revolver-diz-mae-de-jovem-negro-morto-pela-policia-civil-no-morro-do-piolho-na-zona-sul-de-sp.ghtml>. Acesso em: 04 abr.

TOURANI, Alain. **Sociedade pós-industrial**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

TURNER, Rachel. The “rebirth of liberalism”: The origins of neo-liberal ideology. **Journal of Political Ideologies**, [s. l.], v. 12, p. 67-83, 2007.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VENTAS, Leire. Imigrantes mortos em caminhão no Texas: famílias ainda não sabem que eles morreram. **BBC News Brasil**, [s. l.], 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61983349>. Acesso em: 22 abr. 2023.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIRILIO, Paul. **La inseguridad del territorio**. Buenos Aires: La Marca, 1999.

VIRILIO, Paul. **The administration of fear**. Los Angeles, USA: Semiotext, 2012.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, p. 505-518, 2012.

WILDE, Oscar. **A decadência da mentira e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Colonização punitiva e totalitarismo financeiro: a criminologia do ser-aqui**. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2021a.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Direito Penal e criminologia sociológica: integração edesintegração. **Revista Esmat**, [s. l.], v. 13, n. 22, p. 15-39, 2021b.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **O inimigo do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Vivemos um totalitarismo financeiro, em que tudo é justificado pelo mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/vivemos-um-totalitarismo-financeiro-em-que-tudo-e-justificado-pelo-mercado-diz-jurista-argentino.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ZAMPIER, Bruno. **Bens digitais**: cyber cultura, rede sociais, e-mails, músicas, livros, milhas áreas, moedas virtuais. São Paulo: Foco, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. *Big Other*: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO; Luciana Guilhon; MULGAÇO, Lucas (org.). **Tcnopolíticas de vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Bointempo, 2018. P. 19-68.